



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

TALITA RAVAGNÃ PIGA

**SUSTENTABILIDADE E PRODUÇÕES SOCIAIS:
POR UM ENTENDIMENTO AMPLIADO DA NOÇÃO DE
POLÍTICA NA ÁREA DE ADMINISTRAÇÃO**

TALITA RAVAGNÃ PIGA

**SUSTENTABILIDADE E PRODUÇÕES SOCIAIS:
POR UM ENTENDIMENTO AMPLIADO DA NOÇÃO DE
POLÍTICA NA ÁREA DE ADMINISTRAÇÃO**

Dissertação apresentada à banca examinadora como requisito para qualificação em nível de Mestrado, do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Estadual de Londrina.

Orientadora: Profa. Dra. Sonia Regina Vargas Mansano

Londrina
2014

**Catálogo elaborado pela Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central da
Universidade Estadual de Londrina**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

P628s Piga, Talita Ravagnã.

Sustentabilidade e produções sociais : por um entendimento ampliado da noção de política na área de administração / Talita Ravagnã Piga. – Londrina, 2014.
121 f. : il.

Orientador: Sonia Regina Vargas Mansano.

Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Estadual de Londrina, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Programa de Pós-Graduação em Administração, 2014.

Inclui bibliografia.

1. Gestão ambiental – Teses. 2. Políticas públicas – Aspectos ambientais – Teses. 3. Política ambiental – Teses. 4. Proteção ambiental – Participação do cidadão – Teses. 5. Administração – Teses. I. Mansano, Sonia Regina Vargas. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Estudos Sociais Aplicados. Programa de Pós-Graduação em Administração. III. Título.

CDU 658:577.4

TALITA RAVAGNÃ PIGA

SUSTENTABILIDADE E PRODUÇÕES SOCIAIS:
POR UM ENTENDIMENTO AMPLIADO DA NOÇÃO DE POLÍTICA NA
ÁREA DE ADMINISTRAÇÃO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Estadual de Londrina, em nível de Mestrado, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Administração.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Sonia Regina Vargas Mansano
UEL – Londrina - PR

Prof. Dr. Luis Miguel Luzio dos Santos
UEL – Londrina - PR

Prof. Dr. Kleber Prado Filho
UFSC – Florianópolis - SC

Londrina, 24 de fevereiro de 2014.

"Ao lado do poder, há sempre a potência. Ao lado da dominação, há sempre a insubordinação. E trata-se de cavar, de continuar a cavar, a partir do ponto mais baixo: este ponto... é simplesmente lá onde as pessoas sofrem, ali onde elas são as mais pobres e as mais exploradas; ali onde as linguagens e os sentidos estão mais separados de qualquer poder de ação e onde, no entanto, ele existe; pois tudo isso é a vida e não a morte".

Toni Negri

Dedico este trabalho ao meu irmão Filipe, a quem amo tanto e desejo, apesar de todas as dificuldades, que nunca desista de seguir com seus estudos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais Ana Lúcia e Disnei por todo o incentivo aos meus estudos, pelo suporte dado para que eu realizasse minhas viagens até a universidade e por acreditarem que toda minha dedicação acadêmica pode resultar em algo benéfico à sociedade.

Ao meu namorado Lucas por sempre me apoiar a continuar estudando, por compreender os momentos de tensão e por se empenhar tanto em me fazer feliz.

Aos meus cunhados Karla e Érico por todo o carinho e por tornarem Londrina um lugar querido, importante para que eu pudesse seguir com ânimo os estudos do mestrado.

À minha orientadora, Prof^a. Dr^a. Sonia Regina Vargas Mansano, por seus ensinamentos, por me apresentar uma literatura importante, por acreditar em meu potencial e por ser tão presente em minha caminhada por esses dois anos de mestrado.

Ao Prof. Dr. Paulo Roberto de Carvalho por ter considerado ler minha pesquisa e me ajudar a melhorá-la antes mesmo do exame de qualificação. Sua leitura e considerações foram fundamentais para o melhor entendimento do que me propus a estudar e por me encorajar a romper barreiras conservadoras dentro da área de Administração, assim como minha orientadora.

Aos professores Dr. Luis Miguel Luzio Santos e Dr. Kleber Prado Filho pelo aceite para compor minha banca de defesa e pelas excelentes considerações já prestadas no exame de qualificação.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de estudos que me foi concedida, sem a qual eu não poderia ter realizado minha pesquisa.

Ao Prof. Dr. Benilson Borinelli pelo exemplo de dedicação aos estudos, por suas disciplinas que foram imprescindíveis à construção de minha pesquisa, bem como amadurecimento enquanto pesquisadora e por nossas conversas formais e informais sempre muito proveitosas.

A todos os demais professores do Programa de Pós-graduação em Administração (PPGA) da UEL pelas disciplinas ministradas com exímio, de forma sempre reflexiva e com vistas a ajudar ao máximo os alunos.

Ao querido secretário do PPGA, Francisco ou simplesmente Chico, por todas as informações prestadas com excelência desde quando realizava o processo seletivo. Sua cooperação para com minhas dúvidas foi fundamental para que eu trilhasse da melhor forma possível essa jornada.

Por fim, mas não menos importante, agradeço imensamente aos colegas do programa pela amizade, solidariedade e compartilhamento de conhecimentos e experiências que sem dúvidas contribuem para o contínuo aperfeiçoamento de todos nós enquanto pesquisadores e seres humanos. Agradeço em especial ao amigo e mestre pelo mesmo programa Bernardo, a quem tanto admiro e me inspira sempre.

PIGA, Talita Ravagnã. **Sustentabilidade e produções sociais**: por um entendimento ampliado da noção de política na área de administração. 2014. 121 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-graduação em Administração, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2014.

RESUMO

É notável que a preocupação com o meio ambiente torna-se cada vez mais ampla e globalizada, sendo debatida em diversas conferências internacionais sobre sustentabilidade, realizadas de maneira sistemática desde o final da década de 1960, quando os problemas ambientais já se tornavam críticos. Um dos principais resultados de tais conferências pode ser encontrado no envolvimento direto do Estado para com a questão, manifesto por meio da formulação e implementação de políticas públicas. Destacam-se os processos de elaboração de políticas públicas ambientais (como Estatuto das Cidades e Plano Diretor Municipal) no decorrer do tempo, bem como a atuação de alguns órgãos públicos (Ministério Público e Ministério das Cidades) no trato das questões ambientais. Mas, para além das ações estatais, há uma dimensão micropolítica que se organiza e se dissemina em grupos sociais menores, acionando as pessoas para o enfrentamento da problemática do meio ambiente de maneira local e contextualizada. Partindo de uma análise sobre as produções sociais que acontecem no cotidiano de indivíduos anônimos, o presente estudo tem como objetivo compreender como um cidadão comum envolve-se com as questões do meio ambiente, promovendo ações de sensibilização ou proteção em seu cotidiano. Nesse viés, o presente trabalho propõe um diálogo entre as teorias voltadas para a complexidade em Administração e as produções microsociais voltadas para a sustentabilidade, buscando promover debates pouco explorados nesta área. O trabalho está dividido em duas partes: teórica e empírica. Na parte teórica são abordadas três temáticas: alguns apontamentos históricos sobre a sustentabilidade, seguindo o caminho das principais conferências internacionais sobre sustentabilidade; as dimensões políticas da ação ambiental e as produções sociais ligadas ao meio ambiente. A pesquisa empírica se caracteriza como um estudo qualitativo em que se adota a estratégia de coleta de dados “depoimentos orais”, por meio de entrevista semiestruturada. E, por fim, a exposição e análise dos dados são realizadas de acordo com “categorias de análise” em que se relacionam os conteúdos trabalhados nos capítulos teóricos à entrevista. Dessa forma, a pesquisa tem o intuito de agregar novas contribuições para a área de Administração, investigando uma dimensão social ainda pouco explorada: a apresentação e análise das ações cotidianas voltadas para a preservação do meio ambiente.

Palavras chave: Administração. Sustentabilidade. Produções sociais.

PIGA, Talita Ravagnã. **Sustainability and social productions**: for an expanded understanding of the concept of politics in the administration area. 2014. 121p. Dissertation (Master Degree in Business Administration) – Post-Graduation Program in Business Administration, State University of Londrina, Londrina, 2014.

ABSTRACT

It is remarkable that the concern with the environment becomes increasingly wide and globalized, being discussed in various international conferences on the environment, performed systematically since the late 1960s, when environmental problems already became critical. One of the main results of such conferences is the direct involvement of the State in the question, manifested through the formulation and implementation of public policies. We highlight the processes of environmental policy-making (such as the City Statute and Master Plan) over time, as well as the performance of some public agencies (prosecutors and Ministry of Cities) in dealing with environmental issues. Apart from state action, however, there is a micro political dimension disseminating in smaller social groups, triggering people to confront the issue of the environment locally and contextualized. Starting from an analysis of the social productions that occur every day with anonymous people, this study aims to understand how an ordinary citizen engages with environmental issues, promoting awareness raising or protection in their daily lives. In this vein, this paper proposes a dialogue between theories focused on complexity in Administration and micro productions geared towards sustainability, seeking to promote discussions on this little explored area. The work comprises two parts: theoretical and empirical. In the theoretical part, three themes are addressed: some historical notes on sustainability, following the path of the main international conferences on the environment, the political dimensions of environmental action and social productions related to the environment. As a qualitative research, the second part primarily presents the empirical strategy adopted for data collection, using oral testimonies collected through semi-structured interviews. Finally, the presentation and analysis of data through content categories establishing relation to the theoretical framework. Thus, the research aims to add new contributions to the field of Administration, investigating a social dimension little explored: the presentation and analysis of daily actions that aim at preserving the environment.

Keywords: Administration. Sustainability. Social productions.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio	34
Figura 2 – Obra Flor do Manguê	74
Figura 3 – Obra Conjunto de Estruturas de 1980	75

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Confiabilidade de organizações para resolver problemas ambientais.....	66
Gráfico 2 - Disposição para atuar associadamente à ONGs	67
Gráfico 3 - Principais problemas ambientais do Brasil (comparação)	77
Gráfico 4 - Melhor alternativa para solucionar problemas ambientais.....	79
Gráfico 5 - Ações preteridas para mitigar problemas ambientais.....	80

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (em português)
APAs	Áreas de Proteção Ambiental
BAESA	Energética Barra Grande S.A
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CF	Constituição Federal
CMDA	Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento
CNUMAD	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CONAMA	Conselho Nacional de Meio Ambiente
EIA	Estudos de Impacto Ambiental
EUA	Estados Unidos da América
FEEMA	Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente
G-77	Grupo de coalizão de nações em desenvolvimento que visa promover os interesses econômicos coletivos e criar maior capacidade de negociações junto à Organização das Nações Unidas
HIV	Human Immunodeficiency Virus (em inglês)
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBD	Selo de Inspeções e Certificações Agropecuárias e Alimentícias
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBOPE	Instituto Brasileiro de Opinião e Estatística
ICMS	Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação
IPCC	Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (em português)
ISER	Instituto de Estudos da Religião
ISO	Organização Internacional para Padronização (em português)
IUCN	União Internacional para a Conservação da Natureza
MIT	Massachusetts Institute of Technology
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MPB	Música Popular Brasileira
MS	Ministério da Saúde
OMC	Organização Mundial do Comércio
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

OMS	Organização Mundial da Saúde
ONGs	Organizações Não-Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PDPML	Plano Diretor Participativo Municipal de Londrina
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PROCEL	Programa de Combate ao Desperdício de Energia Elétrica
RIMA	Relatórios de Impacto Ambiental
SEMA	Secretaria Especial do Meio Ambiente
SISNAMA	Sistema Nacional de Meio Ambiente
SLAP	Sistema de Licenciamento de Atividades Poluidoras
SNIS	Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SUDEPE	Superintendência de Desenvolvimento da Pesca
SUDHEVA	Superintendência da Borracha
SVS	Secretaria de Vigilância em Saúde
UICN	União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (em português)
UNCSD	Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I - APONTAMENTOS HISTÓRICOS SOBRE A SUSTENTABILIDADE: SEGUINDO O CAMINHO DAS PRINCIPAIS CONFERÊNCIAS INTERNACIONAIS.....	18
CAPÍTULO II - DIMENSÕES POLÍTICAS DA AÇÃO AMBIENTAL	42
CAPÍTULO III - AS PRODUÇÕES SOCIAIS LIGADAS AO MEIO AMBIENTE	62
CAPÍTULO IV - SOBRE O PERCURSO METODOLÓGICO.....	83
CAPÍTULO V - UMA INICIATIVA MICROSOCIAL EM ANÁLISE	88
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	111
REFERÊNCIAS	115

INTRODUÇÃO

Debates sobre os problemas referentes ao meio ambiente têm sido muito frequentes, principalmente nesta última década, quando pesquisas (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2004; WORLDWATCH INSTITUTE, 2010, 2011; SILVERWOOD-COPE et al., 2011) têm confirmado um diagnóstico preocupante da vida no planeta. Como forma de politizar esses debates, envolvendo um número cada vez maior de pessoas interessadas, alguns conceitos como “desenvolvimento sustentável” e “sustentabilidade” (LENZI, 2006) foram elaborados e têm sido amplamente discutidos em espaços formais e informais os mais diversos. Assim, nota-se mais frequentemente a realização de conferências internacionais sobre sustentabilidade, debates sobre políticas públicas ambientais, estudos acadêmicos mais voltados para a área e conversas informais no cotidiano. Participam desses debates várias áreas de conhecimentos, como a Sociologia, Economia, Direito e Biologia, consideradas representativas na formulação e disseminação de ideias e conceitos ligados à problemática do meio ambiente. Pode-se observar ainda que se torna cada vez mais crescente a participação da área de Administração nessas discussões, dada a importância que essa área de conhecimento aplicado conquistou nesse tempo histórico, em que o número de organizações aumenta a cada dia, impactando econômica, social e ambientalmente a vida das pessoas.

Entretanto, a área de Administração ainda mantém em seus estudos uma inclinação à generalização, sendo em alguma medida confrontada por outras áreas de conhecimento, bem como por vertentes mais críticas dentro da própria Administração, por adotar uma posição por vezes reducionista e reprodutora de modelos já demasiadamente institucionalizados. Essas características se fazem presente também no setor público administrativo, que, abrindo-se à cultura do empreendedorismo oriunda do capitalismo contemporâneo, adotou valores e práticas que orientam as instituições para atividades que venham a garantir controle, eficiência e competitividade máximos (HARVEY, 1992). Assim, uma parte significativa da área de Administração, ainda nos dias de hoje, concebe o homem como um trabalhador que representa uma mera extensão das máquinas e como alguém que deve garantir resultados financeiros às organizações acima de qualquer outro objetivo. É comum que trabalhadores sejam orientados a deixar seus problemas pessoais “do lado de fora da empresa” para que estes não venham a comprometer a produtividade, enquanto a jornada de trabalho é frequentemente desrespeitada em nome da produtividade. Mas essa situação nem sempre é evidente, pois ocorre quando tais trabalhadores são acionados a continuar em atividade mesmo quando já terminaram sua jornada de trabalho, resolvendo problemas de

dentro de suas casas. Assim, diretores, gerentes ou outros trabalhadores de diferentes posições mantêm-se conectados por telefone celulares ou e-mails. A situação se complica mais quando se observa que os trabalhadores passam até mesmo a sonhar com a resolução de problemas profissionais no seu tempo livre ou quando o utilizam para pensar incessantemente sobre os problemas deixados nas organizações.

Apesar da conhecida simplificação que se faz presente nesta área de conhecimento, é inegável que a Administração, de forma geral, tem sido amplamente repensada e problematizada na contemporaneidade, voltando-se para abordagens mais críticas no trato de problemas sociais e ambientais. Nesse sentido, observa-se que o campo de atuação do profissional de administração, em seus mais variados níveis e especificidades, amplia-se gradualmente conforme as preocupações sociais e ambientais vão sendo incorporadas às atividades das organizações. Embora muitas delas tenham assumido responsabilidades socioambientais de forma a camuflar interesses meramente econômicos, é possível identificar que há organizações, sejam de grande ou pequeno porte, buscando orientações mais sustentáveis como forma de melhorar a qualidade de vida das pessoas a elas vinculadas, bem como da sociedade.

Observa-se ainda que, frequentemente, estudantes, professores e profissionais têm buscado alternativas de pesquisa e atuação dentro da área, talvez inspirados por pequenos movimentos e iniciativas cotidianas que têm se preocupado com problemas sociais e ambientais de forma mais recorrente. Assim, esses indivíduos que atuam de maneira mais localizada colaboram para dar visibilidade a problemas ambientais, através de produções artísticas e musicais, ONGs (Organizações Não Governamentais), *blogs* e movimentos sociais, sem que tais práticas visem necessariamente à lucratividade e a produção capitalista.

Situações como essas tornaram-se questões norteadoras para a elaboração desta dissertação. Tendo esta pesquisadora formação na área de administração, com enfoque em produtividade e lucratividade, iniciativas como as acima mencionadas chamaram a atenção por parecerem inconcebíveis, ou pelo menos raras, num mundo que valoriza o lucro sem consequências, o trabalho excessivo e a gradativa redução da sociabilidade. Além disso, os processos de educação formal e informal da pesquisadora possibilitaram que a problemática do meio ambiente pudesse ser contemplada no decorrer da sua trajetória de estudos. Assim, foi possível encontrar no curso de Pós-Graduação em Administração da Universidade Estadual de Londrina a oportunidade para avançar nessa investigação, uma vez que ela adota abordagens teóricas e metodológicas que ampliam o entendimento do papel político das organizações nas questões ambientais, buscando distanciar-se de simplificações e

modelos prontos. Através da contínua pesquisa sobre o tema no decorrer de sua trajetória acadêmica, a pesquisadora vem encontrando meios para expressar algumas inquietações, seja como profissional da área de Administração, seja como cidadã, em relação ao trato que se dá ao meio ambiente.

Assim, observa-se que gradualmente vão surgindo estudos cujos interesses de pesquisa vão além daqueles que têm se ocupado em abordar conteúdos de um escopo macrossocial da temática do meio ambiente, que compreendem mais especificamente as dimensões legais e estatais. Diversas outras ações relacionadas à preocupação ambiental estão ganhando espaço no campo social, sendo apreendidas também pela Administração. Trata-se de uma dimensão micropolítica que se organiza e dissemina em grupos sociais menores, acionando as pessoas a enfrentar a problemática do meio ambiente de maneiras informais e contextualizadas. Esses grupos, por vezes, questionam a ação do Estado e buscam agir de maneira mais marginal, valendo-se de uma ação política que acontece no cotidiano e mobilizando forças menores que estão situadas em comunidades ou grupos. Tais práticas buscam se contrapor aos ataques contra a natureza, sendo tão legítimas quanto as ações ligadas ao Estado, uma vez que colaboram para a diminuição de poluições diversas, dão uso e destino aos resíduos sólidos ou buscam sensibilizar as pessoas para práticas mais sustentáveis.

Assim, o **problema de pesquisa** que se coloca nesta dissertação consiste em compreender como um grupo de cidadãos comuns se preocupa com o meio ambiente, promovendo ações de proteção da natureza em seu cotidiano. Tais ações são realizadas por meio da escrita, da música, dos movimentos sociais ou em ações isoladas, como forma de se envolver com as questões ligadas ao meio ambiente. Dessa maneira, o presente trabalho justifica-se por investigar questões relativamente pouco exploradas na área de Administração. Como **objetivo geral**, trata-se de compreender como um grupo de pessoas, para além de um escopo macropolítico ditado pelas leis, normas e políticas ambientais, se relaciona com o meio ambiente de maneira única e implicada, participando assim da construção histórica da sustentabilidade em nosso país. Exemplos dessas situações vão desde as bandas de *rock* que tematizam em suas letras essas questões, passando por artistas plásticos que expressam em suas obras preocupações afins, até situações mais pontuais e anônimas como no caso dos delatores de crimes ambientais, organizadores de protestos ambientais ou mesmo indivíduos que fazem greve de fome em prol do que avaliam ser uma militância ambiental. Nesse sentido, esta dissertação busca investigar algumas histórias que muitas vezes não encontram canais de expressão dentro da academia e mais especificamente dentro da área de Administração, por serem consideradas isoladas e marginais.

Dessa forma, esta pesquisa adotou como **objetivos específicos**: levantar aspectos históricos sobre a sustentabilidade, contextualizando como a preocupação ambiental vem ganhando corpo, seguindo o caminho das principais Conferências Internacionais sobre Sustentabilidade; investigar conceitualmente o que vem a ser política, políticas públicas ambientais e macropolítica, por um entendimento ampliado da preocupação ambiental; explorar em documentos de domínio público alguns movimentos sociais e microiniciativas voltados à preocupação ambiental no século XXI e em contexto brasileiro; e, por fim, compreender como um grupo de pessoas, em seu cotidiano e exercendo uma micropolítica, se envolve com as questões ligadas ao meio ambiente, dedicando tempo e espaço de suas vidas a ações pontuais.

Para alcançar os objetivos propostos, são investigadas as obras de alguns autores que se ocupam de uma visão ampliada do conceito de política, sob uma perspectiva teórica voltada à complexidade do conceito em relação às produções sociais menores ou marginalizadas. O uso desse referencial teórico se justifica como contribuição para aproximar a perspectiva da complexidade aos estudos ligados à Administração, principalmente à Administração Pública. Com isso, busca-se investigar pontualmente como uma iniciativa caracteristicamente microssocial participa da produção social da sustentabilidade.

A pesquisa é dividida em cinco capítulos. O primeiro capítulo, denominado “Apontamentos históricos sobre a sustentabilidade: seguindo o caminho das principais conferências internacionais” busca levantar aspectos históricos sobre a noção de sustentabilidade, contextualizando como a preocupação ambiental vem ganhando importância no âmbito social. O caminho adotado para essa retomada histórica é acompanhar as principais Conferências Internacionais sobre Sustentabilidade. Essas conferências são consideradas como importantes eventos para o enfrentamento da crise de recursos naturais e ocorrem de maneira sistematizada desde o final da década de 1960, quando os problemas ambientais já se tornavam críticos. Afinal, como tais conferências vêm contribuindo para o debate da questão ambiental e que tipo de transformação elas têm conseguido efetuar?

O segundo capítulo, “Dimensões políticas da ação ambiental”, propõe-se a investigar conceitualmente o que vem a ser política e como esta noção se articula com uma racionalidade estatal específica (governamentalidade) em meio ao contexto de políticas públicas ambientais. Nesse sentido, busca-se evidenciar que as questões ambientais são problematizadas por uma via reguladora maior, o Estado, sendo este um importante agente no processo de regulamentação da sustentabilidade. Isso ocorre por meio da elaboração de campanhas pontuais e de leis de proteção e preservação ao meio ambiente. Destacam-se nas

ações do Estado os diversos órgãos públicos e políticas públicas aos quais competem o trato direto em relação ao meio ambiente, como o Ministério das Cidades, o Estatuto das Cidades e o Plano Diretor Municipal. Mas, será que a questão política da sustentabilidade se limita à esfera estatal?

“As produções sociais ligadas ao meio ambiente” constitui o terceiro capítulo que busca explorar em documentos de domínio público (como jornais, *sites* e *blogs*), materiais que tratem sobre o movimento ambientalista no século XXI e em contexto brasileiro, bem como descrever algumas microiniciativas de sensibilização e preservação ambiental. Neste capítulo, procura-se evidenciar como tais agentes vêm se estruturando e ampliando seu papel político e social frente à problemática que envolve o meio ambiente.

O quarto capítulo, chamado “Sobre o percurso metodológico”, busca explicitar o percurso metodológico percorrido na parte empírica desta investigação. São explicitados a natureza da pesquisa, a estratégia e o instrumento de coleta dos dados, assim como a maneira como é realizada a análise dos dados. Os dados foram coletados junto a uma banda *punk/hard core* de repercussão local que contempla em suas letras questões ligadas ao meio ambiente, dada a importância social e política que a música tem em diversos contextos, sobretudo em estilos mais críticos como o *Rock*, a MPB (Música Popular Brasileira) e o *Rap*.

Por fim, um quinto capítulo, denominando “Uma iniciativa microssocial em análise”, apresenta os depoimentos e analisa como os membros da banda entrevistada se preocupam com o meio ambiente enquanto cidadãos comuns, dedicando tempo e espaço de suas vidas a ações pontuais, inovadoras e vistas muitas vezes como marginais.

Passamos, agora, à apresentação dos capítulos. Espera-se que este trabalho, por meio de seus objetivos, elaboração teórica e análise, contribua para o enfrentamento dos debates relativos ao meio ambiente de forma contextualizada e pontual.

CAPÍTULO I

APONTAMENTOS HISTÓRICOS SOBRE A SUSTENTABILIDADE: SEGUINDO O CAMINHO DAS PRINCIPAIS CONFERÊNCIAS INTERNACIONAIS

Os modos como se pode enxergar a relação entre o homem e a natureza são frutos do momento histórico em que se vive. Pode-se compreender que em diferentes tempos e espaços são configuradas inúmeras formas de ver, de compreender e de estabelecer estas relações. Nesse sentido, de acordo com Faria (2011), toda a construção do conhecimento científico interdisciplinar, do ponto de vista de uma epistemologia crítica, acontece de maneira situada e não linear a relação do sujeito pesquisador com o objeto.

Este capítulo inicial tem por objetivo narrar a construção histórica das práticas ligadas à sustentabilidade, perpassando diversos acontecimentos e temas pertinentes a essa construção. O fio condutor escolhido para efetuar essa construção é a descrição das principais Conferências Internacionais sobre Sustentabilidade e seus relatórios. Para Beck:

Problemas ambientais somente podem ser solucionados de forma objetiva e razoável em negociações transfronteiriças e acordos internacionais, e o caminho até aí passa conseqüentemente por conferências e arranjos que atravessem inclusive as fronteiras das alianças militares (BECK, 2010, p. 58).

Cabe dizer que nunca é tarefa fácil tecer os múltiplos desdobramentos de uma história. A linha entre a confiabilidade depositada em uma história tida como oficial e a incorporação de dados e informações consideradas informais é muito tênue. No que diz respeito à sustentabilidade, essa construção histórica é ainda mais complexa, pois, além de relativamente recente, ela não tem uma origem rastreável, visto que suas iniciativas e práticas estão espalhadas por locais e tempos diversos, sendo amplamente marcada por iniciativas de pouca visibilidade. Assim, ao tomar como tarefa percorrer essa história, o que se percebe é a emergência de várias preocupações e práticas ligadas ao cuidado com o meio ambiente em diversas partes do mundo, podendo estar interligadas ou não.

Historicamente algumas animais e áreas florestadas foram protegidas desde o ano 250 a.C. No entanto, foi somente no século XIX, que surgiram as primeiras iniciativas para criação de áreas legalmente protegidas para resguardar os ecossistemas e as paisagens naturais. Segundo Foladori (2001), já ao final do século XIX, foram criadas sociedades protetoras da natureza, como a Audubon Society e o Sierra Club, nos Estados Unidos, tidas

como as primeiras organizações não governamentais de proteção ambiental com efetiva representatividade de suas ações até os dias de hoje.

Essa preocupação ganhou corpo com a criação de parques nacionais e reservas de fauna e flora nos principais países capitalistas. O marco histórico desse tipo de iniciativa é o Parque Nacional de Yellowstone, criado em 1872, de acordo com Schenini et al. (2004), nos Estados Unidos. Segundo Godoy (2000), esse parque corresponde não só a um marco da preservação de áreas silvestres de grande escala e do interesse público, mas, principalmente, estabelece os fundamentos do chamado modelo de Unidades de Conservação: a proteção de amplos espaços de grandes belezas naturais, capazes de assegurar a continuidade dos processos biológicos com pouca interferência humana. No entanto, considera a autora, antes mesmo da consolidação do Parque de Yellowstone, tido como o primeiro parque oficial, já havia sido construído o Parque Estadual de Yosemite, em 1864. O Parque de Yosemite, criado no auge da renascença americana, que corresponde ao período do romantismo nos movimentos da literatura, das artes e da arquitetura, protegia e enaltecia a beleza natural.

A criação do Parque Nacional de Yellowstone no século XIX corresponde ao período de declínio da renascença americana e do nascimento de um tipo de pensamento e de uma sociedade fundados em valores profundamente relacionados ao complexo movimento de invenção da América e do homem americano. Foi em Yellowstone que se articulou, pela primeira vez, uma resposta estética e científica à preservação da natureza. Na sua criação estava implícito um conjunto muito amplo de saberes, de técnicas e de tecnologias desconhecidas à época da criação de Yosemite (GODOY, 2000).

Segundo Foladori (2001), em 1893, no Canadá, estabelece-se a reserva de fauna e flora no Parque de Algonquín. Ao mesmo tempo, surgem as primeiras associações de proteção à natureza no país. Processos similares seguiram os principais países europeus, de acordo com Deléage (1993). A criação de reservas para proteção e conservação do meio ambiente se expandiu em princípios do século XX nos países latinos. O Chile, em 1905, inaugurou a primeira Reserva da Vida Natural em Malleco, ao norte da região de Araucária. Em Porto Rico, em 1909, estabeleceu-se o refúgio Nacional da Fauna e da Flora Selvagens da ilha Culebra. No Uruguai, criou-se o Parque Roosevelt em 1916. No Brasil, de acordo com Schenini et al. (2004), somente em 1937 foi criado o primeiro parque: Parque Nacional de Itatiaia, nas montanhas da Mata Atlântica do estado do Rio de Janeiro, com base no Código Florestal de 1934, que estabeleceu o marco legal dos parques nacionais (Decreto 23.793, de 23 de janeiro de 1934).

Segundo Rylands e Brandon (2005), André Rebouças (1833-1898) foi um pioneiro no surgimento de uma preocupação conservacionista no Brasil. Engenheiro civil, botânico, geólogo e abolicionista, ele foi inspirado pela criação do Parque Nacional de Yellowstone e defendeu a necessidade de criar parques nacionais em nosso país. O ideal de Rebouças foi realizado quase quarenta anos mais tarde por meio da criação, junto com o Parque Nacional da Serra dos Órgãos (Rio de Janeiro), dos parques nacionais das Sete Quedas (incluindo as Cataratas de Guaíra) e do Iguaçu, em 1939, no estado do Paraná. O Parque Nacional do Araguaia (localizado no estado de Tocantins), que inclui toda a Ilha do Bananal, foi criado 20 anos mais tarde. Ubajara (caatinga no estado do Ceará) e Aparados da Serra (Rio Grande do Sul) também foram criados em 1959. Além desses parques foram criadas ainda duas florestas nacionais. Uma primeira floresta nacional foi criada em 1946 (Araripe-Apodi, no Ceará) e no ano de 1961 foi criada a segunda floresta nacional (Caxiuanã), no Pará, junto com nove reservas florestais, todas na Amazônia. É interessante notar que todas as iniciativas de criação de parques nacionais no Brasil aconteceram no decorrer do século XX, época em que ação do poder estatal foi mais intensificada.

De acordo com Costa (1987), foi proposto ainda pelos irmãos Villas Boas (importantes sertanistas brasileiros) um programa brasileiro que desse aos índios uma base territorial para manter seus modos tradicionais de subsistência econômica, além de assistência médica contra doenças exógenas. A integração com a sociedade nacional deveria ser muito mais lenta, garantindo sua sobrevivência biológica, bem como as identidades étnicas e estilos de vida. A proposta da criação do Parque Nacional do Xingu, aprovada em 1961, surgiu a partir dessas questões. Em 1946, quando os índios do Xingu foram contatados pela expedição Roncador Xingu, buscou-se garantir uma proteção mais efetiva aos grupos tribais.

Em 1970, o sistema federal de unidades de conservação compreendia 14 parques e 12 florestas nacionais. Havia também 26 parques e reservas estaduais, incluindo o Monte Pascoal (que depois se tornou parque nacional), o Rio Doce, em Minas Gerais, Campos do Jordão, Jacupiranga e Morro do Diabo, em São Paulo, e Turvo e Nonoi, no Rio Grande do Sul, além de 13 florestas estaduais (RYLANDS; BRANDON, 2005).

Ainda que os primeiros parques brasileiros tenham sido estabelecidos em 1937, as últimas duas décadas têm atestado uma explosão no número de unidades de conservação. Segundo Rylands e Brandon (2005), até 1989 os parques e reservas federais haviam sido criados pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) e pela Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA). Em 1989, SEMA e IBDF foram unidos para formar o IBAMA. Em 2000, estabeleceu-se legalmente um sistema formal e unificado para

unidades de conservação federais, estaduais e municipais, o chamado Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

Concomitante ao surgimento das áreas de conservação no Brasil, em 1948, segundo Foladori (2001), criou-se na Suíça a União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN). Trata-se de uma organização não governamental que agrupa tanto Estados como outras organizações não governamentais e científicas com o propósito de elaborar estratégias para a conservação da natureza. Além desse importante marco, algum tempo depois, o ano de 1957 foi declarado pelas Nações Unidas como o Ano Geofísico Internacional. No entanto, ao mesmo tempo em que essas preocupações estavam cada vez mais evidentes e contundentes em esfera global, o capitalismo já podia ser considerado como uma forma socioeconômica de produção que ameaçava a preservação ambiental. Nas palavras de Foladori:

[...] ao mesmo tempo em que se adquiria uma consciência cada vez mais clara dos possíveis efeitos destruidores da atividade humana sobre seu meio ambiente, a forma capitalista de produção levava à utilização, por exemplo, na agricultura, de químicos tóxicos em ampla escala, com a conseqüente poluição e morte de seres vivos e ecossistemas, como foi denunciado por Rachel Carson no livro *Silente Spring* (1962), que tanto impacto causou (FOLADORI, 2001, p. 115).

Nos primeiros anos da década de 60, os problemas ambientais começaram a ganhar notoriedade em vários lugares do mundo, sendo que algumas publicações e eventos internacionais posteriores marcaram uma outra vertente da preocupação ambiental contemporânea. Como evidenciado por Foladori (2001), o livro “Primavera Silenciosa”, da bióloga Rachel Carson (1962), é tido como um marco na denúncia sobre os problemas ambientais causados pelo homem. Nas décadas de 60 e 70, muitos livros se converteram em mediadores para o debate ambiental. Para o autor, junto com a obra de Carson (1962), destacam-se também *The closing cycle* (O ciclo de fechamento), de Barry Commoner (1971) e o *Population resources environment* (Recursos ambientais da população), de Erlich e Erlich (1972).

Se, à época da criação de inúmeros parques de preservação e movimentos ecológicos primários, a natureza era vista sob um aspecto mais contemplativo e envolta em um teor estético ligado à relação do homem com uma existência divina, com o passar do tempo, uma nova configuração vai se desenvolvendo na história da sustentabilidade ambiental. Com a publicação literária e acadêmica advinda de artistas e estudiosos que

evidenciam problemas ambientais sob diversos aspectos, como os efeitos do uso de pesticidas no caso de Carson (1962), a problemática ambiental começa a ganhar corpo teórico dentro da academia. Após o lançamento do livro de Carson (1962), inicia-se um ciclo de eventos com o objetivo de discutir a problemática ambiental internacionalmente. A proximidade das datas entre essas publicações e a primeira Conferência Internacional sobre meio ambiente, realizada em Roma, aponta para a assimilação pela comunidade acadêmica e científica da preocupação ambiental denunciada por essas obras.

Segundo Mota (2001a), em abril de 1968, um grupo de trinta pesquisadores de diversos países e de várias áreas, como Demografia, Economia, Sociologia, Engenharia e Geografia, reuniu-se na Academia dei Lincei, em Roma (que é reconhecida como uma das mais antigas academias italianas), para analisar a situação ambiental presente e futura do homem. A iniciativa partiu do empresário industrial e também economista italiano Aurélio Peccei. Essa reunião, segundo Watts (1972), deu origem a um grupo informal de pesquisadores chamado Clube de Roma, cujas

[...] finalidades são promover o entendimento dos componentes variados, mas interdependentes – econômicos, políticos, naturais e sociais – que formam o sistema global em que vivemos; chamar a atenção dos que são responsáveis por decisões de alto alcance, e do público do mundo inteiro, para aquele novo modo de entender, e assim, promover novas iniciativas e planos de ação (WATTS, 1972, p. 10).

Ainda segundo Watts, a formação do Clube de Roma foi bastante diversa tanto no que tange às áreas de conhecimento dos integrantes quanto à nacionalidade dos mesmos. O Dr. Aurélio Peccei foi um dos participantes que atuou como uma força impulsionadora dentro do grupo e era associado às empresas Fiat e Olivetti. O grupo ainda contou com outros líderes, como Hugo Thiemann, chefe do Battelle Institute em Genebra, Alexander King, diretor científico da Organization for Economic Cooperation and Development, Saburo Okita, chefe do Japan Economic Research Center em Tóquio, Eduard Pestel, da Technical University of Hannover na Alemanha e Carrol Wilson, do Massachusetts Institute of Technology (MIT). É possível notar que a preocupação ambiental contemporânea parte de profissionais tidos como renomados, que dispunham de condições tecnológicas, conhecimentos e capacidade para elaborar um relatório que tentasse mensurar os limites ecológicos frente ao modo como a sociedade vinha se desenvolvendo. Os aspectos econômicos, políticos, naturais e sociais foram identificados como componentes que interagem de maneira muito complexa para serem tratados isoladamente. Dessa forma, segundo

McCormick (1992), o Clube de Roma convidou J. W. Forrester, pesquisador do MIT, pioneiro na utilização do computador, para que desenvolvesse um modelo de dinâmica de sistemas para a compreensão integrada do problema. Em meados de julho de 1968 o modelo *World I*, que identifica os componentes específicos do problema e sugere uma metodologia para sua análise, já havia sido elaborado. Em seguida, Forrester desenvolveu mais um modelo (*World II*) e com o intuito de se aprimorar os dois primeiros modelos criados por ele organiza uma equipe de cientistas do MIT liderada pelos cientistas e professores Donella e Dennis Meadows, para fazer uma nova versão: o *World III*, cujos resultados foram publicados no relatório “Limites para o Crescimento”.

Esta obra pode ser considerada a mais representativa de uma série de manifestações da preocupação com a continuidade do crescimento econômico e populacional, em que a escassez de recursos naturais e a degradação ambiental foram apontados como fatores que limitavam, em termos absolutos, esse crescimento. A iniciativa teve grande repercussão por dois motivos: primeiro, por utilizar o computador para avaliar o funcionamento de um sistema complexo e, segundo, pelo relatório ter sido desenvolvido por uma equipe multidisciplinar do respeitado MIT.

Nos trabalhos do Clube de Roma, os pesquisadores selecionaram cinco elementos básicos que nortearam as análises do que viria a se constituir como limites ao crescimento mundial no que tange ao consumo e esgotamento de recursos naturais: o crescimento demográfico, a produção de alimentos, o ritmo do crescimento industrial, os níveis de poluição gerados pela atividade econômica e o consumo de recursos naturais não renováveis.

Pode-se dizer que o Clube de Roma forneceu teor científico suficiente para apontar as contradições do capitalismo enquanto um modo de produção que se utiliza de recursos naturais e humanos de forma insustentável para garantir a maximização do lucro, acelerando o crescimento industrial para prover bens e serviços em uma sociedade extremamente populosa e de renda mal distribuída. Assim, para que a produção econômica fosse cada vez maior e concentrada, a competição vem crescendo década após década, influenciando na qualidade de vida das pessoas conforme a ênfase que se dá à concentração do capital. É possível perceber que isso se manifesta nas relações econômicas, sociais e ambientais desse sistema: desde a infância, em alguma medida, há o fomento de uma ênfase em transcender a classe e posição social que se ocupa inicialmente e, nesse sentido, a competição vai se desenvolvendo no desenrolar da vida, ao ponto de se manifestar em aspectos cada vez mais subjetivos.

Assim, nota-se que a insustentabilidade ambiental produzida pelo capitalismo se dá pela via da competição exacerbada, sem levar em conta a dificuldade de regeneração dos recursos naturais, ainda que minimamente, pois esses limites não são facilmente mensuráveis. Beck (2010) vai além. Para o autor, um problema central do modo capitalista de produção é que tudo o que ameaça a vida neste planeta também ameaça os interesses dos próprios povos que vivem da mercantilização:

Surge, dessa maneira, uma genuína contradição, que sistematicamente se aprofunda, entre os interesses do lucro e propriedade que impulsionaram o processo de industrialização e suas diversas consequências ameaçadoras, que comprometem e desapropriam inclusive os lucros e a propriedade (BECK, 2010, p. 46).

O Relatório do Clube de Roma (ou Relatório Meadows) encontrou dificuldades para mensurar precisamente os impactos ambientais futuros do avanço capitalista, mas alertou o mundo sobre a insustentabilidade do crescimento econômico acelerado. Segundo Mota (2001b), o relatório, que foi publicado na forma de um livro intitulado *Os Limites do Crescimento* (1972), concluiu que as restrições quantitativas do meio ambiente mundial conduzirão a uma revisão das ações humanas e de toda a sociedade:

[...] as taxas de crescimento demográficas ameaçam o estado de equilíbrio em nosso planeta; o equilíbrio, em termos de desenvolvimento absoluto e relativo entre as nações, somente pode ser alcançado por meio de uma estratégia global; na estratégia global de desenvolvimento deve ser incluída, principalmente, a relação do homem com seu meio ambiente; a abordagem quantitativa excessivamente usada constitui-se em uma ferramenta relevante para demonstrar a dimensão do problema; medidas puramente técnicas, econômicas e legais não são necessariamente os dispositivos para conduzir o equilíbrio do crescimento, necessitando, pois, de esforço para a compreensão do problema, imaginação, solução política e moral e mudança de comportamento frente aos valores e metas dos indivíduos e das nações; o desafio da mudança é atribuído à geração presente (MOTA, 2001a, p. 30).

Uma das ideias centrais da publicação, segundo Mota (2001b), é a hipótese de um crescimento econômico “zero”, como uma medida para buscar o equilíbrio global, em que a taxa de crescimento populacional deveria estabilizar-se, o consumo de recursos naturais e a poluição deveriam cair em um quarto, bem como haveria a promoção de uma reorientação para a importância da reciclagem e a mudança dos hábitos de vida da população mundial. Conforme destaca Foladori (2001), o relatório Meadows causou grande impacto, pois

elaborou uma crítica a partir do interior do próprio sistema capitalista, haja vista a composição do Clube de Roma: empresários e cientistas das mais diversas nacionalidades.

Outro ponto a ser considerado é que a “ampla disseminação desse debate na década de setenta e a forte pressão de movimentos ecológicos e ambientalistas tiraram este tema do meio acadêmico e levaram-no para a sociedade, transformando a questão ambiental numa questão principalmente política” (MOTA, 2001b, p. 37). A preocupação ambiental assumida enquanto uma questão política e assimilada pelo Estado decorrente da publicação *Os Limites do Crescimento* (1972) consolidou-se ainda no mesmo ano da publicação em Estocolmo na Suécia.

Segundo Deléage (1993), a Conferência de Estocolmo, realizada entre 5 e 16 de junho de 1972, é considerada um marco do ambientalismo global. Representa a ascensão do movimento ambiental que já vinha se estruturando desde o final dos anos 60. Além disso, ela foi importante em função da legitimidade que concedeu aos assuntos ambientais, tendo a participação de representantes de 113 países e de 19 agências governamentais, universitários, representantes de agremiações e cientistas, que deixaram como legado o envolvimento das Nações Unidas com os programas ambientais dos países participantes.

Segundo Barbieri (2008), o surto de crescimento demográfico e industrial, que já vinha sendo reconhecido como principal causa da degradação ambiental no relatório do Clube de Roma, agravaria os problemas ambientais, fazendo com que eles extravasassem as fronteiras nacionais. Assim, foi preciso encontrar novos instrumentos de intervenção, capazes de abordar a problemática em espaço internacional. Já em 1969, o governo da Suécia propôs à Organização das Nações Unidas (ONU) a realização de uma conferência internacional para tratar desses problemas. Essa proposta ganhou mais força para se concretizar após um desastre ecológico em Minamata, Japão, que levou à morte, no ano de 1959, milhares de pessoas contaminadas por mercúrio. Visto as dimensões de ataques à natureza como o ocorrido no Japão, a proposta de se realizar em 1972 a Conferência de Estocolmo, foi aceita pelas principais nações envolvidas. Este evento firmou as bases para um novo entendimento a respeito das relações entre meio ambiente e desenvolvimento humano. Assim, cada vez mais a degradação ambiental pela ação humana foi ficando evidente (BARBIERI, 2008).

Estocolmo também ajudou a fortalecer os grupos ambientalistas e ampliar o seu papel político, como também a promover o desenvolvimento de políticas ambientais nacionais para posteriormente serem disseminadas e implementadas em níveis que atendessem à hierarquia governamental de cada nação: seja nas esferas nacional, estadual e/ou

municipal. Esta conferência também colaborou para fortalecer o reconhecimento da importância de agências ambientais nacionais dos países participantes. Para Mather e Chapman (1995, apud MOTA, 2001a), a principal força para a realização da conferência foi atribuída, assim como em Roma, às preocupações com o processo de industrialização e seus efeitos no desenvolvimento das nações.

Segundo Mota (2001a), a Conferência pretendia também desenvolver ações contra o subdesenvolvimento por meio da transferência de recursos técnicos e financeiros para os países do denominado Terceiro Mundo. O secretário-geral canadense da conferência à época, Maurice Strong, professor e empresário do ramo petrolífero, recomendava uma nova estratégia: o “ecodesenvolvimento”, baseado na utilização de recursos humanos e naturais em escala local e regional. Assim, foi em Estocolmo que nasceu a ecologia política em escala internacional.

Ainda segundo Mota (2001a), a Conferência de Estocolmo estabeleceu intenções e recomendações que serviram de inspiração e orientação para a formulação e implementação de políticas públicas de cada país participante. Estavam implícitas na carta de princípios as preocupações com o desenvolvimento e o uso sustentável dos recursos naturais antes mesmo da conceituação oficial de “Desenvolvimento Sustentável”, que ganhou contornos somente em 1987 com o Relatório *Nosso Futuro Comum*.

No Brasil, até a década de 1970, não havia propriamente o que se chama hoje de política ambiental, mas intervenções públicas de diferentes áreas, como saúde e habitação, que convergiram na Conferência de Estocolmo para o enfrentamento da questão ambiental. Tratava-se de um conjunto de princípios, estratégias, diretrizes de ação e procedimentos que visava proteger a integridade do meio físico e biótico de nosso país, bem como dos grupos sociais que dele dependiam. Segundo Acselrad (2001), uma política ambiental explícita de governo, no Brasil – aquela que nomeia propriamente o meio ambiente como seu objeto – iniciou-se em 1973 com a criação da SEMA. O surgimento dessa instituição foi contemporâneo de processos similares em que agências e mecanismos institucionais públicos foram criados em um grande número de países – notadamente industrializados, em paralelo aos debates da Conferência de Estocolmo.

Ainda segundo o autor, burocratizado e fraco já em seus primeiros momentos, o órgão ambiental do governo federal fortaleceu-se com a Lei nº 6.938/1981, que definiu os marcos e os instrumentos da política nacional de meio ambiente. Constituiu-se gradativamente um sistema nacional – Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA) – formado por um número crescente de agências ambientais criadas pelos governos estaduais.

Em 1984, a criação efetiva do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), previsto na Lei nº 6.938/1981, deu um passo no sentido de articular a política ambiental com as políticas de meio ambiente ligadas às demais políticas de governo (agrícola, industrial, de energia etc.). Em 1989, integrou-se os órgãos da própria política ambiental explícita – até então executando isoladamente as políticas de pesca (Superintendência de Desenvolvimento da Pesca – SUDEPE), florestal (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF), da borracha (SUDHEVEA) e a própria SEMA. Assim, criado em 1989, o IBAMA, novo órgão executor da política de meio ambiente, foi subordinado à nova Secretaria de Meio Ambiente da Presidência da República em 1990 e, em 1992, ao então criado Ministério do Meio Ambiente (MMA).

Além disso, de acordo com Mattos e Mattos (2004), após a Conferência de Estocolmo foram criados o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e o Programa Observação da Terra, *Earthwatch*, para monitorar as diversas formas de poluição. Alguns anos mais tarde, segundo Setti et al. (2000), em 1985, a Assembleia Geral das Nações Unidas, atribuiu ao (PNUMA) a tarefa de delinear estratégias ambientais para os anos próximos e como forma de prestar subsídios ao PNUMA, foi criada a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMDA), que preparou um relatório sobre o meio ambiente em escala global. Essa Comissão, composta por 21 participantes, foi escolhida e presidida pessoalmente pela Primeira-Ministra da Noruega à época, Gro Harlem Brundtland.

Segundo Foladori (2001), em 1986 foi criado ainda o programa *Global Change*, constituído de parte do Conselho Internacional de Uniões Científicas, para estudar as inter-relações goesfera-biosfera. Decorrente desses programas de monitoramento de mudanças globais, um ano mais tarde a CMDA, que pesquisou a situação de degradação ambiental e econômica da Terra, produziu um relatório conhecido como “*Relatório Brundtland*” (devido à ex-Primeira-Ministra norueguesa, Gro Harlem Brundtland) ou “*Our common future*”, Nosso Futuro Comum (1987). Assim, as últimas décadas do século XX foram decisivas para a consolidação do planejamento das políticas ambientais para um “desenvolvimento sustentável”, noção criada com base em acordos internacionais, devido a pressões internas e externas que a questão ambiental produziu a partir do pós-guerra até a Conferência de Estocolmo, em 1972 (ROESLER, 2007).

A Comissão, segundo Mota (2001a), identificou problemas que não foram abordados em reuniões anteriores que discutiram a problemática ambiental até aquele momento em que foram avaliados como entraves para o que viria a se conceituar como desenvolvimento sustentável: o crescimento demográfico, a deterioração dos solos provocada

pela criação de gado e pela agricultura, o desflorestamento, a destruição de espécies e as alterações climáticas globais. Algumas intenções foram levantadas como subsídio para elaboração de novas metas. O relatório priorizou, segundo Mota (2001a), diminuir o consumo dos recursos naturais, especialmente os energéticos, a redução da dívida externa dos países pobres e a reorientação dos recursos destinados aos orçamentos militares, objetivando modificar as relações econômicas internacionais e diminuir as desigualdades sociais.

Foladori (2001) evidencia, no entanto, que, enquanto a comissão realizava suas investigações, o capitalismo mundial se mostrava cada vez mais distante da possibilidade de afirmar um desenvolvimento sustentável. Alguns dados foram objetos de análise do relatório: o aprofundamento da crise ambiental na África chegou ao seu clímax, a explosão em uma fábrica de pesticidas em Bopal, na Índia, que matou 2 mil pessoas e deixou mais 200 mil feridas, o maior desastre nuclear, em Chernobyl, na Ucrânia e a morte de cerca de 60 milhões de pessoas, sendo a maioria crianças, de enfermidades diarreicas relacionadas à contaminação da água e desnutrição em todo o mundo.

Apesar dos acontecimentos que se passaram em meio à investigação da CMDA, a questão da sustentabilidade, analisada sob diversas óticas, tornou-se um conceito mais claro e de fácil entendimento. Três critérios fundamentais surgiram dessa reunião para serem obedecidos simultaneamente: a equidade social, a prudência ecológica e a eficiência econômica, que, na época, foi designada como abordagem do “ecodesenvolvimento”, e segundo Sachs (1993), posteriormente renomeado “desenvolvimento sustentável”. Nesse sentido, Foladori (2001, p. 118) mais uma vez apresenta sua crítica ao capitalismo: “Com isso, Our commom future mostrava, sem reconhecê-lo, que não se pode separar o regime capitalista de produção das questões ambientais e sociais”. Nota-se que a sustentabilidade foi vista como um processo de mudança contínua na estrutura social das nações, em que as dimensões tecnologia, organização social e capacidade de suporte da biosfera pudessem ser gerenciadas e aprimoradas a fim de proporcionar uma nova ordem no crescimento econômico. Dessa forma, o desenvolvimento sustentável incorpora o desafio de conciliar as esferas econômica, social e ambiental, ainda que minimamente, para garantir algum futuro diferenciado, que, na visão dos defensores do conceito de desenvolvimento sustentável de Brundtland, pode ser alcançado com uma interação complexa entre essas esferas. Então,

[...] se não mantivermos um padrão mínimo de qualidade da atmosfera, dos solos, dos recursos hídricos, a possibilidade de satisfazer necessidades humanas básicas poderá ficar comprometida. Então, garantir esses recursos ambientais não se coloca como uma questão puramente econômica, mas de justiça social (LENZI, 2006, p. 106).

Nesse sentido, Mattos e Mattos (2004) apontam que a discussão realizada pelo Relatório Brundtland tinha por objetivo lançar um novo modelo de desenvolvimento, definido como: “desenvolvimento que satisfaça as necessidades das presentes gerações sem comprometer a capacidade das futuras gerações em satisfazer suas próprias necessidades” (p. 07). No entanto, tal conceito tem sido contestado de muitas formas, mostrando-se ambíguo dadas as dificuldades de ser efetivado em sua proposição de equilibrar as dimensões econômica, social e ambiental, além de politicamente não poder levar em consideração a opinião das futuras gerações, uma vez que estas não existem para poder negociar qual mundo desejam receber.

Outra crítica dirigida à noção de desenvolvimento sustentável é o fato de este ter se mostrado muito mais um termo que legitima a exploração dos recursos naturais de forma velada, uma vez que a dimensão econômica, por vezes, se sobrepõe às demais. De acordo com Hopwood et al. (2005), nos últimos cem anos, principalmente, o meio ambiente tem sido amplamente visto como algo externo à humanidade, sobretudo para ser usado e explorado. Assim, a relação entre pessoas e o ambiente foi concebida como um triunfo da humanidade sobre a natureza. Nesse sentido, a economia vem sendo o tema dominante dos debates, sendo o aumento da produção a principal prioridade.

Apesar dos impasses, contradições e conflitos que permeiam a criação e divulgação do conceito de desenvolvimento sustentável, este foi e tem sido propagado como uma base política internacional devido à sua abrangência e generalização. Sua execução prática compõe o cenário político, sobretudo no que se refere à regulamentação sob a forma de lei. No Brasil, segundo Roesler (2007), assim como as leis de meio ambiente, a Constituição de 05/10/1988 consagra que todos têm direito ao ambiente ecologicamente equilibrado, bem como de uso comum do povo e essencial à qualidade de vida com base na definição de Desenvolvimento Sustentável do Relatório Brundtland. Mas, para assegurar a efetividade desse direito ambiental, a Constituição Federal incumbe o poder público de preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e promover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas, tendo este muitas funções atribuídas para assegurar a realização desse direito ambiental.

Além de fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e a manipulação de material genético, cabe ao poder público realizar estudos prévios de impacto ambiental a que se dará publicidade, promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública do meio ambiente, bem como proteger a fauna e a flora, cuja depredação fica vedada na forma de lei. No entanto, tais tarefas se desenrolam permeadas em dificuldades devido à existência de poucos agentes fiscalizadores do cumprimento da lei, a existência de corrupção em muitos setores e órgãos ligados às questões do meio ambiente, além da amplitude do território brasileiro, que se faz como um obstáculo para fiscalizar.

Segundo Roesler (2007), a Constituição Federal (CF) de 1988 insere pela primeira vez no Brasil o termo “meio ambiente” com o destaque que poucos países deram à temática. Além de ser dotada de um capítulo próprio para as questões ambientais (capítulo VI da CF), ao longo de diversos outros artigos trata das obrigações da sociedade e do Estado brasileiro para com o meio ambiente. Dessa forma, é possível perceber que o Relatório Brundtland foi de suma importância para pautar a preocupação ambiental sob a forma de um conceito, ainda que passível de muitas críticas. No Brasil, essa incorporação das questões ambientais pela esfera jurídica pode ser considerada, como dito anteriormente, com uma ênfase muito maior ao que foi dada em muitos outros países, visto que o Relatório foi publicado em 1987 e a Constituição Federal de 1988 já incorpora em sua redação diversas leis e princípios relacionados à proteção ambiental.

Cabe ainda dizer que o “Nosso Futuro Comum” constituiu-se em um documento de alerta para os problemas ambientais globais, mas também contribuiu para a abertura de espaço para a realização de uma conferência que não apenas gerasse uma carta de intenções, mas que pudesse discutir e aprovar uma agenda comum a todos os países. E isso foi possível somente cinco anos mais tarde, na Conferência do Rio de Janeiro.

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), realizada no Rio de Janeiro no período de 3 a 14 de junho de 1992, conhecida também como Rio-92 ou ECO-92, contou com a participação de representantes de 178 países, incluindo cerca de 100 chefes de estado, 4.000 entidades da sociedade civil internacional, além da participação de aproximadamente 500 ONGs do mundo todo, podendo ser considerada a maior já realizada no âmbito da ONU (BARBIERI, 2008). Para Delâge (1993), ela representou um marco importante para a causa da sustentabilidade ambiental, sinalizando, especificamente, para países que detêm grandes reservas da biosfera a defesa de seus patrimônios naturais. Além disso, reafirmou a declaração de Estocolmo e avançou em questões pontuais do meio ambiente.

Segundo Foladori (2001), a CNUMAD teve por objetivo elaborar estratégias e medidas com a finalidade de deter e reverter a degradação ambiental, bem como promover o desenvolvimento sustentável. Nesta conferência, foi elaborada uma série de declarações, entre as quais se destacam a convenção sobre mudança climática e uma recomendação para que se estabilizassem as emissões de dióxido de carbono no ano 2000 nos níveis que se encontravam em 1990. O principal resultado dessa conferência foi a aprovação de um plano de ação, a denominada “Agenda 21”, composta de 4 seções e 40 capítulos, que define objetivos e metas a serem alcançados: “trata-se de um documento político com compromissos assumidos pelos Estados, traduzidos em ações concretas, sobre meio ambiente e desenvolvimento” (IPRI, 1993, p. 39 apud MOTA, 2001a). Cabe salientar que, para a sua implementação, foram necessários esforços das instituições públicas e da sociedade em busca de interesses comuns que resultassem em elevar a qualidade de vida e equacionar os problemas sociais, como a pobreza e o subdesenvolvimento, com menos degradação ambiental.

Com relação à Agenda 21, a Seção I trata especificamente das dimensões social e econômica do desenvolvimento sustentável, incluindo os efeitos dos padrões de consumo nos países industrializados. Observa-se dessa forma que a primeira seção traz um caráter mais amplo das implicações do desenvolvimento sustentável frente aos diversos problemas sociais e econômicos enfrentados pelos países, inclusive relacionando esses problemas ao padrão de consumo de países industrializados, que produzem efeitos sobre os demais. Já a Seção II é dedicada à gestão e à conservação dos recursos naturais, incluindo o planejamento e a gestão integrada do solo, a proteção dos ecossistemas e o desenvolvimento rural. Dessa forma, esta seção caracteriza-se como prática, em que tarefas específicas são elaboradas para a execução do planejamento, gerenciamento e tomadas de decisão quanto ao uso de recursos naturais. A Seção III refere-se ao fortalecimento do papel dos grupos sociais, abrangendo os temas relativos ao gênero feminino, juventude, crianças, indígenas, organizações não governamentais, autoridades locais, trabalhadores e sindicatos, empresas, comunidade científico-tecnológica e agricultores. E a Seção IV trata mais especificamente do aparato burocrático dos meios de implementação da Agenda 21, que inclui recursos e mecanismos financeiros, transferência, cooperação e capacitação tecnológica, arranjos institucionais e instrumentos e mecanismos jurídicos internacionais (MOTA, 2001a).

Para Barbieri (2009), a Agenda 21 é uma espécie de consolidação sistematizada por assuntos (erradicação da pobreza, padrão de consumo, combate ao desflorestamento, proteção da atmosfera, gestão de recursos hídricos, manejo de resíduos

sólidos etc.) que foram tratados em diversos relatórios, acordos e outros documentos intergovernamentais elaborados durante décadas. Foram eles a Conferência das Nações Unidas sobre Água, em Mar del Plata de 1977, a Conferência Intergovernamental de Tbilisi sobre Educação Ambiental, também em 1977, a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, de 1982, a Convenção de Viena para Proteção da Camada de Ozônio, de 1985, e a Conferência Mundial sobre Ensino para Todos de Jontien, de 1990.

Além desses eventos, a Agenda 21 incorporou as recomendações das convenções e documentos oficiais aprovados durante a Conferência do Rio de Janeiro de 1992, bem como os princípios, conceitos e recomendações do relatório da Comissão Brundtland e de documentos de entidades importantes ligadas ao movimento do desenvolvimento sustentável, como a *World Conservation Union* (UICN) e o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) (BARBIERI, 2009).

Ainda segundo o autor, um dos objetivos da Agenda é tirar as recomendações e os planos acordados nesses documentos das prateleiras dos órgãos oficiais e da esfera exclusiva dos governos centrais, para que diferentes segmentos da sociedade (como empresas, comunidade científica e tecnológica, autoridades locais, sindicatos etc.) possam contribuir, a seu modo, para o alcance dos resultados esperados. Nesse sentido, a “Agenda 21 trata de problemas globais importantes que devem receber atenção de diferentes agentes para sua implementação. Assim ela deve ser desdobrada em diversas agendas, como agendas nacionais, locais e organizacionais” (BARBIERI, 2009, p. 150).

Barbieri (2009) ainda faz menção a outros dois documentos da Rio-92 tidos como importantes fontes de princípios diretórios da conduta em relação ao meio ambiente: a Declaração sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e a Carta da Terra. A primeira é constituída por 27 princípios voltados para orientar a formulação de políticas públicas e acordos internacionais que respeitam interesses ligados ao desenvolvimento global e à integridade do meio ambiente. Já a “Carta da Terra” é outra fonte de princípios diretivos para políticas empresariais, que surgiu para incluir questões que não foram tratadas na Declaração do Rio de Janeiro de 1992 ou foram tratadas de modo insatisfatório. A Declaração, pelo fato de ser um documento oficial, deixou de lado questões sobre as quais não se obteria consenso facilmente, como a condenação da corrupção, a igualdade de gênero, a proteção aos animais e a defesa da democracia; questões essas que foram, de alguma forma, contempladas na Carta da Terra.

Além da Agenda 21, da Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e da Carta da Terra, outros dois documentos foram aprovados na Rio-92:

a Convenção sobre Mudanças Climáticas e a Declaração de Princípios sobre Florestas. A primeira refere-se à recomendação da redução da emissão dos gases do efeito estufa até o final do século aos níveis em que se encontravam na década de 1990. Os signatários dessa convenção foram, em sua maior parte, países da Europa, como Alemanha, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Portugal, Irlanda, Polônia, Noruega, Reino Unido, Suécia e Suíça, mas também foi assinada por Japão, Rússia, Austrália e Estados Unidos. Quanto a Declaração de Princípios sobre Florestas, a ideia inicial era aprovar uma convenção sobre exploração, proteção e desenvolvimento sustentável de florestas (BARBIERI, 2008). No entanto, segundo o autor, a oposição de vários países em desenvolvimento com grandes florestas (como Brasil, Índia, Nigéria, Quênia e Congo), fez com que essa ideia se transformasse numa declaração de princípios sem força jurídica no plano do direito internacional. Estes países se apoiaram nos princípios do direito internacional que reconhece a soberania dos países de explorar os recursos localizados dentro de seus territórios. Por fim, esse princípio passou a fazer parte da Declaração, vetando a proposta dos países desenvolvidos que defendiam princípios que ressaltassem os aspectos globais das florestas, principalmente como fixadoras de carbono. Para conciliar interesses divergentes, apenas foi proclamado o princípio genérico de que as florestas são fundamentais para as comunidades locais e para o ambiente global.

Passados oito anos de um dos maiores encontros internacionais que projetou as preocupações ambientais por meio das noções de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, em setembro de 2000, 189 nações firmaram um compromisso para combater a extrema pobreza e outros problemas da sociedade. De acordo com o *site* do PNUD esta proposta acabou se concretizando por meio de 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), que deverão ser alcançados até 2015. São eles: erradicar a extrema pobreza e a fome, atingir o ensino básico universal, promover a igualdade de gênero e autonomia das mulheres, reduzir a mortalidade infantil, melhorar a saúde materna, combater o HIV/AIDS, a Malária e outras doenças, garantir a sustentabilidade ambiental e estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento, conforme figura abaixo:

Figura 1 - Objetivos de Desenvolvimento do Milênio



Fonte: PNUD

Também conhecidos como 8 jeitos de mudar o mundo, os ODM destacam a sustentabilidade ambiental como importante meta a ser alcançada junto a outras que se detêm sobre o plano das questões sociais e econômicas. Ainda segundo o *site* do PNUD é possível visualizar os objetivos, que incidem sobre a sustentabilidade no Brasil e no mundo.

Com base na exposição feita até aqui, percebe-se que houve uma série de mobilizações públicas, privadas, comunitárias e/ou isoladas voltadas a uma preocupação ambiental mundial. O evento Rio-92 foi reconhecido como um marco pelos vários documentos desenvolvidos durante e posteriormente à sua realização. Por outro lado diversos fatores podem ser apontados que dificultam a implementação da Agenda 21, bem como dos outros documentos que se desdobraram da Rio-92. Destacam-se principalmente as mudanças do contexto mundial nas dimensões política (desaparecimento de economias socialistas), econômica (mobilidade de capitais, produtos e serviços) e tecnológica (substituição da mão de obra humana pelos novos meios de produção). Tais fatores acabaram por enfraquecer a importância dos problemas ambientais. Entretanto, na percepção da sociedade, isso não significa que:

[...] tais problemas se tornaram menos importantes, mas que novos problemas de segurança, como o terrorismo e o desemprego, têm atraído significativamente a atenção dos dirigentes e da sociedade como um todo. São problemas de curto prazo que invadem as agendas, deixando para o futuro as iniciativas propostas na Agenda 21. No Brasil as indefinições quanto ao processo de reforma do Estado também têm reduzido a prioridade para as ações do desenvolvimento sustentável. Exemplo desse fato está na inoperância de muitas das instituições dedicadas às questões ambientais e dos seus órgãos de coordenação (CORDANI et al., 1997, p. 406).

Além das dificuldades apontadas pelo autor, no plano geral destacam-se as críticas feitas por ambientalistas mais radicais, que esperavam da conferência questionamentos mais profundos, capazes de galgar transformações decisivas nos padrões de consumo da sociedade e das formas como se produz matrizes energéticas. Como aponta Novaes:

[...] esperavam que os países ricos demonstrassem concretamente sua decisão de reduzir o nível de consumo de suas populações. Esperavam caminhos para uma distribuição mais equitativa dos frutos do trabalho no mundo. A renúncia a formatos políticos, econômicos e sociais que colocam a vida em risco no Planeta (NOVAES, 1992, p. 90).

Em relação aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, algumas críticas lhes têm sido dirigidas, sobretudo pela fragmentação e falta de integração dos objetivos pelas nações, conforme aponta a matéria “Relatório critica falta de sinergia e fragmentação nos Objetivos do Milênio”, divulgada pelo portal da internet “Estadão”, datada de 13 de setembro de 2010 (ODMCRÍTICAS). Entretanto, muitos países têm conseguido alcançar metas de forma satisfatória, com destaque para países emergentes como o Brasil, que avançou significativamente em relação ao cumprimento dos ODM e pode cumprir grande parte das metas até 2015. O desempenho brasileiro só foi possível, entretanto, em função da participação social e de uma série de políticas públicas colocadas em curso nos últimos anos, que trouxeram impactos positivos sobre os ODM. Há bons indicadores, mas há muitos desafios a serem vencidos, pois em algumas áreas o país tem que avançar. Sobre o sétimo objetivo, que diz respeito à qualidade de vida e respeito ao meio ambiente, o país atingiu principalmente metas relativas ao abastecimento de água e a proteção da biodiversidade. Já a situação da melhoria nos sistemas de esgoto ainda se encontra distante em relação a outras metas (aproximadamente 75% de cumprimento) (ODMBRASIL).

Apesar dos impasses, a Rio-92 e os ODM forneceram subsídios para que, dez anos mais tarde, uma nova conferência ocorresse como tentativa de pôr em prática os acordos discutidos até então: a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, mais conhecida como Rio +10. De acordo com Little (2003), a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada em Johannesburgo, África do Sul, em agosto e setembro de 2002, contou com a participação de mais de 100 mil pessoas (entre elas, delegados oficiais de 189 países e milhares de representantes de organizações da sociedade civil, ativistas ambientais e jornalistas). O evento teve como um dos seus objetivos principais a avaliação dos acordos e convênios na Rio-92, particularmente da Agenda 21, e, se fosse

possível, o delineamento dos próximos passos para a implementação plena desses documentos.

Para Diniz (2002) a Rio+10 tinha o propósito de obter um plano de ação factível:

Se olharmos o documento THE JOHANNESBURG DECLARATION, obtido nessa conferência, tendo em vista os princípios expressos no passado, vemos que há poucas novidades. No entanto, foram detalhados alguns objetivos dentro dos princípios já conhecidos (DINIZ, 2002, p. 33).

Entre os desafios expressos no documento menciona-se a continuidade de diversos problemas ambientais de caráter global. Segundo Diniz (2002), destaca-se pela primeira vez, neste evento, os problemas associados à globalização, pois os benefícios e os custos a ela associados estão distribuídos desigualmente. Aponta-se até mesmo o risco de a pobreza gerar a desconfiança nos sistemas democráticos, o que poderia provocar o surgimento de sistemas ditatoriais. Também se procurou priorizar o combate a diversas situações adversas, como fome crônica, desnutrição, ocupação estrangeira, conflitos armados, narcotráfico, crime organizado, corrupção, desastres naturais, tráfico ilícito de armas, tráfico de pessoas, terrorismo, xenofobia, doenças crônicas transmissíveis (AIDS, malária, tuberculose e outras), intolerância e incitação a ódios raciais, étnicos e religiosos. Para atingir tais objetivos, o documento ressaltou a importância de instituições multilaterais e internacionais, como o Banco Mundial, a Organização Mundial do Comércio (OMC) e Organização Mundial da Saúde (OMS), mais efetivas, democráticas e responsáveis, frente a tantos problemas econômicos e sociais que têm interface direta com o problema de escassez de recursos naturais e degradações diversas do meio ambiente. Nota-se assim que a questão social vai entrando de maneira cada vez mais significativa no debate das conferências.

Nesse sentido, segundo Diniz (2002), alguns compromissos foram firmados entre os signatários em Johannesburgo. Em primeiro lugar, considerou-se a água e o saneamento. Deve-se diminuir pela metade a proporção de pessoas sem acesso a saneamento e água potável até 2015. Em segundo lugar, firmaram-se compromissos não quantitativos para que se aumente o acesso a serviços de energia modernos, à eficiência energética e ao uso de energia renovável. Também houve a preocupação de reduzir os subsídios à energia. Em terceiro lugar, espera-se que até 2020 os produtos químicos sejam utilizados e produzidos de forma a minimizar os prejuízos à saúde e que haja também cooperação para reduzir a poluição do ar (englobando os gases do efeito estufa). Até 2010, esperava-se que os países em desenvolvimento tivessem acesso a tecnologias alternativas desenvolvidas no sentido de

diminuir a emissão de produtos que interferissem na camada de ozônio. Esperava-se também a redução da perda de biodiversidade até 2010, a reversão da tendência de degradação de recursos naturais, a restauração de pesqueiros até 2015 e o estabelecimento de áreas marinhas protegidas até 2012. Ficou também estabelecido um empenho em se buscar maior acesso a mercados alternativos (por exemplo, por meio de blocos econômicos) com o fito do Brasil se desenvolver, em diminuir subsídios às exportações e em promover um conjunto de programas, no prazo de dez anos, para incentivar o consumo e a produção sustentáveis.

Com relação à participação do Brasil, houve forte representatividade do país em Johannesburgo e uma proposta amplamente debatida de se estabelecer a meta de 10% de energia renovável nas matrizes energéticas de todos os países do mundo até 2010. Paralelamente, a União Europeia tinha proposto 15% até 2010. Apesar do esforço brasileiro nas reuniões da conferência, a proposta foi rejeitada. Para Pereira Jr. (2002), essa rejeição era previsível, pois tinha a oposição dos países produtores de petróleo (com exceção da Venezuela), preocupados em não perder mercado para outras fontes de energia, como a de biomassa, geotermal, eólica, solar e de marés. Essa oposição vigorava até mesmo dentro do G-77, grupo de países em desenvolvimento do qual o Brasil é membro. Como as resoluções na Rio+10 foram tomadas por consenso, a posição contrária ao estabelecimento de metas funcionou como um veto à proposta brasileira. Além dos membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), declararam-se contra a iniciativa do Brasil o Japão, Austrália, Índia, China e Estados Unidos (EUA), sendo este último produtor e maior consumidor de combustíveis fósseis. Estavam explicitamente a favor os 33 países da América Latina e Caribe, os do Leste Europeu, os 15 da União Europeia e mais Suíça e Noruega, sem contar países da África e os 40 insulares.

Para o autor, apesar do impasse, a iniciativa brasileira teve o mérito de trazer o assunto a debate. Ficou decidido que a ONU acompanharia periodicamente o progresso na aplicação das energias renováveis, o que contribuiu para tornar o tema permanente. Assim, “mesmo rejeitada nos termos postos pelo Brasil, a proposta mostrou que o país estabeleceu um compromisso com as gerações futuras ao abordar o tema energia renovável” (PEREIRA JR., 2002, p. 5).

Apesar das inúmeras questões debatidas nesta conferência e da formulação de várias metas ambiciosas e factíveis, a Rio +10 comumente é tratada por alguns autores como frustrante devido aos muitos impasses ocorridos, como a recorrente discussão do Protocolo de Quioto:

Não bastasse a dimensão dos desafios a que a humanidade está submetida, a Rio+10 foi realizada em um cenário de instabilidade econômica e política e de vastos contenciosos comerciais globais. Apesar de contar com a presença de 189 países, e de cientificamente, haver uma clara delimitação dos problemas ambientais globais, a Conferência frustrou, em grande parte, as expectativas que a cercavam (PEREIRA JR., 2002, p. 4).

Segundo Pereira Jr., há no documento final da conferência muitas declarações vagas, sem o estabelecimento de meios para cobrar a implementação das medidas aprovadas. Diante disso, Little (2003, p. 13) afirma que “não é exagero se afirmarmos que os resultados em Johannesburgo foram mínimos e, em alguns casos, houve retrocessos”. Há de ser dito, no entanto, que, apesar das muitas críticas, a conferência realizada em Johannesburgo, sobretudo pela participação ativa do Brasil, atendeu de alguma forma às demandas anteriores com relação à cobrança de metas mais bem definidas, cuja efetividade ou funcionalidade são problemas de outra ordem. Com um novo fôlego para se tentar implementar as propostas desenvolvidas desde o início desse ciclo de conferências internacionais, passados mais 10 anos, o Brasil foi palco novamente de um evento ambiental: a Rio +20.

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (UNCSD), mais conhecida como Rio +20, ocorreu entre os dias 13 e 22 de junho de 2012 no Rio de Janeiro e contou com a participação de chefes de estados de 190 nações. O evento foi pautado em dois temas principais: uma economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável, da erradicação da pobreza e um quadro institucional para o desenvolvimento sustentável. Dessa forma, o objetivo principal da Conferência foi a renovação do compromisso político com o desenvolvimento sustentável. Isso se deu por meio da avaliação do progresso e das lacunas na implementação das decisões adotadas pelos principais agentes envolvidos no assunto: as nações participantes de tratados e acordos de redução de poluição e demais compromissos quanto à degradação ambiental, além do tratamento de temas novos e emergentes (BRASIL, 2012).

Uma economia dita verde, levada a debate formalmente pela primeira vez na Rio +20, prima pela valorização e incentivo em atividades com baixo teor de emissão de carbono, racionalização dos recursos, inclusão social, proteção e reforço da biodiversidade e dos serviços fornecidos pelos ecossistemas. E tal economia seria sustentada por três principais pilares: pouca intensidade em carbono, eficiente no uso dos recursos naturais e socialmente inclusiva. Nesse sentido, o relatório atual do PNUMA demonstra que a transição para uma economia verde com base em baixa emissão de carbono e alta eficiência de recursos seria

possível se fossem investidos 2% do PIB global por ano em dez setores estratégicos: construção civil, energia, pesca, silvicultura, indústria, turismo, transporte, resíduos e reciclagem, água e saneamento básico, já que tais setores são tidos como os que mais consomem recursos naturais e mais poluem o meio ambiente com os resíduos gerados em suas atividades.

O documento indica assim, que o desenvolvimento econômico deve ser atrelado à melhoria do índice de desenvolvimento humano, reduzindo ou mantendo sua “pegada ecológica”, que se refere à quantidade de terra e água necessária para sustentar as gerações atuais, tendo em conta todos os recursos materiais e energéticos gastos por uma determinada população. A pegada ecológica é atualmente um dos termos mais mencionados quando se trata da problemática ambiental e tem sido utilizada como uma medida, um indicador de sustentabilidade ambiental (GALLO et al., 2012).

Gallo et al. (2012) afirmam ainda em relação a uma economia verde e sua implementação, que há várias posições críticas que apontam desde um “esverdeamento do capitalismo”, no sentido de que principalmente o setor industrial camufla ações para parecerem ecologicamente corretas, até posicionamentos que identificam a economia verde como o caminho para transformar o mundo em um lugar mais solidário. No entanto, apenas pequena parte dessas iniciativas destaca a importância de que se aprofunde o debate sobre o conteúdo e as estratégias deste novo modelo econômico, uma vez que a dimensão puramente lucrativa tem se sobressaído em relação àquelas que levam em consideração os impactos sociais e ambientais.

Com relação às políticas públicas colocadas em prática em um contexto de economia verde, fica evidente que elas deveriam ser diferentes em cada país, levando-se em consideração suas condições socioeconômicas e institucionais específicas, seus recursos naturais e os pontos de maior degradação ambiental. Teoricamente, todos os países teriam ganhos econômicos diretos ao fazer a transição para uma economia verde, por meio de maior produtividade, otimização de recursos, ampliação de empregos a partir da inovação e do surgimento de mercados e atividades “verdes”. Se alcançados esses objetivos, haveria uma redução em 33% das emissões de dióxido de carbono, limitando, assim, o aquecimento global. Além disso, outros benefícios diretos de uma economia verde resultariam em mais saúde e bem-estar da população em geral (GALLO et al., 2012).

Com base nessas exposições, nota-se que esses eventos internacionais promoveram uma disseminação da preocupação ambiental, que hoje inegavelmente é global. É ainda por meio dessas conferências que surgem novos conceitos, termos, debates, ideias e

possibilidades e, sobretudo, novos acordos realizados pelos Estados e seus governos em busca de se criar estratégias para minimizar os danos ambientais em determinados territórios por meio de políticas públicas. No entanto, questiona-se, ao final deste capítulo, a realização de tantas conferências com avanços ínfimos. Pode-se dizer que houve uma ampliação das discussões em torno da sustentabilidade? Qual o papel político das conferências? Em que medida elas legitimam os impasses em escala internacional que reforçam a permanência dos agentes no plano discursivo? Quais ações efetivas podem ser destacadas nesses anos que nos separam das primeiras preocupações com o meio ambiente?

É importante frisar que não há consenso quando se trata de priorizar ações em relação ao cuidado com o meio ambiente, assim como não há consenso no que diz respeito às noções de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável. Tais dificuldades residem na existência díspar de interesses econômicos, políticos, culturais, acadêmicos e sociais em relação ao trato despendido aos recursos naturais. Observa-se ainda a assimetria entre as nações que participam das conferências, dos acordos e dos principais conselhos que decidem as ações políticas em âmbito internacional, dificultando o alcance das metas e sua efetivação política.

Nota-se, ainda, que um dos maiores problemas está localizado na busca por uma sustentabilidade capaz de considerar as três dimensões indispensáveis na consolidação de um desenvolvimento sustentável, a saber, o meio ambiente, o social e a economia. Isso pode ser observado quando organizações públicas ambientais (como o IBAMA, por exemplo) liberam estudos de impactos, relatórios e licenças muitas vezes fraudulentos, maquiados e alterados para que determinados empreendimentos de grande impacto ambiental possam ser operacionalizados. Pode-se citar como exemplo o caso do consórcio Energética Barra Grande S.A (BAESA) em Pelotas no Rio Grande do Sul. De acordo com a matéria “A fraude de Barra Grande foi esquecida?”:

Apesar de a área ser definida como de Extrema Importância para a Conservação da Biodiversidade, pelos mapeamentos do MMA (2003), pertencer à Zona Núcleo da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, reconhecida pela UNESCO como Patrimônio Natural Mundial e protegida pela Constituição Federal, o IBAMA e o MMA não tomaram providências para sua proteção legal, quando da emissão das licenças ambientais, entre 2001 e 2005 (SOSRIOPELOTAS, 2010).

Isso porque a BAESA se baseou em um Estudo de Impacto Ambiental – Relatório de Impacto Ambiental (EIA-RIMA) fraudulento, entregue ao IBAMA. No relatório

foi sonogada a informação da presença de mais de seis mil hectares de floresta com araucária em estado virgem ou avançado de regeneração, que juntamente com os mil hectares de campos naturais formavam mais de 85% da área alagada. Assim, tais obras acabam sendo construídas em função de ganhos financeiros, onde se omitem os reais impactos sociais e ambientais.

Com base nesses apontamentos históricos, é possível perceber o leque de problemas presentes na questão da sustentabilidade discutida em escala mundial. As dificuldades que o Estado encontra para gerir tais problemas são evidentes e, diante delas, uma espécie de desconforto tem se manifestado na população, acionando pessoas a agir coletivamente ou de forma mais localizada para enfrentar os problemas ambientais. É precisamente das relações existentes entre a elaboração e implementação das políticas públicas ambientais que competem ao Estado e uma política que se desenha no cotidiano de grupos sociais menores que os próximos capítulos se ocuparão.

CAPÍTULO II

DIMENSÕES POLÍTICAS DA AÇÃO AMBIENTAL

Conforme visto no capítulo anterior, abordar a temática ambiental não constitui uma tarefa fácil nem definitiva. A breve história da sustentabilidade ambiental perpassou caminhos conflituosos em que se podem notar preocupações advindas de diferentes agentes e instituições sociais até a constituição de um corpo mais definido, com a criação do conceito de “desenvolvimento sustentável” (Brundtland, 1991). Este, ainda que seja alvo de muitas críticas, foi amplamente problematizado nas Conferências Internacionais sobre Sustentabilidade que vêm sendo realizadas de maneira sistemática. Todavia, um ponto de suma importância demonstrado no resgate histórico é o envolvimento direto do Estado na problemática, que se manifesta formalmente com a criação de leis de proteção ambiental e políticas públicas.

Nesse sentido, embora o capítulo anterior tenha demonstrado que a ênfase na preocupação ambiental faz-se em torno da tríade que envolve questões econômicas, sociais e ambientais ou ecológicas, o problema é, em última instância, político, uma vez que envolve processos de decisão individual e coletivo sobre como enfrentar de maneira contextualizada e organizada as questões ligadas ao meio ambiente. É precisamente este o objetivo do presente capítulo: compreender o que vem a ser política e como esse conceito se articula com a preocupação ambiental, convergindo para decisões mais sólidas no âmbito das políticas públicas.

Derivado do adjetivo *pólis* (*politikós*), o termo política refere-se à cidade e, conseqüentemente, ao que é urbano, civil, público, sociável e social. Para Bobbio et al. (1998), o termo política foi usado durante séculos para designar principalmente obras dedicadas ao estudo daquela esfera de atividades humanas que se refere, de algum modo, às coisas do Estado. Buscando pelo verbete *político* em dicionários de etimologia da língua portuguesa, uma primeira definição encontrada diz: “Político. Do gr. politikós ‘relativo ao governo de uma cidade, de um Estado’, pelo lat. politicu, por via erudita” (NASCENTES, 1966, p. 596). Fontinha (s/d) traz uma definição um pouco mais abrangente do verbete:

Político, adj. (Gr. politikós > Lat. politicu (m) – Que se refere ou pertence ao governo do Estado; astucioso; delicado; que não está em boas relações com alguém; s.m – homem versado em política; indivíduo que, dedicando-se à política, se filia num partido, ou para servir honestamente o país, ou para especular com a política; estadista; homem de Estado (FONTINHA, [s.d], p. 1390).

Assim, partindo dos verbetes “político”, em que se destaca a relação do Estado e seu exercício pelas mãos dos homens versados em política, filiados a partidos (estadistas), se chegou a alguns estudos realizados por Foucault (1996, 1997, 2008a, 2008b), nos quais o autor utiliza o termo governamentalidade para mostrar que historicamente foi criada uma racionalidade para governar as pessoas e as relações sociais. Tal governamentalidade vem se desenvolvendo mais precisamente desde o século XVIII e tem como objetivo conhecer de maneira mais direta a vida da população por meio de:

[...] práticas múltiplas, na medida em que muita gente pode governar: o pai de família, o superior do convento, o pedagogo e o professor em relação à criança e ao discípulo. Existem portanto muitos governos, em relação aos quais o [...] Estado é apenas uma modalidade. Por outro lado, todos estes governos estão dentro do Estado ou da sociedade. Portanto, pluralidade de formas de governo e imanência das práticas de governo com relação ao Estado (FOUCAULT, 1996, p. 280).

Também mencionada como razão governamental, a governamentalidade ocupa-se da elaboração de uma racionalidade que busca organizar e dirigir a conduta dos homens por meio de uma administração estatal, que diz “respeito à definição do que se entende por governo do Estado, aquilo que chamaremos governo em sua forma política” (FOUCAULT, 1996, p. 278). Nesse empreendimento, é notável o quanto os conhecimentos advindos da estatística colaboram para mostrar que a população possui uma regularidade própria que pode ser amplamente conhecida e investigada, atentando, por exemplo, para o cálculo do número de mortes e nascimentos, de doenças, de epidemias e de acidentes. Assim, desenha-se uma “biopolítica”, que pode ser entendida como “a maneira pela qual se tentou, desde o século XVIII, racionalizar os problemas propostos à prática governamental, pelos fenômenos próprios a um conjunto de seres vivos constituídos em população: saúde, higiene, natalidade, raças” (FOUCAULT, 1997, p. 89).

Nesse sentido, a população aparecerá como objetivo final do governo que, em sua forma estatal ou política, terá como propósito “melhorar a sorte da população, aumentar a riqueza, sua duração de vida, sua saúde” (FOUCAULT, 1997, p. 289). Isso ocorre por meio de campanhas que agem diretamente sobre a vida do coletivo populacional. Pode-se tomar como exemplos dessas campanhas as que buscam informar e mobilizar a população para a prevenção de determinadas doenças, como a AIDS e a dengue, e as que alertam sobre o uso de diversas substâncias como álcool e drogas, advertindo sobre seus males, além das possíveis penalizações por esta conduta, sobretudo quando relacionada à locomoção no

trânsito. Essas campanhas em específico podem estar mais relacionadas à atualidade, mas a tática de recorrer a elas é adotada há muito tempo pelos governos e transitam sobre as mais diversas dimensões da vida. Conforme evidencia Foucault, os governos, em sua forma estatal, promoverão:

[...] campanhas através das quais se age diretamente sobre a população, e técnicas que vão agir indiretamente sobre ela e que permitirão aumentar, sem que as pessoas se dêem conta, a taxa de natalidade ou dirigir para uma determinada região ou para uma determinada atividade os fluxos de população (FOUCAULT, 1996, p. 289).

A constituição de um saber de governo é indissociável da constituição de um saber sobre os processos referentes à população, no sentido precisamente da economia, entendida como administração da produção e distribuição de bens e serviços e as diversas transações monetárias implicadas nesse processo. A economia política é um tipo de intervenção característica deste saber que participa da organização da população, da cidade ou do Estado com técnicas e táticas específicas de governo em busca de prosperidade. Isso pode se constituir a partir do momento em que, entre diversos elementos, aparece um novo objeto a ser conhecido: a população (FOUCAULT, 2008).

São estes três movimentos – governo, população e economia política – que juntos constituem um conjunto a ser governado. Mas o que é governar? Na visão de Foucault (2008b, p.6), “Governar segundo o princípio da razão de Estado é fazer que o Estado possa se tornar sólido e permanente, que possa se tornar rico, que possa se tornar forte diante de tudo o que pode destruí-lo”. Neste viés, o tipo de cálculo, a forma de racionalidade que permitiu que a razão governamental se autor-regulamentasse para governar uma população é a economia política, ou seja, uma espécie de reflexão geral sobre a organização, a distribuição e a limitação dos próprios poderes numa sociedade em busca de desenvolvimento. Nota-se assim que, desde o século XVIII, ganha contornos

[...] um fenômeno particularmente astucioso, pois se efetivamente os problemas da governamentalidade, as táticas de governo se tornaram a questão política fundamental e o espaço real da luta política, a governamentalização do Estado foi o fenômeno que permitiu ao Estado sobreviver. São as táticas de governo que permitem definir a cada instante o que deve ou não competir ao Estado, o que é público ou privado, o que é ou não estatal, etc.; portanto o Estado, em sua sobrevivência e em seus limites, deve ser compreendido a partir das táticas gerais da governamentalidade (FOUCAULT, 1997, p. 292).

A problemática do meio ambiente aos poucos também se torna uma preocupação do Estado, sendo incorporada em sua racionalidade para governar a população. Há muito tempo, o Estado vem desenvolvendo algumas iniciativas de proteção ambiental, com foco no bem-estar e na saúde da população, criando melhores condições de habitação e sobrevivência. Nesse sentido, começa-se a perceber que os problemas relativos ao meio ambiente possuem uma interface indissociável com os problemas de saúde pública.

Exemplo disso é o início da prática da medicina social na Europa. Em meados do século XVIII, o processo de urbanização propiciou o desenvolvimento dessa prática por meio de uma razão estatal que tinha por objetivo fazer uma população viver frente à propagação intensa de doenças e do alto índice de mortalidade. A medicina urbana daquele tempo tinha por objetivo o controle da circulação de indivíduos e elementos naturais indispensáveis para sobrevivência, como a água e o ar. O ar era considerado um dos grandes fatores patogênicos, o que gerava a seguinte preocupação: como manter a qualidade do ar em uma cidade se ele era bloqueado, impedido de circular entre os muros, as casas e as ruas estreitas? Daí a necessidade de abrir longas avenidas no espaço urbano, organizando-se, portanto, corredores de ar e água para manter o bom estado de saúde da população.

Importante ressaltar que o Estado recorreu a comissões acadêmicas formadas por médicos, químicos e engenheiros para elaborar os melhores métodos de arejamento das cidades. Em Paris, por exemplo, no ano de 1767, de modo bastante precoce, um arquiteto chamado Moreau propôs um plano diretor para a organização das margens e ilhas do rio Sena, que foi aplicado até o começo do século XIX, entendendo-se que a água devia, com sua corrente, “lavar” a cidade das impurezas. Outro grande objeto da medicina urbana europeia é a organização do que Foucault chama de “distribuições e seqüências” (FOUCAULT, 1996, p. 91). Onde colocar os diferentes elementos necessários à vida comum das cidades? Era o problema das fontes e dos esgotos ou dos barco-bombeadores e dos barcos-lavanderia daquela época. Como evitar que se aspirasse água de esgoto nas fontes onde se ia buscar água de beber ou como evitar que o barco-bombedor, que trazia água de beber para a população, não aspirasse água suja pelas lavanderias vizinhas? Essa desordem foi considerada, na segunda metade do século XVIII, responsável pelas principais doenças epidêmicas das cidades europeias (FOUCAULT, 1996).

No Brasil, é sabido que o longo período de colonização portuguesa fez com que no país a urbanização fosse mais bem desenvolvida em face das experiências anteriores na Europa, que resultaram em diretrizes públicas que privilegiassem a melhor disposição de moradias e condições de circulação da população e de mercadorias. Além disso, o Brasil é

imensamente superior em extensão territorial quando comparado aos países da Europa, ou seja, o que foi um grande problema para as cidades europeias se organizarem e que deixava suas populações a mercê de problemas de saúde e higiene, não o foi para o Brasil. Isso possibilitou uma melhor organização de ruas, sistemas de esgotamento e distribuição de água, devido ao espaço abundante. Na fala sintética de Bonduki (2004, p. 28), um arquiteto e pesquisador em Arquitetura e Urbanismo, pode-se visualizar tal situação quando ele cita o caso da cidade de São Paulo: “As condições de moradia e de vida nas cidades industriais europeias eram muito piores do que as existentes em São Paulo, na virada do século”.

Mesmo assim, o processo de urbanização exigiu um olhar atento às condições de salubridade das pessoas em relação ao meio habitacional, porque o urbanismo é “uma técnica destinada a organizar a cidade de modo a permitir que ela abrigue todas as atividades necessárias ao funcionamento da sociedade, mas preservando a qualidade de vida de seus habitantes” (RIBEIRO, 2005, p. 176). Coelho Souza (2004) complementa que o crescente processo de urbanização exigiu a adoção de medidas que visassem o bem-estar e a qualidade de vida das pessoas, especialmente daquelas que residem nos grandes centros, onde a concentração populacional tem sido cada vez maior. Portanto, para que isso fosse possível, uma preocupação com o meio ambiente, sinônimo de bem-estar, passou a ser problematizada, ainda que primariamente se centrasse no ambiente social construído e não tanto em relação ao ambiente natural. Observa o autor:

Atenta a essa realidade, estabeleceu a Constituição de 1988, mais especificamente em seu art. 182, normas voltadas para a política de desenvolvimento urbano, aí compreendida a ideia em torno do desenvolvimento e das funções sociais da cidade. Com tais medidas, buscou-se proteger o meio ambiente artificial, formado, regra geral, pelos espaços urbanos construídos (COELHO SOUZA, 2010, p. 1).

Dessa forma, nota-se que o processo de urbanização do país toma necessariamente em consideração aspectos ligados à saúde da população em face das grandes transformações do meio ambiente. Se por um lado o processo de urbanização ligado à industrialização possibilitou uma concentração populacional nos centros urbanos, por outro, o desenvolvimento rápido das cidades e o crescimento demográfico implicaram uma administração de recursos naturais, além de uma preocupação com a saúde geral da população, sobretudo para os que habitam ainda hoje espaços de riscos, como as favelas, marcadas pelas precárias situações de saneamento, abastecimento de água, asfaltamento e moradia. Assim, a saúde pública tem sido considerada um importante aspecto para o processo

de segurança de uma população. Observa Mello (1975, p. 321): “O governo que considera seu povo como o fulcro do engrandecimento da Nação não pode descuidar de outras providências relacionadas com as condições sanitárias do meio ambiente em que vive a comunidade”. Nesse sentido, o autor defende que o saneamento básico, a erradicação de endemias e a poluição atmosférica são fatores que exigem detida atenção e cujas soluções dependerão do planejamento e investimento governamental em relação à saúde coletiva. Soares et al. (2002) observam que somente nos últimos anos o acesso aos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário passou a ser considerado como tema ambiental, inclusive no Brasil.

Afirmam os autores que, com os avanços incorporados na área de saneamento e controle da poluição nas últimas décadas, evidenciou-se a necessidade de realizar uma revisão da legislação, em face dos padrões de qualidade da água e ar que se queria estabelecer. Com efeito, no final dos anos 80, começaram a ser elaboradas e revisadas as legislações pertinentes aos padrões de qualidade das águas, a exemplo da Resolução 20/86 (Brasil, 1986) do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), que, entre outros objetivos, buscou garantir a proteção das águas dos mananciais, e da Portaria nº 36/90 do Ministério da Saúde (MS, 1990), que estabelece normas e padrões para a qualidade da água de consumo humano. Cabe ainda ressaltar que essa revisão legislativa foi necessária também devido ao caráter complexo do cumprimento de políticas que envolviam ambas as dimensões, saúde pública e meio ambiente. No caso do sistema de esgotamento sanitário, apesar dos benefícios à saúde pública, como o afastamento dos esgotos da proximidade das residências, existem significativos impactos negativos que se fazem presentes desde a sua implementação.

É notável que, com o decorrer do tempo, foi ganhando importância a criação de uma área de conhecimento voltada especificamente para o estudo da inter-relação entre saúde e meio ambiente, denominada Saúde Ambiental. Esta, segundo a definição estabelecida pela Organização Mundial de Saúde (OMS) consiste em um “campo de atuação da saúde pública que se ocupa das formas de vida, das substâncias e das condições em torno do ser humano, que podem exercer alguma influência sobre a sua saúde e o seu bem-estar” (BRASIL, 1999). Afirma ainda a OMS (1995) que a Saúde Ambiental engloba todos aqueles aspectos da saúde humana que estão determinados por fatores físicos, químicos, biológicos, sociais e psicológicos no meio ambiente, referente à teoria e prática de valorar, corrigir, controlar e evitar fatores do meio ambiente que, potencialmente, possam prejudicar a saúde de gerações atuais e futuras. A incorporação do conceito de desenvolvimento sustentável de Brundtland (1991) está presente no corpo dessa área de conhecimento quando a preocupação saúde-meio ambiente se faz presente tanto para a atual geração quanto para as futuras.

A vinculação entre a dimensão ambiental e a saúde da população foi ampliada a partir da década de 1970, época em que foi criada a Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA). Esta secretaria tem como objetivo promover a saúde e o bem-estar da população em face da preservação do meio ambiente. Além disso, o Ministério da Saúde vem estruturando a área de vigilância sanitária e, em 2003, criou a Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS), em que está inserida uma Coordenação Geral de Vigilância Ambiental em Saúde, que tem como objetivo geral prevenir e controlar fatores de risco, de doenças e de outros agravos à saúde, decorrentes do ambiente e das atividades produtivas (RIBEIRO, 2004).

Observa-se, portanto, que uma racionalidade própria de Estado vem organizando politicamente toda uma série de práticas, normas e intervenções que envolvem, de forma indissociável, a saúde pública e o cuidado com o meio ambiente. Nesse sentido, pode-se analisar uma das principais ocupações do Estado que organiza e administra os modos de vida de uma população em meio a esse contexto: as políticas públicas ambientais. Tais políticas exercem grande impacto nos modos como a sociedade se organiza individual e coletivamente frente a uma preocupação ambiental cada vez mais globalizada e profunda.

Segundo Mota (2001a), uma política pública envolve um conjunto de decisões inter-relacionadas, tomadas por um gestor ou por um grupo de gestores a respeito de objetivos e metas que operacionalizam um conjunto de ações. Entre os diversos tipos de políticas públicas que o Estado tem formulado e implementado, pode-se encontrar a saúde, a educação e a economia. Em alguma medida, todas essas áreas ligam-se ao problema da gestão dos recursos naturais. No entanto, as políticas especificamente ambientais surgem mais tardiamente devido a uma preocupação com o meio ambiente e seus impactos que foi sendo incorporada no decorrer do tempo, com a organização das cidades.

Para Mota (2001a), as políticas públicas ambientais são formuladas objetivando garantir a sustentabilidade dos recursos ambientais. E por sustentabilidade ambiental pode-se entender a manutenção dos recursos naturais essenciais à vida de todas as espécies. Afirma Guimarães:

[...] os recursos mais essenciais à vida humana, tais como o ar que respiramos, o alimento que nos fornece energia vital e os materiais para construir e equipar nossas casas, são todos eles produzidos a partir de processos naturais. Nesse sentido, a política se funda no pilar ecológico da sociedade (GUIMARÃES, 1988, p. 244).

Com isso, pode-se considerar que a introdução dessa nova dimensão ecológica no debate político convoca as mais diversas áreas de conhecimento a enfrentar desafios sem precedentes, pois constantemente o Estado e os governos demandam da comunidade acadêmica e dos diversos profissionais especializados na temática respostas para a crise ecológica. Uma crise generalizada que envolve a escassez de recursos naturais essenciais às vidas (animais e vegetais) no planeta.

Para Guimarães (1988), a ecopolítica é uma forma abreviada para denominar a política ecológica. A prática da ecopolítica funda-se no reconhecimento de que atuar sobre a precaução ecológica dos problemas políticos é antes uma questão de sobrevivência. A sua urgência provém do fato de que o tempo para tomar alguma atitude política mais significativa diante da problemática ambiental está se esgotando com muita rapidez ou pelo menos mais rapidamente do que a capacidade de as instituições sociais e políticas intervirem.

Segundo Cunha e Coelho (2003), até meados da década de 1980, o Estado ditou, de forma centralizada, a política ambiental a ser seguida no Brasil. A partir de então, o processo de formulação e implementação da política ambiental no país passou a ser, cada vez mais, produto da interação entre ideias, valores e estratégias de ação de atores sociais diversos, num campo marcado por contradições, alianças, conflitos e uma delegação cada vez maior da preocupação ambiental à população.

É possível identificar, de acordo com Cunha e Coelho (2003), pelo menos três tipos de políticas públicas ambientais: as regulatórias, as estruturadas e as indutoras de comportamento. Tais políticas permitem pensar que uma governamentalidade, tal qual estudada por Foucault (1996, 1997, 2008a, 2008b), põe em ação decisões tomadas por gestores públicos conforme períodos e demandas específicos da problemática ambiental.

As políticas regulatórias dizem respeito à elaboração de legislação específica para estabelecer ou regulamentar normas e regras de uso e acesso ao ambiente natural com seus recursos, bem como à criação de aparatos institucionais que garantam o cumprimento da lei. Esse tipo de política fez-se muito presente entre os anos de 1930 a 1971, marcados pela construção de uma base de regulação dos usos dos recursos naturais, em que vários instrumentos de políticas ambientais puderam ser idealizados e postos em prática. O debate sobre a criação do Código Florestal, por exemplo, ocorrido nessa época, ganhou novo alento com a criação do Serviço Florestal Federal em 1925. Mas foi a partir da Revolução de 1930, sob a égide de um Estado centralizador, que a regulação ambiental ganhou impulso definitivo em nosso país. Essas políticas ambientais voltadas para a adoção de medidas de

cunho normativo são as que mais vêm evoluindo no Brasil, por meio de iniciativas governamentais articuladas nos campos da gestão dos recursos hídricos, do manejo florestal, no controle da poluição, prevenção e combate a incêndios florestais, capacitação para planejamento e o uso da terra e na promoção de ações de educação ambiental. Cabe enfatizar que, nesse primeiro período das políticas ambientais no Brasil, privilegiou-se uma abordagem nacional do problema ambiental e, apenas secundariamente, foram desenvolvidas ações com caráter regional. As ações públicas incidiram basicamente nas regiões Sul e Sudeste, onde os processos de industrialização e urbanização estavam mais avançados e, por consequência, já causavam graves danos ao meio ambiente (CUNHA; COELHO, 2003).

Nessa primeira fase das políticas ambientais, um tipo de instrumento foi particularmente introduzido como controlador da degradação ambiental: o chamado instrumento de comando e controle ou instrumento de regulação. De acordo com Souza (2000) esse tipo de instrumento:

Tanto nos países industrializados como nos países em desenvolvimento [...] têm sido a base dos sistemas de gestão do meio ambiente. Essas regulamentações formam, basicamente, um conjunto de normas, regras e padrões que devem ser obedecidos pelos agentes econômicos e sociais com vistas a adequarem-se a determinadas metas ambientais, acompanhado de um conjunto de penalidades previstas para aqueles que não as cumprirem (SOUZA, 2000, p. 240).

Bastante característico desse período, inclusive no Brasil, foi o desenvolvimento e a adoção dos chamados “padrões”. Segundo Souza (2000), esses instrumentos são frequentes na gestão ambiental em todo o mundo e dizem respeito a metas que se pretendem traçar e alcançar para diferentes variáveis ambientais que se afetam reciprocamente, como emissão de gases de efeito estufa, uso de tecnologias e desempenho e eficiência ambientais. Esses padrões são impostos aos agentes econômicos de forma que os mesmos devem cumpri-los ou então arcar com as penalidades legais correspondentes.

Esses instrumentos também são conhecidos por controles administrativos e, na sua forma mais comum, representam a obrigatoriedade de as indústrias reduzirem sua poluição até certo nível ou instalarem determinados equipamentos ou sistemas de tratamento para restringir seus efluentes (dejetos industriais). Comumente, esses mecanismos de regulação se traduzem em padrões de emissão, que são limites legais à quantidade de poluentes, atendendo aos requisitos da proteção da saúde humana e dos recursos ambientais (CARVALHO, 1987). Nota-se que esse tipo de instrumento político tem uma interface direta

com o Estado, ao passo que se pauta na legislação para regular e sancionar a emissão de poluições diversas, para atender, como disse Carvalho, às preocupações com a saúde da população e dos recursos naturais. Há uma clara imposição com base na força da lei e na correspondente punição daqueles que não aderirem a esses tipos de instrumentos.

A segunda categoria de políticas ambientais identificadas por Cunha e Coelho (2003) são as estruturadoras. Elas implicam intervenção direta do poder público ou de organismos não governamentais na proteção ao meio ambiente. Como exemplo de políticas estruturadoras tem-se a criação de unidades de conservação, sejam elas públicas ou reconhecidas pelo Poder Público, bem como a realização ou financiamento de projetos locais de conservação e de atividade de zoneamento econômico e ecológico. Esse tipo de política pode ser encontrado mais frequentemente de 1972 a 1987, período em que a ação intervencionista do Estado chegou ao ápice, ao mesmo tempo em que aumentou a percepção de uma crise ecológica global.

Nesse mesmo período, ocorreu um maior envolvimento de ONGs com os problemas ambientais e suas ações começaram a se tornar cada vez mais intensas. Esse segundo momento no processo de formulação de políticas ambientais no Brasil foi fortemente influenciado pelo informe do Clube de Roma, “Os Limites do Crescimento”, divulgado em 1971, e pela Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, realizada em Estocolmo, em 1972. Em 1971 também foi fundado o *Greenpeace*, umas das organizações não governamentais de maior visibilidade no setor ambientalista. A crise do petróleo no início da década de 1970 ampliou o debate mundial sobre a escassez dos recursos naturais. E como marco importante desse momento político no âmbito internacional, em 1979 foi criado o primeiro Partido Verde do mundo, na Alemanha, cuja repercussão foi manifesta mundialmente, servindo de inspiração e modelo para a sucessiva criação de outros partidos verdes mundo afora.

A Política Nacional do Meio Ambiente também foi elaborada neste período (1981) por meio da Lei Federal nº 6.938, que deu origem a “dois procedimentos importantes que forneceram as bases para criação dos ‘custos de poluir’: a criação do Sistema de Licenciamento de Atividades Poluidoras (SLAP) no âmbito dos estados e os estudos prévios de impacto ambiental” (CUNHA; COELHO, 2003, p. 51). Importante ressaltar que esses procedimentos são componentes de mais um tipo de instrumento de comando e controle dessa segunda fase de políticas ambientais: as licenças. Cabe dizer que a atuação do Estado chegou ao ápice devido à continuidade e aprimoramento na elaboração de instrumentos em função da primeira fase. As licenças são usadas pelos órgãos de controle ambiental para autorizar a

instalação de operação de projetos e atividades que incorram em impacto ambiental. Para tanto, afirma Souza:

Aqueles projetos mais complexos e que reconhecidamente possuam um grande potencial de alteração das condições ambientais de uma determinada região, geralmente requerem Estudos de Impacto Ambiental (EIAs) e a apresentação de Relatórios de Impacto Ambiental (RIMAs). Esses estudos visam avaliar o efeito do investimento sobre o meio ambiente, julgar sobre a pertinência ambiental do projeto e estabelecer exigências de controle de poluição e de mitigação das ações agressivas ao meio ambiente (SOUZA, 2000, p. 240).

Nesse sentido, o surgimento desses estudos e relatórios, no final de 1986, foram respostas à crescente visibilidade das populações locais, nativas ou não, ameaçadas pelos projetos infraestruturais que se desenvolviam em todo o país e se consolidavam como uns dos principais instrumentos relativos às políticas ambientais. A ausência de tais estudos dificultava a concessão de uma licença para operar atividades nocivas ao meio ambiente.

Por último, as políticas de tipo indutoras referem-se a ações que objetivam produzir efeitos no comportamento de indivíduos ou grupos sociais. São normalmente identificadas com a noção de desenvolvimento sustentável e são implementadas por meio de linhas especiais de financiamento ou de políticas fiscais e tributárias. Representam, portanto, iniciativas destinadas a otimizar a alocação de recursos. O emprego estratégico de instrumentos econômicos, nesse caso, busca privilegiar certas práticas consideradas ambientalmente desejáveis e inviabilizar aquelas que podem resultar em degradação ecológica.

As certificações ambientais, como ISOs (Organização Internacional para Padronização, em português) e selos verdes (PROCEL, IBD, entre outros) também podem ser incluídas nas políticas indutoras, pois são formuladas com o objetivo de modificar o comportamento dos consumidores. Esse terceiro período das políticas públicas no nosso país identificado por Cunha e Coelho (2003), corresponde ao ano de 1988 e se estende aos dias atuais, sendo marcado pelos processos de democratização e descentralização decisórias e pela rápida disseminação da noção de desenvolvimento sustentável. Esse período concerne a uma mudança significativa na abordagem da problemática ambiental do país, com base na divulgação do Relatório Brundtland, em 1987, introduzindo com grande repercussão o conceito de desenvolvimento sustentável.

No Brasil, o processo de redemocratização levou à promulgação de uma nova Constituição em 1988, com forte tendência descentralizadora, diferentemente do

primeiro período, que era marcado predominante por uma ação estatal centralizadora. Com isso, o envolvimento da sociedade local nas questões ambientais passou a ser estimulado e noções como a de “divisão de responsabilidades” e a de “complementaridade” entre as competências federais, estaduais e municipais ganharam importância, acompanhadas de discussões sobre o papel dos diversos atores sociais na reformulação das políticas públicas e no reordenamento das demandas setoriais e regionais. Com relação à Constituição de 1988, por meio de seus legisladores e partes envolvidas em sua criação, pode-se dizer que ela foi a primeira a tratar especificamente da questão ambiental, contendo um capítulo e artigo específico (Cap. VI, artigo 225) sobre meio ambiente.

Neste período, com base na nova Constituição, também foram instituídas novas bases de aplicação de multas, a obrigação de recuperação dos ambientes degradados e a lei para compensar (criação de *royalties*) à União e a aplicação com destaque de um instrumento regulatório (zoneamento) aos estados e aos municípios pela exploração de recursos naturais hídricos, minerais e petrolíferos.

Segundo Souza (2000), o zoneamento é uma regulamentação do uso do espaço e da terra empregado principalmente pelos governos locais no início dos anos 1990, tanto a fim de indicar ou mesmo determinar aos agentes econômicos a localização mais adequada para certas atividades, como também dispor sobre a permissão ou não para a utilização de determinadas áreas para certas atividades. É um instrumento dos mais utilizados no Brasil e em nível municipal. O tipo de zoneamento mais conhecido são os distritos industriais, que destinam uma determinada área para a instalação de indústrias ao redor das cidades, visando, por um lado, evitar que as instalações industriais se instalem em locais onde poderiam ter um potencial poluidor maior (acima de uma barragem de abastecimento de água, por exemplo) e, por outro, concentrar as atividades industriais de forma a facilitar o desenvolvimento de infraestrutura e a fiscalização.

É importante ressaltar que o zoneamento muitas vezes é confundido com plano diretor de uma cidade, o que implica dificuldades de gestão e distribuição de competências. Segundo Villaça (1999), pela gestão pública brasileira mais ortodoxa, o zoneamento não é considerado parte do plano diretor, embora muitos pensem em zoneamento quando falam em plano diretor. Na administração municipal brasileira, zoneamento e plano diretor desenvolveram-se de forma paralela, porém independente. Grande parte dos principais municípios brasileiros, como Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre e Recife, tem zoneamento, total ou parcial, há várias décadas, mas não tiveram há muito tempo um plano diretor. Conforme a definição do autor, o plano diretor envolve:

Um plano que a partir de um diagnóstico científico da realidade física, social, econômica, política e administrativa da cidade, do município e de sua região, apresentaria um conjunto de propostas para o futuro desenvolvimento socioeconômico e futura organização espacial dos usos do solo urbano, das redes de infra-estrutura e de elementos fundamentais da estrutura urbana, para a cidade e para o município, propostas estas definidas para curto, médio e longo prazos, e aprovadas por lei municipal. Essa seria uma definição que acreditamos ser a mais consensual (VILLAÇA, 1999, p. 238).

O conceito de plano diretor inclui o zoneamento como um instrumento indispensável à sua execução, mas são raros os planos diretores que incluem um zoneamento minimamente desenvolvido a ponto de ser autoaplicável, tal qual a ideia original. De acordo com o Perfil dos Municípios Brasileiros, elaborado em 2009 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Plano Diretor, de documento técnico passou a ser definido pelo Estatuto da Cidade como “um conjunto de princípios e regras orientadoras da ação dos agentes que constroem e utilizam o espaço urbano” (IBGE, 2010, p. 36). Ele torna-se, deste modo, um meio de debate dos cidadãos sobre a definição de opções de intervenção no território, adquirindo ainda um caráter de atuação mais imediato, com princípios de ação em municípios que primam por uma gestão participativa.

O plano diretor consta no Estatuto da Cidade de acordo com a lei Nº 10.257, de 10 de julho de 2011 e regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelecendo diretrizes gerais da política urbana. O plano ainda se enquadra no capítulo II do Estatuto da Cidade, que dispõe dos Instrumentos da Política Urbana, na seção XII sobre Estudo de Impacto de Vizinhança, e está contido especificamente no capítulo III desta seção, em que contempla no artigo 41 questão ligada à regulamentação de áreas que possam sofrer impactos ambientais. A saber:

Art. 41. O plano diretor é obrigatório para cidades:

I – com mais de vinte mil habitantes;

II – integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas;

III – onde o Poder Público municipal pretenda utilizar os instrumentos previstos no 4º do art. 182 da Constituição Federal;

IV – integrantes de áreas de especial interesse turístico;

V – inseridas na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional (ESTATUTO DA CIDADE, 2002, p. 33).

Importante dizer que, com o passar do tempo, esse documento vem ganhando força, embora imerso em muitas críticas referentes ao seu não cumprimento. Nesse sentido, é notória a inserção das questões ambientais nos planos diretores, nos quais ganham

destaque com capítulos específicos sobre meio ambiente, além de ser considerado em outras seções, capítulos e artigos que, por promoverem impactos ao meio ambiente, enfatizam a necessidade de uma gestão mais responsável. Segundo consta no Perfil dos Municípios Brasileiros de 2009:

Levando em conta, apenas os municípios com mais de 20 000 habitantes, dos 1 644 que necessitavam elaborar o Plano Diretor até 10 de outubro de 2006, conforme previsto no Estatuto das Cidades, restaram, em 2009, 211 que ainda não o fizeram. Destes, no entanto, 158 afirmaram estar elaborando o mesmo (IBGE, 2010, p. 37).

Verificado o último Perfil dos Municípios Brasileiros, de 2011, não foram encontradas informações ou mesmo gráficos e tabelas referentes ao processo de implantação de planos diretores em municípios que têm a obrigatoriedade. Nesse sentido, pode ser entendido que os 211 municípios restantes concluíram o desenvolvimento de seus planos diretores em 2010. Ressalta-se, ainda, que alguns municípios têm dado abertura para que a população possa opinar e contribuir significativamente com a melhoria desses planos, com base em uma gestão mais democrática. No caso do Plano Diretor Participativo Municipal de Londrina (PDPML), nota-se, no *site* da prefeitura, que os arquivos referentes ao plano estão bastante fragmentados e sendo atualizados conforme os interesses dos cidadãos vão se fazendo presentes. No *site* é possível constatar que:

Em observância ao art. 40 (parágrafo 4º, incisos II e III) da Lei Federal nº10.257/2001 - Estatuto da Cidade, disponibiliza-se ao público os documentos e informações produzidos pelo Plano Diretor Participativo de Londrina. Os trabalhos de revisão do PDPML estão em processo de construção, sendo assim as informações aqui apresentadas não estão finalizadas, podendo sofrer modificações e complementações (LONDRINA, 2013).

Uma questão importante emerge da utilização dos instrumentos governamentais de comando e controle presentes nas três fases das políticas ambientais: algumas críticas recorrentes feitas por economistas ambientais permitiram que o mercado institísse outros instrumentos que regulassem a problemática ambiental, via mecanismos de compensação econômica. As críticas aos instrumentos de comando e controle se concentram basicamente nos potenciais prejuízos que pequenos produtores ou empresários de pequenas empresas possam ter em função desse tipo de regulação. Por exemplo, de acordo com Souza (2000), a adoção de um determinado padrão tecnológico pode trazer eficácia ambiental, mas,

ao mesmo tempo, comprometer a viabilidade econômica de alguns produtores, acarretando, assim, um problema de distribuição dos custos da redução da degradação ambiental; ou pode também elevar os custos de produção de empresas situadas em localidades isoladas, onde a poluição ou a degradação dos recursos ambientais não sejam problemas ainda alarmantes. Observa o autor que tal situação reduz o incentivo para que as empresas se desloquem para áreas menos densamente povoadas, que seria desejável do ponto de vista ambiental e econômico. Além disso, para o autor, os instrumentos de comando e controle, sobretudo os padrões, não levam em consideração as iniciativas alternativas voluntárias das empresas em termos de redução da degradação. É devido a essas e muitas outras críticas que os mecanismos de compensação econômica vêm crescendo cada vez mais no Brasil.

Carvalho (1987) identifica duas formas de instrumentos de compensação econômica bastante aplicados às indústrias: os subsídios e as licenças para poluir. Os subsídios são instrumentos que se caracterizam pela redução de impostos, por parte do Estado, como forma de recompensa às indústrias que menos poluem. Normalmente, a concessão de subsídios está condicionada à compra de determinados equipamentos de controle de poluição, como filtros. Afirma Souza, em consonância com o autor:

[...] os subsídios são uma série de instrumentos que repassam recursos públicos (ou libera as empresas de transferirem recursos ao Estado, como no caso dos incentivos fiscais) aos agentes poluidores ou degradadores ambientais, destinados a incentivá-los a reduzir suas emissões ou a reduzir os seus custos de controle, ou ainda a incentivarem os utilizadores dos recursos naturais a melhorarem a eficiência de utilização desses recursos, substituí-los por outros ou mesmo abandonar o seu uso (SOUZA, 2000, p. 255).

Já a venda de licença para poluir baseia-se na seguinte ideia: para cada região o governo fixaria um limite máximo de poluição que poderia ser emitido pelo conjunto das diferentes indústrias. Esse limite, uma vez atendido, permitiria a obtenção de um nível de qualidade ambiental considerado satisfatório. Esse montante de poluição seria então distribuído por meio de inúmeras “licenças para poluir”, que seriam vendidas em leilão às empresas poluidoras. As indústrias só estariam autorizadas a poluir a quantidade especificada em sua licença (CARVALHO, 1987).

Esse instrumento, também chamado de Certificados de Direito a Poluir é considerado um dos mais liberais entre todos os instrumentos de mercado. São licenças transacionáveis que as empresas adquirem para que tenham direito a um determinado volume de emissões. Esses certificados têm o mesmo efeito prático das taxas aplicadas pelo Estado,

ou seja, oneram as atividades poluidoras proporcionalmente ao volume de emissão de cada empreendimento, porém diferem na implementação e operação, pois possibilitam que um determinado agente que tenha adquirido certificados que lhe dão direito a um determinado volume de emissões, mas que posteriormente tenha reduzido este volume possa vender os certificados que se tornaram excedentes. Da mesma forma, se uma empresa quiser aumentar as suas emissões, terá de comprar mais certificados (SOUZA, 2000).

Souza afirma que o Brasil possui uma regulamentação ambiental relativamente consolidada, que usa uma diversidade de instrumentos. O Licenciamento Ambiental, por exemplo, um dos instrumentos mais importantes na política brasileira, é previsto desde a Lei de Política Ambiental de 1981, embora tenha sido regulamentado em 1986. São utilizadas inúmeras taxas ambientais sobre o volume de poluição ou sobre serviços prestados por agências públicas. São utilizados, também, instrumentos como o zoneamento, padrões de emissão, padrões tecnológicos, incentivos fiscais e créditos subsidiados.

A título de exemplo, Souza (2000) destaca a utilização dos instrumentos nos estados do Rio de Janeiro, Paraná e Minas Gerais. No Rio de Janeiro existem políticas que utilizam certificados de direito a poluir (licenças intercambiáveis). A Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (FEEMA), órgão responsável pelo controle ambiental no Rio de Janeiro, dentro do Programa de Despoluição da Bahia da Guanabara, instituiu um sistema de certificados de direito a poluir, com a fiscalização dividida entre a própria fundação e outras empresas. Outro exemplo de incentivo econômico é o chamado ICMS Ecológico do estado do Paraná. A Lei Complementar Estadual nº 59, de 1991, estabelece que 5% dos 25% do total arrecadado com o ICMS no estado do Paraná e que se destinam aos municípios (ou seja, 5% do fundo de participação dos municípios no ICMS) devem ser divididos entre os municípios que possuem unidades de conservação ambiental ou áreas preservadas de mananciais que abasteçam municípios vizinhos. Com essa lei, portanto, foi estabelecida uma compensação para que os municípios abdicuem de utilizar economicamente determinadas áreas. Já a política florestal do estado de Minas Gerais, além de instrumentos de comando e controle do desmatamento e de incentivos ao reflorestamento, inclui a utilização da “taxa floresta”, que consiste na cobrança de um tributo sobre a exploração florestal. Essa taxa, atualmente, funciona como um importante incentivo às práticas sustentáveis de exploração florestal e apresenta variações significativas, dependendo do tipo de exploração.

Com base nesta periodização do processo de elaboração e implementação de políticas ambientais e de seus instrumentos, pode-se observar uma grande movimentação que envolve diversos atores sociais que foram sendo incorporados na problemática e os diferentes

meios legais pelos quais o Estado foi desenvolvendo a elaboração, implementação e controle das políticas públicas. Um órgão estatal que pode ser apontado como relevante nesse processo de integração entre governos e diversos atores em relação aos problemas do meio ambiente é o Ministério das Cidades. Segundo o *site* do Ministério, sua criação constituiu “um fato inovador nas políticas urbanas, na medida em que superou o recorte setorial da habitação, do saneamento e dos transportes e trânsito para integrá-los levando em consideração o uso e a ocupação do solo” (BRASIL, 2013). Tal consideração, embora imersa em autopromoção por parte do Estado, está relacionada diretamente a uma crescente preocupação com as questões ambientais em todos os níveis da administração pública, sobretudo quando o Ministério afirma:

Outro aspecto fundamental de sua criação está na busca da definição de uma política nacional de desenvolvimento urbano em consonância com os demais entes federativos (município e estado), demais poderes do Estado (legislativo e judiciário) além da participação da sociedade visando à coordenação e à integração dos investimentos e ações nas cidades do Brasil dirigidos à diminuição da desigualdade social e à sustentabilidade ambiental (BRASIL, 2013).

Importante destacar que, com a criação do Ministério das Cidades, o governo federal cumpriu parte de sua função em relação às políticas urbana e setoriais de habitação, saneamento e transporte, fortalecendo os municípios. Com isso, o Ministério espera eliminar desperdícios de recursos decorrentes da descontinuidade de projetos, desarticulação entre ações simultâneas e sucessivas, falta de integração intermunicipal, falta de controle social e público, e desconhecimento das questões ambientais. Esse ministério vem buscando na elaboração dos documentos um compromisso cada vez maior com a transparência na gestão pública. Isso fica evidentemente público, inclusive com o compromisso ambiental quando diz que tem desafios a vencer, como: “[...] instituir uma política de longo prazo, que tenha continuidade e seja sustentável (como exige a mudança da dramática situação das grandes cidades) e subordinar os financiamentos às diretrizes da política de desenvolvimento urbano buscando evitar os erros do passado” (BRASIL, 2013).

Dentre alguns setores específicos que ficam a cargo do Ministério das Cidades administrar destaca-se a Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, prevista pela Lei Nacional de Saneamento Básico 11.445/2007, que tem como propósito contribuir com as políticas, planos e ações do setor para nortear o “[...] impacto de sua promulgação perante os

serviços no Setor e sua interface e integração com diferentes políticas relacionadas com o desenvolvimento das cidades, a saúde e o ambiente” (BRASIL, 2013).

É possível verificar, em relação a essa secretaria, a elaboração de uma vasta gama de documentos, regulamentações, decretos, leis e regimentos com o objetivo de normatizar e gerenciar os usos e destinos da água como recurso esgotável e suas implicações no saneamento básico dos municípios. Ainda é possível notar no *site* vários planos em ação, projetos de departamentos subordinados, até a elaboração de um Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), com a finalidade de buscar uma sustentabilidade no uso racional da água, além da prevenção e promoção de saúde coletiva. Nesse sentido, para Cunha e Coelho (2003) não há dúvidas de que o Estado continua sendo o principal agente articulador entre as diferentes iniciativas e ações acerca das principais políticas ambientais no Brasil. Apesar disso, uma gama variada de atores não diretamente ligados ao Estado vem exercendo atividades crescentes na formulação de projetos ambientais.

Entre os atores não estatais mais representativos estão organizações internacionais como o Banco Mundial, Organização Mundial de Saúde (OMS) e Organização Mundial do Comércio (OMC), as ONGs e as grandes corporações. As organizações internacionais participam da definição de uma agenda ambiental global e se articulam com os países em desenvolvimento, afetando diretamente o meio ambiente, como os programas de financiamento e até mesmo as negociações de créditos de carbono. As ONGs também participam da definição de uma agenda ambiental, tanto internacional quanto nacionalmente, articulando negociações sobre mecanismos de regulação e dando forma às políticas ambientais de agências e doadores internacionais mediante a implementação de projetos de intervenção direta ou de programas de pesquisa, além da forte atuação militante que busca pressionar direta ou indiretamente o Estado e os governos para a tomada de posição em face do que estejam reivindicando. Grandes corporações também formulam e executam projetos ambientais, delimitando áreas de proteção ambiental ou investindo em projetos estatais, criando áreas de proteção ambiental ou investindo em projetos de ONGs, de acordo com seus interesses empresariais (CUNHA; COELHO, 2003).

Importante notar que as considerações sobre políticas ambientais feitas até aqui se referem a um posicionamento macrossocial e de ações generalizantes que buscam, pela via da lei e das políticas públicas, tratar dos problemas ambientais através de um escopo regulador maior: o Estado. Nessa perspectiva, uma macropolítica concerne a uma linha de ação que pode ser considerada mais rígida, racionalizada e instituída, ao passo que

organizações menores como as empresas, as ONGs e os grupos ambientalistas também participam de debates políticos institucionais.

Mesmo as políticas públicas do tipo indutoras, notoriamente marcadas pelo caráter descentralizador das tomadas de decisão, que desde 1988 vêm transferindo as preocupações ambientais de Estado podem ser consideradas como componentes de uma macropolítica. Isso porque o direcionamento dessas políticas, que se dissipa entre indivíduos e grupos para assimilar a importância da sua participação nos problemas ambientais com imperativos do tipo “faça sua parte”, não vem isento de um teor legal. O chamado para ação acontece por meio de campanhas que buscam mobilizar e até sensibilizar a população em prol de alguma atividade. A esse respeito e retomando a noção de população sobre a qual se incide o Estado para governar, diz Foucault que a população é “[...] considerada das suas opiniões, das suas maneiras de fazer, dos seus comportamentos, dos seus hábitos, dos seus temores, dos seus preconceitos, das suas exigências, é aquilo sobre o que se age por meio da educação, das campanhas, dos convencimentos” (FOUCAULT, 2008a, p. 99).

Nota-se, aqui, como de fato uma racionalidade vem perpassando o posicionamento do Estado em face do agravamento dos problemas sociais, que também incluem os ambientais. Dessa forma, tem-se, por parte do Estado, uma distribuição de deveres - conforme visto no último período de políticas públicas ambientais, as indutoras (CUNHA; COELHO, 2003) - que buscam privilegiar certos comportamentos em detrimento de outros. Nesse sentido, uma passagem de Foucault parece elucidar o apontamento dos autores:

A população como sujeito político, como novo sujeito coletivo absolutamente alheio ao pensamento jurídico e político dos séculos precedentes [...] aparece tanto como objeto, isto é, aquilo sobre o que, para o que são dirigidos os mecanismos para obter sobre ela certo efeito, [quanto como] sujeito, já que é a ela que se pede para se comportar deste ou daquele jeito. [...] contanto que as pessoas se comportem devidamente, temos aí, não digo os bons elementos da população, mas comportamentos que fazem que cada um dos indivíduos funcione como membro, como elemento dessa coisa que se quer administrar da melhor maneira possível, a saber, a população (FOUCAULT, 2008a, p. 57).

No entanto, frente à complexidade que é o sistema político global, com seus agravantes, como a corrupção, e mais ainda os impasses em relação aos problemas ambientais discutidos nas Conferências Internacionais sobre Sustentabilidade, uma questão inquietante se coloca: seria possível pensar e exercitar uma política do cotidiano que envolvesse a ação direta dos sujeitos localizados em sua realidade social?

E é precisamente dessa dimensão micropolítica, ou seja, de uma política que é exercitada no cotidiano das relações sociais, que o próximo capítulo se ocupará. Nele, procurar-se-á mostrar como um cidadão comum, podendo sofrer efeitos advindos da depredação da natureza e das políticas ambientais, agrega em sua vida uma preocupação com o meio ambiente, exercendo atividades que são, a princípio, de responsabilidade do Estado. Buscar-se-á analisar como iniciativas menores buscam construir práticas, em seu cotidiano, fazendo valer uma preocupação com o meio ambiente.

CAPÍTULO III

AS PRODUÇÕES SOCIAIS LIGADAS AO MEIO AMBIENTE

As questões ligadas ao meio ambiente envolvem toda uma gama de agentes que constituem uma articulação complexa, uma vez que compreendem variadas áreas de conhecimentos e interesses no trato dessas questões. Há inclusive questões ligadas ao meio ambiente que escapam do escopo político estatal, atingindo níveis de atuação cada vez mais localizados. É nesse sentido que cabe questionar: a legitimidade faz-se presente apenas nas ações maiores que buscam atingir a um grande coletivo populacional, como as realizadas pelo Estado e pelas Conferências Internacionais sobre Sustentabilidade? Para além dessas instâncias, várias outras ações vêm sendo desenvolvidas e ganhando legitimidade devido a iniciativas menores realizadas em pequenos coletivos que buscam pressionar o Estado para olhar atentamente para determinados questões ou mesmo buscam minimizar problemas a partir de ações mais autônomas, uma vez que o Estado não garante o cumprimento satisfatório de suas funções.

Nesse viés, importantes atores sociais relacionados à disseminação de práticas ambientais podem ser encontrados nos movimentos ecológicos. Boa parte deles dissemina valores sociais que ultrapassam diferenças sociais e estilos de vida, porque sua base social atravessa fronteiras de classe (participam deles profissionais de alta qualificação, estudantes, camponeses, administradores, funcionários públicos, operários, pequenos e grandes empresários, executivos), mas também fronteiras de sexo, raça, e idade. Assim, essa diversidade de agentes faz-se presente nos movimentos ecológicos, demonstrando o potencial de incorporação de diferentes grupos e realidades sociais (RAMOS, 1981).

Nesse sentido, pode-se destacar a fala de uma professora universitária do campo da sociologia ambiental em relação à novidade que tais movimentos compuseram na década de 1960:

O nascimento do movimento ambientalista na década de 60 surpreendeu os sociólogos que, naquele momento, não dispunham de um corpo teórico ou tradição de pesquisa empírica que os guiasse em direção ao entendimento da relação entre sociedade e natureza. [...] Entretanto, nos últimos 30 anos, embora de forma diferenciada segundo países, grupos de sociólogos começaram a dar importância à problemática ambiental e perceber sua relevância e abrangência, passando a estudar o que estava ocorrendo nas agendas dos governos, nos organismos internacionais, nos movimentos sociais e setores empresariais que estavam começando a internalizar a questão em suas ações (FERREIRA, 2001, p. 13).

Mesmo que sua disseminação e análise teórica sejam recentes, o que há de notável nos movimentos ambientalistas e seus atores é que sempre há uma multiplicidade de saberes próprios de cada um destes envolvidos. Diz Deleuze em conversa com Foucault:

Por um lado, uma teoria é sempre local, relativa a um pequeno domínio e pode se aplicar a um outro domínio, mais ou menos afastado. A relação de aplicação nunca é de semelhança. Por outro lado, desde que uma teoria penetre em seu próprio domínio encontra obstáculos que tornam necessário que seja revezada por outro tipo de discurso (é este outro tipo que permite eventualmente passar a um domínio diferente) (FOUCAULT, 1979, p. 70).

Com isso, o autor assinala que um saber, um conhecimento é antes local e não necessariamente reconhecido como conhecimento científico, pois é produzido por um determinado grupo em relação prática com a experiência vivida em seu cotidiano. E mais, cada grupo social possui um saber local, próprio, mesmo que este seja desqualificado por elites de empresários, governos e pelas próprias instituições acadêmicas. Cabe ressaltar que, apesar dessa desqualificação, uma parte da população produz saberes que, quando estudados de perto e em sua riqueza de detalhes e relações, evidenciam problematizações significativas. No caso das questões ambientais, por exemplo, Guattari (1990) aponta que, para além das instâncias técnico-científicas ligadas à gestão dos problemas ambientais, grupos com reivindicações locais menores e específicas têm chamado a atenção para estes problemas, oferecendo contribuições políticas cada vez maiores. Nas palavras do autor, há uma situação paradoxal, uma vez que de um lado há

[...] o desenvolvimento contínuo de novos meios potencialmente capazes de resolver as problemáticas ecológicas dominantes e determinar o reequilíbrio das atividades socialmente úteis sobre a superfície do planeta e, de outro lado, a incapacidade das forças sociais organizadas e das formações subjetivas constituídas de se apropriar desses meios para torná-los operativos. No entanto, podemos nos perguntar se essa fase paroxística [...] dos bens e do meio ambiente não está sendo levada a entrar num período de declínio. Por toda parte surgem reivindicações de singularidade; os sinais mais evidentes a esse respeito residem na multiplicação das reivindicações nacionalitárias, ontem ainda marginais, que ocupam cada vez mais o primeiro plano das cenas políticas (GUATTARI, 1990, p. 12).

Observa-se pela exposição do autor que a situação paradoxal acima traz à tona contornos do cruzamento de uma macropolítica que concerne às normas, leis e regras, conforme visto no capítulo anterior, com uma micropolítica que se desenrola nos pequenos movimentos sociais, com suas reivindicações localizadas, que pouco a pouco vão ganhando

destaque no cenário político. Pode-se pensar que os meios potencialmente capazes de resolver as problemáticas ecológicas apontadas pelo autor se referem ao escopo da gestão ambiental dos governos, empresas e ONGs de se relacionar com os problemas ambientais e que há uma enorme dificuldade do social organizado para além dessas instituições em se apropriar desses meios para agir num sentido prático. Assim, novos desafios ambientais estão colocados para as diversas áreas de conhecimento, abordagens teóricas e políticas públicas, bem como para movimentos menores de preocupação com o meio ambiente.

Com Foucault, pode-se complementar esse pensamento quando ele fala da ação como um poder político do qual todo cidadão é dotado uma vez que pertence a grupos organizados e porque “aqueles que agem e lutam deixaram de ser representados, seja por um partido ou um sindicato que se arrogaria o direito de ser a consciência deles. Quem fala e age? Sempre uma multiplicidade, mesmo que seja na pessoa que fala ou age” (FOUCAULT, 1979, p. 70). Pode-se dizer que esse é o caso das microiniciativas voltadas para o meio ambiente que se produzem em práticas menores e de pouca visibilidade.

Em relação aos autores que buscam analisar os movimentos ambientalistas por meio das ONGs ambientais, ressalta-se a contribuição de Jacobi (2003). O autor tem procurado compreender os movimentos de ONGs ambientais a partir de um processo de mudança de postura, os quais, para ele, têm buscado uma profissionalização crescente. Segundo Jacobi (2003), em meados da década de 1980, segmentos do ambientalismo brasileiro passam a entender a importância de ampliar a conexão com os movimentos sociais, quando as ONGs ambientais procuraram estabelecer um diálogo com os sindicatos, além de passarem a apoiar grupos comunitários de diferentes tipos, desde aqueles que lutavam em prol do abastecimento de água até os movimentos de seringueiros e índios na Amazônia. É também a partir dessa época que algumas ONGs iniciam uma mudança de postura, estabelecendo diálogo com economistas ou empresários, por entenderem que ecologia e economia não são incompatíveis.

Muitas das entidades ambientalistas, de acordo com o autor, procuraram profissionalizar-se através da captação de recursos de fundações e ONGs vindos da Europa e dos Estados Unidos. Isto abriu um novo caminho para o fortalecimento institucional dessas organizações. Embora a maior parte dessas entidades continuasse a funcionar de forma “amadora” e voluntarista, algumas delas procuraram se reestruturar, buscando uma maior profissionalização de suas atividades. A abertura de escritórios de importantes organizações internacionais como a *Greenpeace* e a *Friends of Earth* também contribuiu para o seu contínuo desenvolvimento. Assim, diz o autor:

Muitas deixaram de lado o objetivo genérico de estimular a conscientização ou de se concentrarem nas denúncias contra à agressão ambiental, para atuarem em objetivos específicos para preservação e recuperação ambiental. Dessa forma, as novas organizações se estruturaram em torno de objetivos claros como melhoramento da qualidade da água e do ar, educação ambiental etc. Além disso, trataram de ampliar sua sustentabilidade financeira através de mecanismos diversos de financiamento: organismos internacionais, órgãos públicos, doações de empresas e mensalidades dos associados (JACOBI, 2003, p. 14).

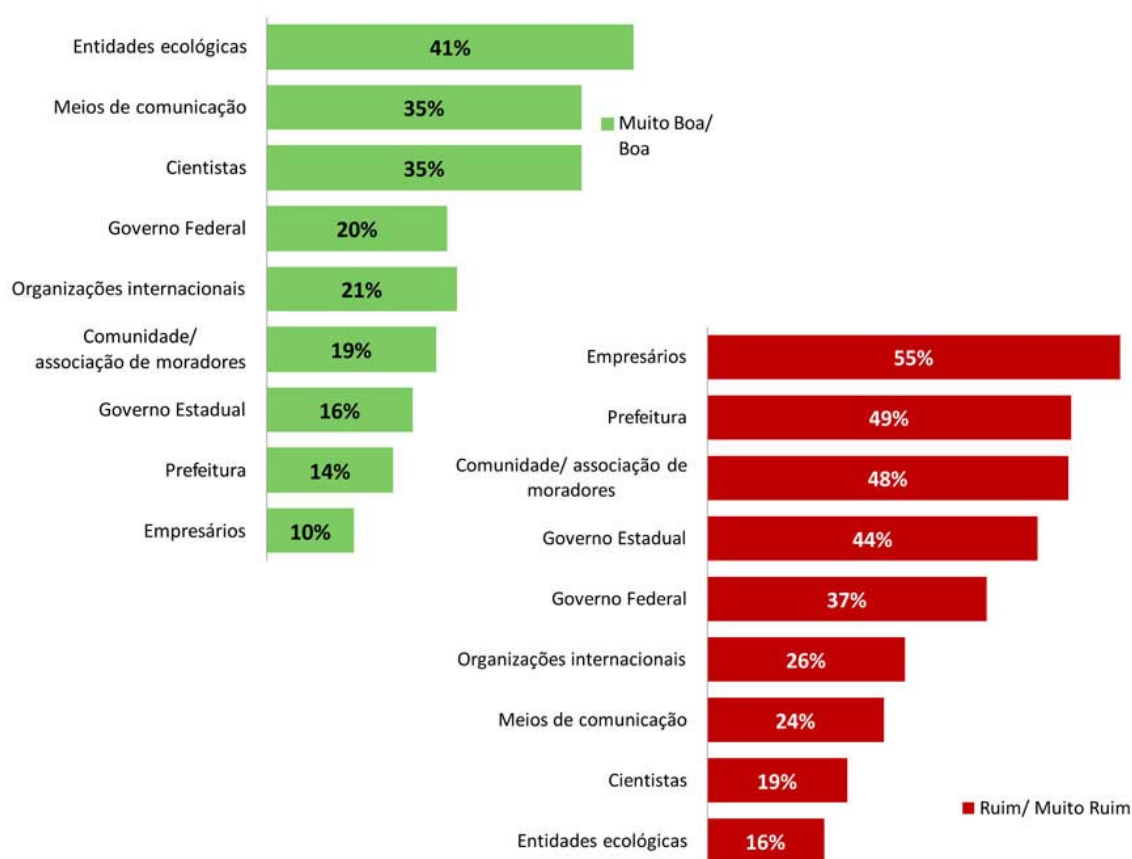
Cabe dizer ainda que o processo de articulação das organizações ambientalistas com as denominadas ONGs sociais (que se ocupam de outros problemas sociais, como educação, pobreza, saúde e desemprego) é bastante emblemático, gerando muitas polêmicas devido à diversidade de interesses em confronto. Além disso, para o autor, persiste uma resistência das ONGs sociais em trabalhar conjuntamente com as ONGs ambientais, pois “as ONGs sociais, estruturadas há mais tempo do que as ambientais, e contando com recursos humanos mais qualificados técnica e politicamente, classificam as propostas dos grupos ecológicos como ingênuas ou desvinculados da realidade social brasileira” (JACOBI, 2003, p. 14). É nesse quadro que se pode visualizar as dificuldades de conciliar a dimensão política que atravessa as esferas sociais, econômicas e ambientais quando essas ONGs operam em resolução de problemas para minimizar alguns de seus efeitos, expondo-se a outros. Embora essa descrição não compreenda a totalidade das ONGs, é nesse viés que essas organizações buscaram ampliar seu leque de atuação, recorrendo diretamente a financiamentos externos para o desenvolvimento de projetos nessa área, como os concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Para o autor, é importante destacar ainda o surgimento e fortalecimento de numerosos conselhos, consultivos e deliberativos, em várias áreas e em todos os níveis governamentais (federal, estadual e municipal) com a participação ativa de representantes de ONGs sociais e ambientais. As instâncias de gestão que agregam estes atores são os conselhos de meio ambiente, os comitês de bacias hidrográficas e as áreas de proteção ambiental (APAs). Contudo, o autor não deixa de esclarecer, em relação aos envolvidos, que “frequentemente são instâncias bastante formais, sem poder influenciar no processo decisório, e onde a representação assume muitas vezes caráter bastante contraditório” (JACOBI, 2003, p. 15).

Nesse sentido, tornou-se pertinente para o contexto deste trabalho analisar uma pesquisa sobre a opinião do brasileiro em relação ao meio ambiente e sustentabilidade, realizada pelo governo federal e o Ministério do Meio Ambiente, com execução do Instituto

de Pesquisas CP2, no ano de 2012. Nela, nota-se que de fato as ONGs ambientais nacionais têm sido apontadas como as organizações com maior índice de confiabilidade para a resolução de problemas ambientais. Essa constatação ultrapassa visivelmente os governos federal, estadual e municipal, aos quais compete de fato o trato dos problemas ambientais e ultrapassa principalmente os empresários, que notavelmente têm divulgado programas de responsabilidade socioambiental, desde aqueles desenvolvidos em grandes corporações até nas microempresas que adotam apelos ecológicos da chamada prática *greenwashing*. É isso que podemos notar no gráfico abaixo:

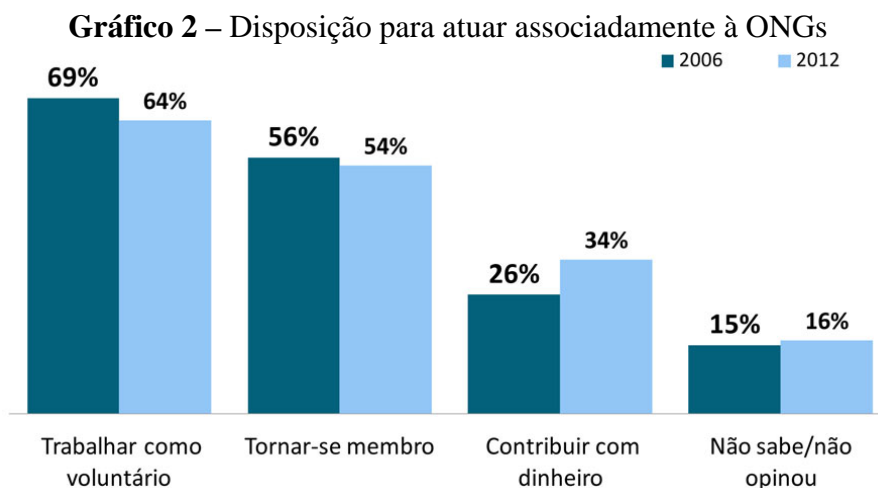
Gráfico 1 – Confiabilidade de organizações para resolver problemas ambientais



Fonte: Pesquisa nacional de opinião: o que o brasileiro pensa do meio ambiente e do consumo sustentável – Edição 2012.

Por outro lado, o percentual de pessoas que estaria disposto a atuar efetivamente por meio de associação às ONGs ambientais tem diminuído de maneira significativa, sendo possível observar no gráfico abaixo um deslocamento para a opção de contribuir financeiramente com elas. Isso evidencia certa contradição entre o primeiro e o segundo gráfico, em que a ação de trabalhar como voluntário ou mesmo tornar-se membro

dessas organizações diminuiu ao longo de seis anos, ainda que inexpressivamente, ao passo que os que estariam dispostos a contribuir financeiramente, o que caracteriza um envolvimento mais irregular, cresceu quase 10%. Nota-se como isso se expressa no gráfico a seguir:



Fonte: Pesquisa nacional de opinião: o que o brasileiro pensa do meio ambiente e do consumo sustentável – Edição 2012.

Para além das conferências internacionais sobre meio ambiente e sustentabilidade, bem como do conjunto de políticas públicas e leis elaboradas com o objetivo de proteger e organizar a exploração da natureza, e mesmo para além das diversas ONGs que se relacionam com as questões do meio ambiente, existem inúmeras iniciativas microssociais realizadas por indivíduos anônimos que dedicam parte de seu dia e da sua existência às questões ligadas ao meio ambiente. Estes vêm ganhando destaque paulatinamente como importantes agentes no debate ambiental. Em documentos de domínio público, como jornais, revistas, *blogs* e *site*, é possível encontrar relatos de pessoas que compartilham suas práticas e organizam movimentos sociais sobre esta temática.

Frente à diversidade de práticas que o sistema político global gera, com seus agravantes de corrupção, falta de apoio de algumas nações e desrespeito às leis, é possível que o cidadão comum esteja cada vez mais bem informado e conectado aos problemas do meio ambiente, tomando atitudes, por vezes pouco visíveis, diante de um contexto global. Sobre essas ações, Deleuze e Guattari (1996) assinalam que: “nossa vida é feita assim: não apenas os grandes conjuntos molares (Estados, instituições, classes), mas as pessoas como elementos de um conjunto” (p. 67). Tal consideração põe em xeque a existência de uma única maneira de organizar as nações, que é a via estatal voltada para a ordem, a racionalidade e a regra.

Assim, essas ações, que se potencializam com a articulação entre os conjuntos apontados pelos autores para formar diversas redes, chamam a atenção para as práticas díspares que são locais, microssociais e se espalham pelas diferentes regiões do planeta.

Importante notar que tanto as ações políticas governamentais desencadeadas a partir das conferências internacionais sobre sustentabilidade quanto essas práticas cotidianas se atravessam mutuamente, abrindo espaços para a emergência de ações específicas, como as lutas pela criação e formalização dos parques nacionais de proteção (no caso do Brasil) e a fundação das ONGs de proteção ao meio ambiente. Essas iniciativas colocam em curso um debate entre vários atores sociais, que englobam desde os profissionais ligados à área de biologia e jornalismo até a população em geral, que tem como diferencial o saber do cotidiano construído na sua região e toma em consideração os problemas locais.

Assim, pode-se dizer que a dimensão política presente no debate sobre o meio ambiente passa por essa complexa rede de relações que envolvem tanto as ações governamentais e aquelas ligadas à produção acadêmica, quanto a ação realizada em âmbito microssocial, pelo cidadão comum. Cada uma delas comporta dimensões políticas distintas, uma vez que se volta para uma problemática que atinge o coletivo populacional e que produz efeitos sobre todos, independentemente de seu grau de implicação com a questão ambiental. Analisando a questão em termos de “três ecologias”, que envolvem o ambiente, o social e a produção de subjetividade, Guattari alerta para o fato de que

O planeta Terra vive um período de intensas transformações técnico científicas, em contrapartida das quais engendram-se fenômenos de desequilíbrios ecológicos que, se não forem remediados, no limite, ameaçam vida em sua superfície. Paralelamente a tais perturbações, os modos de vida humanos individuais e coletivos evoluem no sentido de uma progressiva deterioração. As redes de parentesco tendem a se reduzir ao mínimo, a vida doméstica vem sendo gangrenada pelo consumo da mídia, a vida conjugal e familiar se encontra freqüentemente "ossificada" por uma espécie de padronização dos comportamentos, as relações de vizinhança estão geralmente reduzidas a sua mais pobre expressão (GUATTARI, 1997, p. 7).

É nesse sentido que movimentos menores, articulados num determinado contexto e agindo de forma que por vezes subverte a política tradicional, têm oferecido novas possibilidades de enfrentar os problemas ambientais, que não se limitam aos danos diretos ao meio ambiente, mas também se refletem nas relações sociais fragilizadas por uma crise social global. Nesse sentido, serão descritas em seguida algumas práticas microssociais que têm

realizado uma espécie de “denúncia ambiental” por meio do exercício de uma micropolítica que eventualmente acaba por repercutir nas macropolíticas estatais e empresariais, como é o caso de músicos dos gêneros MPB, no nordeste, *rock* e *rap* no país, das produções artísticas do escultor Frans Krajcberg e de alguns *blogs* organizados por pessoas anônimas ou diretamente relacionados com o governo e empresas.

Em relação às produções ligadas à música, destaca-se o trabalho de uma pesquisadora com ampla experiência na área de artes, com ênfase em música, educação musical e ecologia acústica, que se dedica a estudar os sons emitidos pela natureza. Para ela, a música “sempre fez parte da vida humana, desde seu início. Hoje, após tanto tempo, a música continua muito presente no mundo, de tal modo que é praticamente impossível encontrar alguém que não tenha algum tipo de contato com ela” (FONTERRADA, 2004, p. 7). Por meio da música, também é possível problematizar a crise ambiental que diariamente atravessa a vida das pessoas, ainda mais quando é sabido que esta arte tem a capacidade de tocar e sensibilizar o homem de tantas formas, produzindo sensações e experiências diversas. Por ser uma maneira de manifestar e expressar sensações, a música torna-se uma produção privilegiada para abordar questões e temas importantes que fazem parte do cotidiano, estejam eles ligados a fatos sociais, políticos, econômicos, culturais ou mesmo ecológicos.

Um trabalho sobre artistas de Música Popular Brasileira (MPB) do nordeste do país, desenvolvido por Sena e Mattos (2012), mostra que a poesia veiculada em músicas do sertão vem sendo usada por movimentos sociais como importante elemento disseminador do esforço de luta, tanto contra a degradação do meio ambiente, em particular, como das condições humanas de vida, em geral. Para tanto, dizem seus autores:

Na particularidade, as vozes podem ser interpretadas como denúncia crítica do artista compositor-cantador-letrista nordestino em relação ao grave problema da degradação da fauna, flora e ambientes naturais no Brasil, e os movimentos sociais podem e devem usá-las em suas atuações ambientalistas concretas. A arte pode, assim, ser considerada como importante instrumento de expressão da cultura de resistência. O objetivo buscado no artigo é evidenciar as fontes diretas de manifestação desta relevante riqueza sociocultural, aqui concebida como vozes da resistência à degradação ambiental (SENA; MATOS, 2012, p. 770).

Esse movimento configura-se em três linhas de denúncia: a degradação da fauna e flora, o desmatamento florestal e a degradação de ambientes naturais circunscritos às cidades. Na pesquisa, foram analisadas cinco músicas, cujos autores ditos pertencentes à

classificação MPB-NE eram nascidos na região. Vários outros artistas regionalistas, que também incluem em suas obras conteúdo de críticas à degradação ambiental, foram citados. Entre eles, os compositores-cantadores mineiros Dércio Marques e Doroty Marques, em *Cantos da Mata Atlântica*, disponibilizam rico material poético-ecológico em defesa da mata atlântica. Também o famoso pernambucano Luiz Gonzaga, em seu “Xote Ecológico”, denuncia explicitamente os efeitos danosos da poluição (SENA; MATOS, 2012).

Em relação às produções musicais que privilegiaram o gênero *rock*, há dois estudos: “Rock´Roll e Educação Ambiental: atravessamentos possíveis”, de Vieira e Henning (2012), e “Engajamento Comunicacional e Novas Práticas de Consumo Juvenil: Trajetórias de Sociabilidade Urbana e Virtual dos *Straight Edgers*”, de Tangerino (2010), que podem ser destacados pela aproximação contundente entre o *rock* e as questões voltadas ao meio ambiente. No primeiro, os autores buscaram selecionar letras que abordassem temas como a pobreza, o aquecimento global, o lixo, o derretimento das geleiras, o meio ambiente, a natureza, o homem e o consumo. A partir desse levantamento, foram selecionadas para comporem a pesquisa quatro bandas de *Rock´n Roll* de diferentes países: a banda “Cólera” (Brasil), a banda “Scorpions” (Alemanha), a banda “Midnigth Oil” (Austrália) e a banda “Disturbed” (Estados Unidos). As bandas selecionadas apresentam nas letras temas referentes à crise ambiental que puderam ser objeto de análise dos autores (VIEIRA; HENNING, 2012).

Já o estudo de Tangerino (2010) primou pela abordagem específica do *punk* dentro do gênero *rock*. A autora identifica uma produção social denominada *Straight Edge*, que consiste na caracterização de um movimento, ou uma posição ideológica, de um determinado grupo *punk* que assume uma postura crítica ao sistema capitalista vigente e à defesa da preservação da vida. Trata-se de um grupo que se coloca de forma bastante radical contra a alienação das pessoas que consomem determinados produtos sem levar em consideração todo o universo que envolve produção/circulação/consumo dos mesmos. Segundo a autora:

Eles compreendem que o prazer e a felicidade estão associados a uma experiência que abrange todos os seres vivos. Pautados pela lógica do especicismo, na qual todos os animais são entendidos em uma relação horizontal, assumem um sistema alimentar rigoroso tornando-se veganos ou vegetarianos. Engajados em ações para a preservação das espécies e do meio ambiente, participam de boicotes a marcas que façam testes ou que utilizem derivados animais na composição de seus produtos (TANGERINO, 2010, p. 4).

Além de trabalhos como esses, várias músicas com tom de denúncia e proteção ao meio ambiente podem ser facilmente encontradas em portais da internet. Duas bandas nacionais tidas como precursoras e referência nesse tipo de produção são a “Cólera” e a “Ratos de Porão”. As principais letras da banda “Cólera” que expressam a preocupação com o meio ambiente podem ser encontrada nas músicas “Da última árvore para o último animal”, “Deixe a Terra em Paz” e “Oxigênio”. Já as músicas sobre meio ambiente problematizadas pela banda “Ratos de Porão” são “Amazônia Nunca Mais”, “Necrochorume” e “Poluição Atômica”. Mas, para além de bandas como essas, outras menores e sem reconhecimento nacional têm abordado temas semelhantes em suas letras. Encontram-se, abaixo, estrofes de uma banda do interior de São Paulo chamada “Artigo DZ9?”, que tem contemplado o meio ambiente de diversas formas. Na música “S.O.S. Planeta Terra”, os integrantes alertam:

Olha o ser humano se autodestraindo
 Está colhendo o que plantou
 Destruição da vida! Destruição da vida!
 O ar, água e o solo poluído
 A fúria da natureza está em ascensão!
 Trocaram a natureza pelo concreto
 Muito cuidado! Muito cuidado!

Nota-se, por este trecho, a ênfase colocada nos problemas ambientais decorrentes das ações do ser humano. Este mesmo irá sofrer as consequências, ou “colher” dos malefícios que “plantou”. O alerta volta-se ainda para uma possível revolta da natureza em relação aos recorrentes ataques que sofre, uma vez que as ações do homem têm acentuado as catástrofes naturais ou mesmo o levando a ocupar espaços de risco devido às más condições sociais em que se encontra grande parte da população mundial. Em relação ao aviso de que é preciso ter muito cuidado por ter trocado a natureza por concreto, pode-se pensar que, ao fazer tal escolha, o homem está arcando mais uma vez com riscos conhecidos de problemas ambientais, já que o escoamento de água é um importante processo da infraestrutura urbana. Na música “Colhendo o que Planta”, a banda procura apontar um problema ambiental específico que é a chuva ácida. Para tanto dizem:

O amanhã chegou
 Agora transite sobre os cacos de vidro sorrindo
 Beba da água-ácida que cai com abundância e tenha
 Uma ótima digestão
 Digestão!

Observa-se que nesse trecho a chuva ácida é tratada com ironia, sendo um produto “natural” para ajudar as pessoas no processo de digestão, ao passo em que esta seria abundante num tempo histórico ainda a existir, permeado por destruição. É sabido que alguns ácidos postos em medicações gástricas ajudam a digerir melhor alguns alimentos, mas que o uso prolongado e descuidado dos mesmos traz consequências negativas. Reside justamente aí a ironia em se ter “uma ótima digestão” por meio do uso contínuo de chuva ácida num tempo futuro em que não haverá mais água potável.

O gênero *rap* também aborda temas voltados ao meio ambiente nas suas composições. Segundo Pinto (2004), o protesto do *rap* contra a pobreza, a perseguição e o preconceito tem sido muitas vezes incorporado por outros grupos ou indivíduos que experimentam situações de opressão ou discriminação. Assim, embora a prática desse gênero musical esteja mais presente nas periferias dos grandes centros urbanos, é apreciado por um público amplo. Segundo a autora, é importante notar também que, se o gênero é empregado para atrair jovens para o desenvolvimento e cultivo de valores, nos anos da década de 1990 ele foi alvo principal da censura de grupos internacionais tanto da esquerda como de conservadores, inclusive com acusações de que fomentava a violência. Há, no entanto, controvérsia em relação a isso, pois muitas de suas canções são explicitamente destinadas a desenvolver relações com a política e a integração social de grupos marginalizados, uma vez que “esses poetas marginais defendem a ideia de que o próprio saber está imerso em questões políticas e luta social” (PINTO, 2004, p. 3). Em relação aos que têm destacado o meio ambiente em suas produções, pode-se considerar dois *rappers* renomados nesse meio musical: Mv Bill e Criolo. Abaixo, são apresentados dois trechos desses músicos:

O homem causa é o sofrimento
E o meio ambiente é o conhecimento
A gente tem que sempre é preservar
O meio ambiente devemos é cuidar [...] (“O Meio Ambiente” - Mv Bill)

Nele, o *rapper* destaca a importância da preservação do meio ambiente de maneira generalizada e aponta para algo muito relevante que é o meio ambiente enquanto fonte sumária e inesgotável de conhecimento, portanto, de necessária conservação. Seguindo caminho semelhante, na música “Chuva Ácida”, o *rapper* Criolo também enfatiza tal importância e vai além, trazendo alguns problemas mais pontuais de forma cômica e mesmo irônica:

A chuva espalhando, todos os mares
Ai ai, uiui (uiuiuiui), ai como isso arde
É bateria de celular, césio, similares
A peste invisível maculando os ares
Mercúrio nos rios, diesel nos mares, o solo estéril,
é já fizeram sua parte, uuuuh ó e salvem o planeta,
papelzinho de bala no chão tio é muita treta [...]

Em relação às artes plásticas, que tem partilhado de uma preocupação ambiental, pode-se ressaltar o trabalho do artista e militante Frans Krajcberg. Segundo o *blog* “Frans Krajcberg: o homem, o artista, o gênio”, Krajcberg nasceu em Kozienice, na Polônia, em 1921, mas é naturalizado brasileiro. É pintor, escultor e fotógrafo, tendo estudado Engenharia e Artes na Universidade de Leningrado. O artista utiliza como matéria-prima de suas criações cipós, troncos de madeira queimada, raízes e folhas, manifestando sua inquietação diante da devastação da natureza pelo homem, que “continua sem saber como aproveitar a floresta sem destruí-la” (Frans Krajcberg apud FRANS KRAJCBERG: O HOMEM, O ARTISTA, O GÊNIO).

Sua forma de denunciar a devastação ambiental delineou-se através da arte plástica, que transforma natureza morta em vida. Krajcberg realizou diversas viagens à Amazônia e ao Pantanal Mato-grossense, fotografando e documentando os desmatamentos, além de recolher materiais para as suas obras. Na década de 1970, o artista ganhou projeção internacional com as suas esculturas de madeira calcinada. Atualmente Krajcberg vive no Sítio Natura, no município de Nova Viçosa, Bahia, residindo em uma casa construída no topo de uma frondosa espécie nativa, a doze metros do solo (FRANS KRAJCBERG: O HOMEM, O ARTISTA, O GÊNIO). Abaixo, destacam-se duas de suas obras que podem ser visualizadas para melhor entendimento da produção artística que Krajcberg se propõe a realizar.

Figura 2 - Obra Flor do Mangue



Fonte: nossaarteeouro.blogspot.com.br

Segundo o blog “Nossa Arte é Au 79”, nessa produção artística, Krajcberg, a partir de resíduos de árvores de manguezais destruídos pela especulação imobiliária, teve como objetivo direcionar os olhares do mundo para a natureza de maneira criativa, fazendo com que as pessoas possam perceber a destruição desse ecossistema (NOSSA ARTE É AU 79).

A estética única e característica do artista pode ser também encontrada numa outra obra bastante conhecida por aqueles que se relacionam com o meio artístico, que compõem um conjunto de esculturas da década de 1980.

Figura 3 - Obra Conjunto de Esculturas de 1980



Fonte: www.mercadoarte.com.br/artigos/artistas/frans-krajcberg/frans-krajcberg/

De acordo com o blog “Mercadoarte”, em uma entrevista datada de 2003, o artista teceu comentários sobre as obras desenvolvidas durante a década de 1980, que abrangem o conjunto de esculturas da imagem acima. Nessa entrevista, Krajcberg dá o seguinte depoimento: “O gesto absoluto seria de descarregar, tal qual em uma exposição, um caminhão de madeira calcinada, recolhida no campo. Minha obra é um manifesto. Não escrevo: não sou político. Devo encontrar a imagem certa. O fogo é a morte, o abismo. O fogo me acompanha desde sempre” (Frans Krajcberg apud MERCADO ARTE). O conjunto de esculturas compõe o cenário do desmatamento da Amazônia. Nota-se o pesar com que o artista descreve o fogo que consumiu esses troncos e acabou servindo de base para esta obra de denúncia ambiental. De fato, trata-se de uma obra bastante expressiva, tanto do ponto de vista estético quanto de seu objetivo sumário: questionar as práticas efetuadas contra a natureza. Com suas técnicas para esculpir, Krajcberg recriou o cenário em que se encontravam esses troncos quando ainda eram árvores inteiras de maneira a mostrar a importância que ele atribui às florestas (MERCADO ARTE).

Outra produção que tem contemplado a temática do meio ambiente e a noção de sustentabilidade, com informações e práticas ligadas à temática, são os *blogs*. Na internet, podem ser encontrados diversos *blogs* que se ocupam da temática ambiental e que se utilizam de maneiras distintas para abordar esse tema. Destaca-se, como exemplo, o *blog*

“Jailson da Paz: meio ambiente & sustentabilidade”, cujas postagens são elaboradas por Jailson, repórter de um jornal de Pernambuco, além de historiador. Em seu *blog* são encontradas informações, notícias e fotos sobre preservação ambiental do estado do Pernambuco. Encontram-se também *blogs* como o “Rede Ecoblogs”, que é de iniciativa de uma empresa privada e tem como objetivo disseminar práticas cotidianas de reciclagem e reutilização de materiais, ensinando como fazer, por exemplo, compostagem e mini hortas em apartamentos e mesmo reutilizar materiais muitas vezes impensáveis, como móveis.

Há ainda *blogs* elaborados por pessoas ligadas ao governo que buscam divulgar notícias relacionadas ao meio ambiente em meio a discussões políticas, até como uma forma de discutir políticas públicas ambientais e o envolvimento de órgãos ambientais junto à participação popular em ações nacionais. Aqui é importante notar que as linhas macropolítica e micropolítica se cruzam com a criação desses *blogs* enquanto uma produção social voltada a divulgar questões ligadas ao meio ambiente e sustentabilidade. Há uma iniciativa autônoma por parte dessas pessoas em informar e sensibilizar quem acessa esses canais, mas também se procura resgatar as leis e políticas ambientais como norteadores de uma conduta social que passa pelo cumprimento legal.

Por último, cabe destacar os *blogs* construídos por pessoas anônimas que se preocupam com o tema. O *blog* “Guerrilheiros Virtuais”, cujos autores são um casal anônimo envolvido com o fomento de questões políticas e ambientais, constitui um caso, como tantos outros, que pode ser encontrado na internet. No entanto, cabe dizer que é crescente o número de *blogs* desse gênero que deixam de existir ou não possuem atualizações recentes. Talvez isso ocorra por ser uma forma de comunicação muito específica, muitas vezes não possuindo a eficiência informacional e atratividade de outras mídias virtuais.

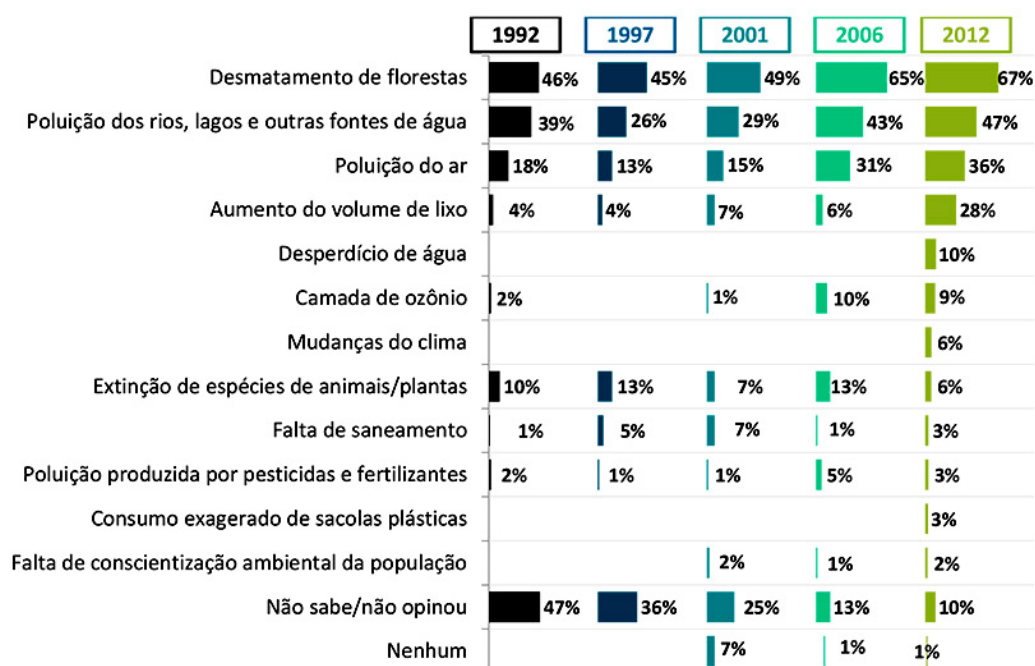
Portanto, diante dos problemas ambientais que assolam a vida cotidiana e que são problematizados em diferentes produções sociais, chegando a níveis cada vez mais microssociais, pode-se notar que a preocupação com o meio ambiente tem ido muito além do que compete ao Estado, maior regulador dessas questões, mas que também escapa do escopo das ONGs que se propõem a tratar da temática ambiental. É neste cenário que as ações mais pontuais e locais, como às acima descritas, ganham contornos.

Dados do IBGE e outras organizações que realizam pesquisas estatísticas, como o Instituto Vox Populi e IBOPE, têm mostrado que a preocupação com as questões relacionadas ao meio ambiente aumentou consideravelmente neste século. No portal *Ambiente Brasil*, por exemplo, uma matéria datada de 22/05/2006 anunciava o aumento de 30%, nos 15 anos anteriores, da conscientização do brasileiro em relação ao meio ambiente. A pesquisa foi

realizada em março daquele ano pelo Instituto Vox Populi, que buscou ouvir a opinião da população sobre várias questões relativas à biodiversidade. Ela faz parte da série histórica (1992, 1997, 2001) que o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o Instituto de Estudos da Religião (ISER), sediado no Rio de Janeiro, realizaram com o objetivo de monitorar o crescimento da consciência ambiental no país e de acompanhar as oscilações de opinião sobre temas chave da agenda ambiental. A ex-ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, declarou naquela época que esse tipo de pesquisa, com uma série histórica, serve como ferramenta importante para que se possa ter uma orientação balizadora da abrangência das políticas públicas. Para tanto, disse: “É um dado muito positivo o fato de ter aumentado significativamente a conscientização dos brasileiros em relação ao meio ambiente e sua proteção, e isso faz a diferença, até porque esse crescimento é muito significativo de 2002 para cá” (AMBIENTE BRASIL).

Alguns dos principais problemas ambientais apontados pelos brasileiros podem ser visualizados abaixo. Trata-se da pesquisa sobre a opinião do brasileiro em relação ao meio ambiente e sustentabilidade realizada pelo Governo Federal e Ministério do Meio Ambiente, com execução do Instituto de Pesquisas CP2, em 2012, que é uma continuação da série histórica acima mencionada:

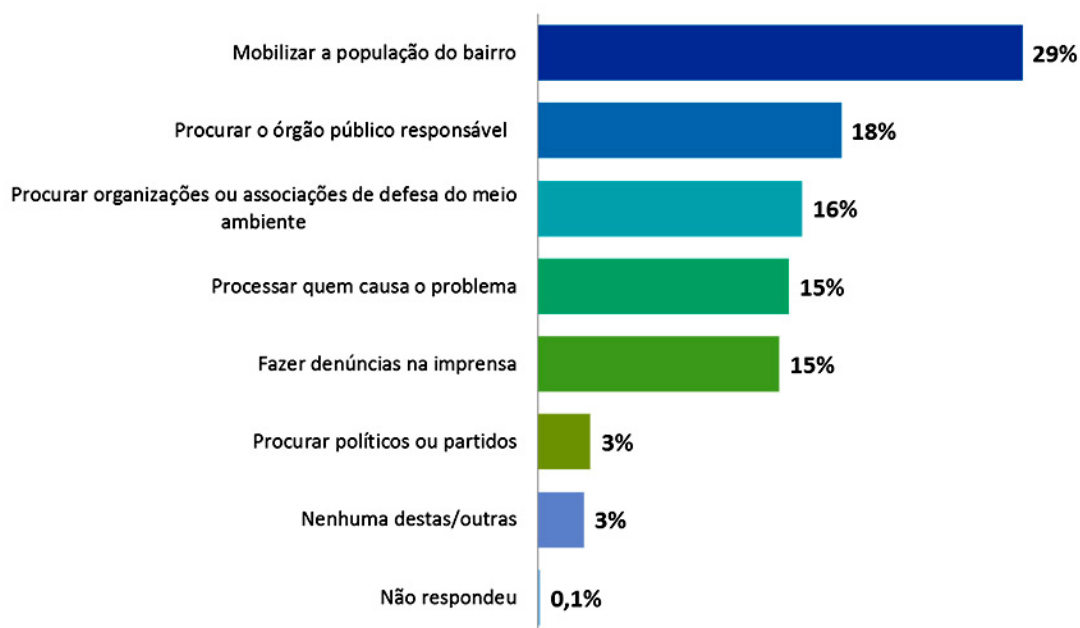
Gráfico 3 – Principais problemas ambientais do Brasil (comparação)



Fonte: Pesquisa nacional de opinião: o que o brasileiro pensa do meio ambiente e do consumo sustentável – Edição 2012.

Algumas análises mais pontuais podem ser extraídas desse gráfico. Primeiro, pode-se observar que o desmatamento foi, desde o primeiro ano da pesquisa, a maior preocupação dos brasileiros. Este índice poder ser compreendido pelo fato de o Brasil ser um dos poucos países que ainda possui grandes extensões territoriais de matas e florestas, principalmente pela Amazônia ser a floresta com maior biodiversidade do mundo. Em segundo lugar, pode-se notar o expressivo índice, em 2012, da preocupação com o volume de lixo em relação aos anos anteriores, o que pode ser resultante, em grande medida, da Política Nacional de Resíduos Sólidos, instituída pela lei nº 12.305/10, que, entre outras competências, trata da regulamentação dos aterros sanitários e encerra a prática inadequada dos chamados lixões, cujo prazo oficial determinado pela União para os municípios regularizarem suas situações é 2014. Uma terceira observação a ser feita sobre o gráfico refere-se ao percentual dos que não sabiam opinar ou não o fizeram desde a primeira pesquisa: houve uma diminuição em 30% desses entrevistados, o que pode ser atribuído à relevância que a temática ambiental vem ganhando no decorrer do tempo. Os conhecimentos a respeito do meio ambiente e questões como preservação de espécies e recursos naturais estão hoje em níveis de discussões cada vez mais elevados, ao mesmo tempo em que a preocupação ambiental se torna cada vez mais pública.

Com base nos dados apresentados até aqui e mediante a comprovação empírica do aumento da preocupação ambiental por parte da população, pode-se notar a presença cada vez maior da criação dos variados micro movimentos de preservação ambiental. Nesse contexto, as reações às práticas degradantes do meio ambiente são variadas e se manifestam na forma governamental, não governamental, empresarial e também na mobilização de pequenos grupos sociais, como as comunidades e bairros. Essas iniciativas podem ser mais bem visualizadas no gráfico abaixo, que mostra a opinião do brasileiro sobre as alternativas de gerir os problemas ambientais:

Gráfico 4 – Melhor alternativa para solucionar problemas ambientais

Fonte: Pesquisa nacional de opinião: o que o brasileiro pensa do meio ambiente e do consumo sustentável – Edição 2012.

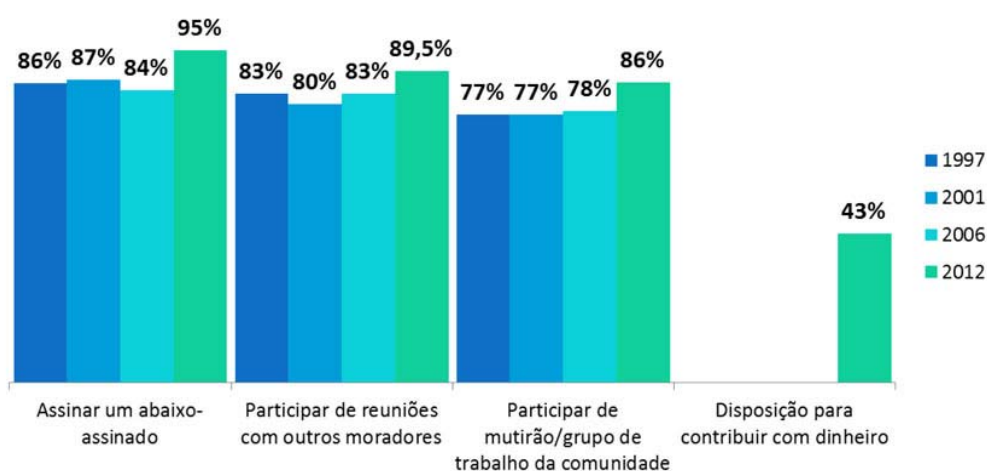
Nota-se o maior percentual daqueles que acreditam que a melhor forma de mobilização está na organização de bairros, ou seja, na instância local das pessoas que convivem diretamente com determinados problemas. Importante observar que, embora as ONGs ambientais e mesmo a mídia tenham sido apontadas anteriormente (gráfico 1) como sendo as organizações com maior credibilidade para resolver problemas ambientais, neste gráfico a mobilização realizada por pessoal de bairros é apontada como sendo melhor forma de atuação, antes mesmo das ONGs e da mídia, o que evidencia como as questões ou saberes locais, tais quais descritos por Foucault, são de suma importância para a ação ambiental, porque fazem parte da realidade mais próxima das pessoas. Tais problemas muitas vezes precisam de trato imediato, sendo a inter-relação com movimentos mais sólidos como ONGs e o governo municipal deixadas à parte ou em segundo plano.

É importante mencionar que muitas vezes tal atuação local e imediata por parte de um grupo de moradores que se deparam com algum problema ambiental aciona as dimensões micro e macropolítica para convergirem quando essas pessoas se articulam por meio de abaixo-assinados, reportagens, mutirões, passeatas, entre tantas outras ações possíveis, que visam expor um problema para discussão e possíveis formas de enfrentamento. Observa-se, novamente, que uma política menor pode ser exercitada no cotidiano de pessoas que procuram agir localmente num primeiro momento, como no caso de um abaixo-assinado, por exemplo. Tal documento é a princípio informal, mas pode ganhar força de acordo com sua

repercussão e vir a se tornar uma ferramenta que pressionará para que a política estatal seja exercitada por meio do envolvimento de vereadores, prefeitos, ministério público e outros atores.

Outro gráfico, que compõe também a pesquisa realizada pelo Ministério do Meio Ambiente junto ao CP2, mostra quais ações as pessoas estariam dispostas a assumir como forma de enfrentar problemas ambientais.

Gráfico 5 – Ações preteridas para mitigar problemas ambientais



Fonte: Pesquisa nacional de opinião: o que o brasileiro pensa do meio ambiente e do consumo sustentável – Edição 2012.

É possível notar que a disposição que as pessoas têm em assinar um abaixo-assinado, participar de reuniões com moradores de um dado bairro ou comunidade e participar de um grupo de trabalho como mutirão de limpeza de terrenos baldios, manteve-se basicamente constante ao longo do período em análise. Todavia, o fato que mais chama a atenção neste gráfico é o percentual dos que se dispõem a contribuir financeiramente, tendo se elevado de um percentual nulo para notáveis 43% em 2012. Uma explicação para esse evento pode ser o fato de que o percentual de Taxa de Atividade (porcentagem das pessoas economicamente ativas em relação às pessoas de 10 ou mais anos de idade) foi um dos maiores em 2012, chegando a 82,1% no mês de novembro, quando consultadas pessoas adultas entre 25 e 49 anos de todas as regiões metropolitanas do país, que são as pessoas economicamente mais representativas (IBGE, 2013). A crescente preocupação com o meio ambiente, em 2012 esse índice se mostrou bastante elevado, concomitantemente à relativa estabilidade econômica, inclusive pela taxa de inflação ser a mais baixa dos dois últimos anos

(5,84%) pode ter ocasionada uma propensão a contribuir financeiramente em prol do meio ambiente (AGÊNCIA BRASIL, 2013).

Ao final deste capítulo, cabe questionar: as iniciativas microssociais descritas nele podem ser compreendidas como uma espécie de resistência aos ataques frequentes que se vê efetuar contra a natureza? Seriam novas formas de enfrentar os problemas ambientais que hoje colocam o mundo sob um estado de crise? Pelbart (2010) afirma a crise como condição para criação de ações, sendo a resistência uma “força propulsora” de ação que se faz presente em diferentes movimentos sociais. A crise, para este autor, desvela as forças que estão em jogo em uma dada sociedade e tempo histórico. Ela é o resultado parcial de uma série de questionamentos que são de importância vital para um dado grupo. Debruçar-se sobre a análise da crise ambiental não é tarefa fácil, mas sem dúvida é urgente. Sobre isso, acrescenta o autor que: “la crisis, la catástrofe, la ruptura, el colapso de sentido o como queramos llamar a esos momentos de derrumbe, son las condiciones de posibilidad para una mutación subjetiva, existencial, vital” (PELBART, 2010).

Não há respostas claras e precisas quando se trata de compreender o campo dessas microproduções sociais voltadas para o meio ambiente, tendo em vista que elas são díspares e envolvem interesses os mais distintos, tornando-se necessariamente objeto de estudos em profundidade. Em relação à possibilidade de esses movimentos menores se configurarem enquanto formas de resistências, é preciso saber que a resistência pensada na perspectiva teórica deste estudo (Foucault, 1979, 1988) não é apenas uma oposição, ou seja,

[...] a resistência não se reduz à mera recusa. Ela faz-se ação primeira nas pequenas conexões inusitadas e inesperadas, nas disjunções e invenções que confundem e atrapalham a boa execução das formas de controle, levando ao limite aquilo que está naturalmente legitimado enquanto regra geral de conduta. É assim que as ações de resistência colocam em movimento a invenção de novas maneiras de viver (MANSANO, 2013, p. 148).

A afirmação pode ser estendida a essas produções menores como a arte, as ações comunitárias e as intervenções difundidas na internet, uma vez que elas buscam problematizar o meio ambiente com estratégias diferentes daquelas adotadas pelas iniciativas do Estado, que busca majoritariamente mecanismos de controle legais. Portanto, algumas iniciativas, como as exploradas neste capítulo, podem tomar contornos de resistência, visto que se ensejam por toda parte. Recorrendo a Foucault, pode-se dizer que elas são

[...] resistências, no plural, que são casos únicos: possíveis, necessárias, improváveis, espontâneas [...] irreconciliáveis, prontas ao compromisso, interessadas [...] por definição, não podem existir a não ser no campo estratégico das relações de poder. [...] Também são, portanto, distribuídas de modo irregular: os pontos, os nós, os focos de resistência disseminam-se com mais ou menos densidade no tempo e espaço, às vezes provocando o levante de grupos ou indivíduos de maneira definitiva, inflamando certos pontos do corpo, certos momentos da vida, certos tipos de comportamentos (FOUCAULT, 1988, p. 92).

Entretanto, é importante ressaltar que tais iniciativas também podem, a qualquer momento, ser capturadas pela economia e pelo mercado, sendo rapidamente transformadas em produtos vendáveis que venham a beneficiar instâncias como a ciência, o Estado, a mídia e as organizações, uma vez que

[...] o poder tomou de assalto a vida, isto é, o poder penetrou todas as esferas da existência e as mobilizou e colocou prá trabalhar em proveito próprio. Desde os gens, o corpo, a afetividade, o psiquismo até a inteligência, a imaginação, a criatividade. Tudo isso foi violado e invadido, mobilizado e colonizado, quando não diretamente expropriado pelos poderes (PELBART, 2013).

A diversidade de movimentos sociais ligados à preocupação e preservação do meio ambiente se mantém nessa tensão. Por vezes, acionam pessoas e grupos, desde os formais até os mais informais, para vincular-se com a problemática ambiental local. Em outros momentos, essas mesmas iniciativas podem assumir contornos mercadológicos, que se relacionam com ações voltadas exclusivamente ao ganho de capital. Assim, pode-se dizer que não há garantias sobre o que se produz enquanto preocupação com o meio ambiente e quais rumos tais ações podem tomar. Isso evidencia a dimensão complexa e mutante que atravessa as produções sociais referidas ao meio ambiente, uma vez que essas produções artísticas ou culturais ganham uma dimensão objetiva também.

Ao término deste capítulo, cabe questionar: como se encontram as questões relacionadas ao meio ambiente no plano da subjetividade? Ou seja, quais são as preocupações, os temores e as sensibilidades que se articulam entre os modos de viver e o meio ambiente? Para responder parcialmente a esses questionamentos é que se recorrerá às entrevistas. Nelas, buscar-se-á escutar como um grupo de cidadãos se preocupa e age em prol do meio ambiente, dedicando a isso tempo e espaço de sua vida.

CAPÍTULO IV

SOBRE O PERCURSO METODOLÓGICO

No decorrer da parte teórica, foi possível notar que as ações políticas relacionadas às questões do meio ambiente não são exclusividade de um escopo regulador e normativo maior (como as conferências sobre meio ambiente, o Estado e suas políticas públicas). Assim, esta pesquisa busca compreender em seu aspecto prático como as microiniciativas, com intervenções localizadas, produzem sensibilização e ações de proteção ao meio ambiente, problematizando tais questões no cotidiano. Se tais iniciativas microsociais têm buscado, por vezes através das artes, dar visibilidade ao envolvimento com as questões ambientais, configurando-se eventualmente como meios de denúncia ou de resistências, considerou-se fundamental ouvir o que seus agentes têm a dizer.

Para tal, a primeira parte do trabalho empreendeu uma investigação na literatura especializada. Também foram consultados documentos oficiais do governo, como relatórios do IBGE, o Estatuto da Cidade, planos diretores municipais e uma pesquisa sobre a opinião do brasileiro em relação ao meio ambiente e consumo. Em relação à pesquisa documental e teórica, também foram utilizados verbetes de dicionários e de algumas letras de músicas encontradas na internet.

Assim, a presente pesquisa classifica-se como qualitativa, visto que este método busca compreender o contexto social e histórico no qual uma prática se realiza. Goldenberg (2007) define a metodologia qualitativa como aquela que busca ver o mundo através dos olhos dos atores sociais e dos sentidos que eles atribuem aos objetos e às ações que desenvolvem, ou seja, o foco se incide sobre a qualidade do que vem a ser dito e realizado pelos atores sociais. Nas palavras da autora: “Na pesquisa qualitativa a preocupação do pesquisador não é com a representatividade numérica do grupo pesquisado, mas com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, de uma instituição, de uma trajetória” (GOLDENBERG, 2007, p. 14). Nesse sentido, foi possível conceber a pesquisa qualitativa como a estratégia mais favorável para a compreensão dos saberes que são locais, tal qual evidenciado por Foucault (1979). Isso ocorre uma vez que, conforme aponta Goldenberg, “os dados qualitativos consistem em descrições detalhadas de situações com o objetivo de compreender os indivíduos em seus próprios termos” (GOLDENBERG, 2007, p. 53). Como o problema desta pesquisa é buscar entender o que leva um cidadão comum a se

preocupar com o meio ambiente, optou-se por uma metodologia que valoriza o relato e a singularidade das experiências.

Partindo para fase empírica, que buscou aproximar-se do relato de alguns agentes sociais, optou-se pela história oral, uma vez que esta tem privilegiado ouvir e evidenciar vozes de grupos considerados marginais que nem sempre coincidem com aquelas vozes que contam as “histórias oficiais”. Conforme explicam Ichikawa e Santos (2006), são pertencentes a esses grupos “os iletrados, as minorias, as mulheres, os camponeses, os operários” (ICHIKAWA; SANTOS, 2006, p. 182). Assim, a história oral tem buscado “uma maneira de criar um canal de comunicação para ouvir esses segmentos. Ouvir suas reivindicações, angústias, sugestões, críticas” (idem). Isso se torna relevante, uma vez que o entendimento, a partir da opinião desses grupos, bem como daqueles que praticam atividades ligadas ao meio ambiente, pode contribuir para a melhor compreensão da vida em sociedade, ampliando o debate político em torno dessas questões.

É importante destacar que o termo “história” tem sido utilizado para além da busca de sentido na sucessão estritamente cronológica de fatos e acontecimentos, já que a história oral é “a história do tempo presente, pois implica a percepção do passado como algo que tem continuidade hoje, e cujo processo histórico não está acabado” (ICHIKAWA; SANTOS, 2006, p. 182). Dessa forma, esta investigação torna-se também uma alternativa à história oficial, que tem se pautado exclusivamente no uso de documentação escrita e formal. Nesse sentido, esta estratégia de coleta de dados era a mais contextualizada à presente pesquisa, uma vez que segue com o mesmo intuito: de questionar a legitimidade única da história oficial da sustentabilidade construída pela via dos documentos, das conferências internacionais sobre sustentabilidade e de suas políticas públicas. Ouvir as histórias contadas por pessoas anônimas pode multiplicar os dados e as possibilidades de análise sobre o problema investigado.

Como instrumento de coleta de dados, optou-se pelo grupo focal realizado com a participação de quatro pessoas, em que algumas perguntas-chave (roteiro) foram elaboradas previamente, abrindo aos participantes a possibilidade de abordar temas que não estão contemplados no roteiro. Cabe enfatizar que, devido a essa liberdade atribuída ao participante e devido à flexibilidade do roteiro, novas perguntas emergiram e foram incluídas pela pesquisadora quando houve a necessidade de abordar e esclarecer algo mais pontual. Assim, o roteiro foi suficientemente flexível, dando espaço para que os participantes se expressassem para além das questões planejadas. A conversa com o grupo foi gravada e posteriormente transcrita.

A unidade de análise em métodos qualitativos tem por objetivo delimitar quais e quantos serão os atores sociais que participarão da pesquisa. Conforme aponta Godoy, “a escolha da unidade a ser investigada é feita tendo em vista o problema ou questão que preocupa o investigador” (GODOY, 1995, p. 26). Dessa forma, “guiado por uma temática de interesse, o pesquisador tomará uma série de decisões” (idem), fundamentais no momento da escolha das fontes de informação que levarão à obtenção dos dados. Foi assim que se chegou, nesta investigação, às bandas de *rock*, do gênero *punk/hard core*, uma vez que elas são tidas como referências em elaborar músicas com um viés crítico sobre problemas sociais e ambientais, fazendo uma espécie de denúncia. É importante destacar que houve o intuito de pesquisar um grupo de menor amplitude frente ao reconhecimento nacional da indústria fonográfica, tido como “marginalizado” no cenário musical, para compreender e evidenciar um saber local ligado a esse tipo de produção. Portanto, nesse caso, buscou-se uma banda que tinha uma história de envolvimento com as questões ambientais e que atuasse localmente, exercendo tal atividade como forma de expressar uma denúncia. Logo, fizeram parte do grupo quatro participantes (membros de uma banda *punk/hardcore* do interior do estado de São Paulo) escolhidos por um critério de acessibilidade e por serem pessoas reconhecidas como referências locais por realizarem atividades que expressam preocupação com o meio ambiente.

O processo de pesquisa sobre as bandas que seguem nessa direção foi realizado por meio de indicações de músicos ou pessoas ligadas ao meio ambiente. Assim, esse processo pressupôs que um informante-chave pudesse indicar nomes de pessoas como possíveis pistas para que a pesquisadora, enfim, encontrasse os sujeitos que buscava. Cabe dizer que um critério importante para filtrar as bandas, até chegar à banda que a pesquisadora avaliou como mais adequada, foram as letras escritas que abordam a temática ambiental. Buscou-se preferencialmente uma banda cujo número de músicas relacionadas à problemática do meio ambiente fosse significativo. As letras das músicas também foram utilizadas como fonte de dados secundários que ajudaram na análise posterior dos dados.

De posse de alguns nomes de bandas que guardavam alguma ressonância com os objetivos da pesquisa, contabilizou-se o número de letras levando em consideração também a avaliação da pesquisadora quanto à relevância das mesmas. Feito este primeiro filtro, buscou-se seguir um segundo critério, o de acessibilidade, em que se deu preferência a uma banda cujos custos de locomoção fossem menores e que apresentasse disponibilidade para ser entrevistada pessoalmente.

Definida a escolha da banda do interior do estado de São Paulo em face dos critérios acima, a pesquisadora entrou em contato com a mesma via *facebook* para propor a conversa, explicando os objetivos da pesquisa. No dia da realização da entrevista com o grupo, a pesquisadora novamente explicou os objetivos da pesquisa e, tendo o aceite dos membros da banda, a conversa foi gravada, com o tempo aproximado de 45 minutos, durante os quais o grupo pôde dialogar de forma bastante espontânea, sendo que as respostas eram constantemente complementadas entre eles. É importante destacar que a pesquisadora mantém contato com os integrantes da banda por meio da internet, em que pode recorrer a esclarecimentos mais precisos que não puderam ser obtidos no dia da entrevista.

Após a coleta e transcrição dos dados, algumas categorias emergiram das diversas leituras da entrevista coletada. Segundo Bardin,

A categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e seguidamente, por reagrupamento segundo um gênero (analogia), com os critérios previamente definidos. As categorias são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos [...] sob um título genérico, agrupamento esse efectuado em razão dos caracteres comuns destes elementos (BARDIN, 1977, p. 117).

Dessa forma, uma categorização pode ser elaborada a partir de vários critérios: “semântico (categorias temáticas) [...], sintático (os verbos, os adjetivos, os advérbios), léxico (classificação das palavras segundo o seu sentido) [...] e expressivo (por exemplo, categorias que classificam as diversas perturbações da linguagem)” (BARDIN, 1977, p. 118). No caso deste trabalho, optou-se pelo critério semântico, que serviu para organizar em temas específicos as categorias – que serão apresentadas no próximo capítulo – levando em consideração a maneira como os conteúdos foram apresentados pelos participantes.

Ainda sobre as categorias, cabe destacar que elas incorporam temas ligados às realidades locais em estudos organizacionais, em especial àqueles que se relacionam com a área de Administração Pública. A respeito dos estudos organizacionais que seguem nessa direção, Boeira e Vieira (2006) fazem relevante apontamento quando dizem que “a percepção de uma abordagem integrativa do fenômeno organizacional tornou-se atualmente ineludível, [...] incorporando diferentes graus de abertura à integração interdisciplinar” (BOEIRA; VIEIRA, 2006, p. 49). Com isso, os autores são enfáticos ao defender que deve haver uma abertura no campo dos estudos que compreendem as organizações em seus contextos, para o diálogo interdisciplinar entre áreas de conhecimentos, paradigmas, epistemologias e métodos

de pesquisa. Dessa forma, a área de administração, sobretudo na academia, teria muito a agregar quando questionada sobre a legitimidade exclusiva de paradigmas tradicionais.

Após a coleta do material, buscou-se estudar seu conteúdo a fim de selecionar fragmentos que suscitasse aproximação com as categorias de análise. Dessa forma, procurou-se elaborar passagens da teoria para os depoimentos e vice-versa, buscando evidenciar possíveis afirmações, contradições, complementariedade e mesmo ausência de relações entre um e outro. Foi possível ainda, como forma de complementar ou mesmo dar consistência às análises, relacionar as letras de músicas da própria banda como um dado secundário.

Após traçar este caminho metodológico, pode-se considerar que a coleta de dados foi uma importante etapa da pesquisa, pois caracterizou o momento da organização e exposição de ideias e sentidos, bem como do aprimoramento das mesmas em relação ao modo de investigar. O diálogo que aqui foi construído entre o referencial e os depoimentos coletados deu condição para a execução e organização da próxima etapa, que deu ênfase nos agentes mais importantes deste trabalho, ou seja, aqueles que podem eventualmente agir como forma de resistência frente aos problemas ambientais. Ouvir o que os agentes da banda participante tinham a dizer trouxe maior sentido ao que a pesquisa procurou discutir até o momento e abriu a possibilidade de fazer correlações entre teoria e prática.

CAPÍTULO V

UMA INICIATIVA MICROSSOCIAL EM ANÁLISE

Conforme visto no capítulo metodológico, as categorias de análise foram definidas com base em temas que pudessem ser relacionados entre o referencial teórico e os depoimentos da banda participante. As categorias foram elaboradas em face da leitura posterior à entrevista, emergindo uma a uma conforme releituras da conversa e do referencial teórico. Assim, alguns temas recorrentes na fala dos entrevistados puderam ser percebidos em momentos diferentes da entrevista. Esses temas foram agrupados em quatro categorias: “Evidenciação dos problemas ambientais”, “Práticas microssociais de preocupação ambiental”, “Estado, ONGs e ações “autônomas” e “Resistência, massa e desqualificação”. A seguir, serão apresentadas as articulações entre os temas abordados pelos entrevistados e os eixos temáticos explorados na parte teórica.

Primeira Categoria: evidenciação dos problemas ambientais

Um ponto que merece destaque vai ao encontro da principal ideia do primeiro capítulo, em que se procurou mostrar como as questões ligadas ao meio ambiente foram ganhando corpo no decorrer de eventos específicos sobre sustentabilidade que ocorrem de maneira sistemática. Cada nova conferência internacional que se realiza mostra como as anteriores dão subsídio para que a problemática ambiental seja continuamente atualizada com a ampliação dos debates dessas questões, uma vez que novos acordos são assinados, novas metas são propostas e novos termos e conceitos vão surgindo, dando condições para a realização de novas conferências e novos debates críticos. Apesar disso, muitas vezes esses debates parecem não alcançar objetivos e metas de forma mais significativa, deixando a impressão de um envolvimento raso por parte das nações envolvidas, que acabam por postergar a urgência de se implementar novas posturas em relação aos seus problemas ambientais.

Por outro lado, é importante destacar que muitas conferências menores ocorrem de forma contínua, espalhadas por todo o país, mas que são pouco divulgadas, como a Rio +5 e Rio +15. São conferências decorrentes da Rio-92, que ocorreram entre a Rio +10 e a Rio +20 não foram amplamente divulgadas. Embora a Rio +5 e Rio +15 tenham tido participação internacional, elas se concentraram muito mais no debate dos problemas

ambientais do Brasil. Além desses desdobramentos da Rio-92 que ocorreram em um espaço de tempo menor, muitas outras conferências localizadas ocorrem diariamente por todo o país, seja pela iniciativa de escolas e universidades, seja pela iniciativa de empresários, ONGs e mesmo por igrejas de diferentes vertentes. Observa-se, assim, que há ações micropolíticas que ocorrem em âmbitos diversos e que não concernem à política estatal, as quais buscam debater o tema e gerir o coletivo populacional. Nesse sentido, cabe destacar a fala de um entrevistado que frisa a sensação de “evolução” na preocupação com o meio ambiente ou da ampliação desse debate, dada sua ocorrência de tantas formas e em locais distintos. Diz ele que num dado momento: *“todo mundo começou a falar, viu-se essa necessidade, começou-se essa divulgação. É uma evolução mesmo, antes era apenas uma ideia: a gente precisa mudar. Dos anos 80, a gente toca um cover de uma banda que já falava disso: poluição de indústria, de fábricas nucleares”* (Entrevistado 1).

Com base nesse depoimento, fica evidente que, para o integrante da banda os problemas ambientais estão se tornando amplamente divulgados e debatidos, talvez mais como uma denúncia midiática devido aos agravantes, como poluição das indústrias, que hoje são mais conhecidos pela população, embora amplamente negligenciados. Assim, nota-se que o entrevistado demonstra ter percebido os efeitos da ampliação desses debates, realizados seja nas conferências internacionais de maior visibilidade, seja por meio de discussões pontuais que possam ter ocorrido no âmbito escolar, familiar e em outros círculos sociais que, para ele, parecem ter ocorrido de forma simples, quando uma parcela significativa da população começou a discutir sobre isso nos anos 1980.

No entanto, sabe-se que isso não ocorreu de forma tão rápida dado que as discussões de maior repercussão começam ainda nos anos de 1960, por meio das literaturas que buscavam denunciar poluições e politizar tais questões, assim como a emergência dos primeiros movimentos ambientalistas de cunho militante bastante forte. Assim, observa-se que a problemática ambiental é sumariamente política, uma vez que envolve debates que ampliam sua importância por meio de diversos atores no curso da história, sendo constantemente construída de forma a envolver a tomada de muitas decisões que consideram o posicionamento de pessoas conectadas a um mesmo problema por áreas de conhecimento e atuação profissional distintas.

Um ponto bastante importante é a consideração que o entrevistado faz em seguida, quando menciona os países que conhecem seus problemas: *“E hoje, assim, a gente vê que realmente tem outros recursos, a gente já identificou o problema, eu digo a humanidade de forma geral. Todos os países sabem quais são os seus problemas, só que a prática tá*

acontecendo muito devagar. Então, você vai ver como se fosse moda você ser ecologicamente correto hoje. Isso, por um lado, é bom porque é uma ideia boa, positiva, que tá se expandindo. Só que agora as pessoas precisam colocar em prática” (Entrevistado 1).

Para ele, a prática de ações sustentáveis está ocorrendo de forma lenta, o que, em sua opinião, torna o problema atrelado ao voluntariado ou à maquiagem industrial (denominada prática *greenwashing*, que promove um “esverdeamento” de produtos com a inserção do prefixo “eco” nas publicidades e embalagens, mesmo que na prática isso não ocorra) ou ainda a uma questão de moda, por não serem práticas reconhecidas e efetuadas por um contingente significativo da população. Dessa forma, realizar práticas de sustentabilidade pode vir a ser uma moda porque, embora um grande número de pessoas mantenha uma adesão a tais ideias, isso não engloba um coletivo maior se comparado à incorporação de outras preocupações sociais. Além disso, a referência à moda pode remeter a questões ligadas ao meio ambiente como ocorrendo não por suas reais implicações no cotidiano das pessoas, mas como uma possibilidade de empresas buscarem diferenciação para competir no mercado e propagarem suas ações por meio do *marketing*. Assim, há uma moda do ser e ter a sustentabilidade como parâmetro e se você não os segue, “você está fora, você está ultrapassado”. Por outro lado, a propagação por meio da “moda” é apontada em sua fala como positiva, por parecer um eficiente meio de divulgar o problema ambiental e a necessidade de praticar hábitos e ações que sejam menos impactante ao meio ambiente.

Ainda comentando sobre o fato de os problemas ambientais serem amplamente conhecidos, o entrevistado diz: *“a gente tem defeito, a gente ainda utiliza carro, viemos de carro pra cá. Você utiliza meios de transportes que poluem. Nosso esgoto que a gente fala e joga em rio. Várias coisas que a gente fala, mas ainda não pratica, então, quer dizer, falta mais a prática mesmo. Mas, isso tá acontecendo e com o tempo isso vai melhorar mesmo. Vai ser um fato”* (Entrevistado 1). Novamente, o integrante evidencia que o maior obstáculo para o enfrentamento dos problemas ambientais reside na baixa adesão a práticas sustentáveis que, na sua perspectiva, uma hora haverão de ser concretas e recorrentes, sobretudo pela urgência e necessidade de se envolver de forma mais significativa com esses problemas ao longo dos anos. Embora o entrevistado afirme isso, em seguida ele considera que, apesar das dificuldades em se exercitar práticas menos nocivas ao meio ambiente, é espantoso saber que um grande número de pessoas se envolve com tais problemas. Diz ele, simulando o espanto de alguém: *“Nossa, existe é!”*. Em seguida diz que: *“As pessoas estão aí e não é pequeno assim, é grande, é internacional, no mundo todo tem pessoas e movimentos*

ativos que tão com muitas propostas, muitos projetos bons e ativos, colocando isso em prática, isso que é importante” (Entrevistado 1).

Quando ele afirma a existência de pessoas ligadas a propostas, projetos e práticas benéficas ao meio ambiente em escala internacional, é possível relacionar tal constatação à sustentabilidade enquanto uma construção histórica bastante complexa, pois além de relativamente recente, ela não tem uma origem facilmente rastreável, visto que suas iniciativas e práticas estão espalhadas por locais e tempos diversos, sendo amplamente marcada por iniciativas de pouca visibilidade. Assim, o que se nota é a emergência de várias iniciativas e preocupações ligadas ao cuidado com o meio ambiente em diversas partes do mundo, podendo estar interligadas ou não. Talvez o espanto que várias pessoas expressam ao saberem da existência de quem se dedica de alguma forma ao cuidado com o meio ambiente possa ser compreendido em face dessa disparidade e pelo fato de que uma parte de suas vidas é dedicada ao bem comum, num tempo histórico em que o individualismo é tão marcante.

Sobre a interrogação do porquê de o tema meio ambiente os tocar ao ponto de o abordarem em várias de suas letras, a resposta de um dos integrantes mostra-se bastante pertinente com a evidenciação dos problemas ambientais por meio do discurso de desenvolvimento sustentável. Cabe lembrar que a noção de desenvolvimento sustentável tem sido amplamente disseminada no mundo todo desde o final dos anos 1980, quando o conceito foi consagrado pelo relatório Brundtland em 1987. Desde então, o conceito tem sido contemplado na formulação de políticas públicas, leis de proteção e na educação ambiental e abordado em vários níveis de ensino. Diz o integrante: *“A minha ideia, agora pra de cara te falar é que [...] eu nasci já pra ser um ser vivo, um ser humano na Terra. Aí se eu não me preocupar em manter pelo menos alguma coisa boa pra mim, não jogar papel no chão... Às vezes a gente faz, não vou negar, mas não deve. O certo é ensinar meu filho: jogou no chão, joga no lixo e tal. Pra mim [...] é isso aí, a preservação é muito linda, você poder ir pescar, você poder ir fazer vários passeios na natureza. Por enquanto tá tendo, só que o povo tá destruindo, desde o Aquífero Guarani ao fundão da Amazônia”* (Entrevistado 2).

Nota-se sua preocupação em manter um ambiente preservado para seu próprio bem-estar. A beleza estética e as atividades que a natureza proporciona para ele são ainda motivos de preservação. Pode-se pensar ainda que a fala desse sujeito aponta para a noção de população, tal qual apresentada por Foucault, quando diz da importância *“das suas opiniões, das suas maneiras de fazer, dos seus comportamentos, dos seus hábitos, dos seus temores, dos seus preconceitos, das suas exigências, é aquilo sobre o que se age por meio da educação, das campanhas, dos convencimentos”* (FOUCAULT, 2008a, p. 99). Nesse sentido,

é notável o quanto os temores sobre os problemas ambientais se instalam na vida de pessoas, como no caso do sujeito acima. Além de pensar nas consequências de seus atos, comportamentos, hábitos, ele leva em consideração os efeitos futuros de suas ações na educação do filho, que está sob sua responsabilidade.

Nesse ponto, nota-se a relevância do desenvolvimento sustentável como uma dimensão que atravessa as preocupações do entrevistado. De acordo com Mattos e Mattos (2004, p. 07), apontados no referencial teórico do primeiro capítulo, a discussão lançada pelo Relatório Brundtland teve por objetivo um novo modelo de desenvolvimento, definido como: “desenvolvimento que satisfaça as necessidades das presentes gerações sem comprometer a capacidade das futuras gerações em satisfazer suas próprias necessidades”. Nota-se na fala do entrevistado um importante elemento que compõe a discussão em torno desse conceito, que é a figura do filho ou das futuras gerações. Assim, um mundo minimamente habitável deve, sob seu ponto de vista, ser deixado para as crianças, além do ensinamento de práticas “ambientalmente corretas”, como jogar o lixo em local adequado. É com base nessa sensibilização que as políticas públicas ambientais têm sido discutidas de forma a contemplar o conceito de desenvolvimento sustentável como norteador. Cabe lembrar que, no caso do Brasil, isso ocorreu de forma imediata quando a Constituição de 1988 já contemplava o conceito para legislar por essa via macropolítica, ou seja, por normas, regra e leis que se desdobram em políticas públicas, estatutos, planos diretores, manuais gerenciais e toda uma gama de documentos formais que dispõem sobre sustentabilidade.

Ainda sobre a questão das futuras gerações, Lenzi aponta que:

Se não mantivermos um padrão mínimo de qualidade da atmosfera, dos solos, dos recursos hídricos, a possibilidade de satisfazer necessidades humanas básicas poderá ficar comprometida. Então, garantir esses recursos ambientais não se coloca como uma questão puramente econômica, mas de justiça social (LENZI, 2006, p. 106).

Observa-se que o fragmento da entrevista entra em ressonância com a exposição do autor, dada a necessidade que ambos corroboram que uma preservação ou sustentabilidade mínima implica, para além das condições de sobrevivência hoje, a possibilidade da sobrevivência de outras gerações. No entanto, é uma discussão envolta em contradições e debates díspares, uma vez que as futuras gerações não estão presentes para discutir politicamente qual mundo desejam receber. O argumento de se levar em consideração as necessidades de gerações futuras é sempre problemático, pois envolve correntes de pensamento contrárias e questões éticas de difícil conciliação. No entanto, para o Entrevistado

2, assim como para muitas pessoas, é importante que tal preocupação com as crianças desta geração, bem como das próximas, seja levada em consideração até por um princípio de precaução pelas incertezas do futuro e dos desejos dos que estão por vir.

Segunda Categoria: práticas microssociais de preocupação ambiental

Em um momento da conversa, quando falavam sobre como se conheceram e formaram a banda, alguns pontos começam a dar visibilidade aos ideais do grupo: “o princípio de tudo é que não tem um líder, todo mundo corre junto. A banda se formou em 2001, mais ou menos em meados de 2001. A correria era essa, expressar as ideia que a gente sentia dentro de nós, a gente tinha no interior, sabia que era foda. E tem tudo a ver com essa questão política, questão ambiental e que a gente fala, fala, fala, mas mesmo assim continua destruindo” (Entrevistado 2). Observa-se que a banda existe de acordo com uma necessidade que o grupo sente em expressar questões políticas e ambientais que os inquietam, sobretudo pela distância presente entre discursos e práticas. Tais características apontam a banda em direção a uma produção social que busca autonomia para viver e se expressar, característico do movimento *punk*. Historicamente, esse movimento tem buscado criticar o sistema socioeconômico capitalista como estando imerso em contradições, distanciando-se de uma sustentabilidade possível. Embora muitos adeptos desse movimento, assim como a banda, identifiquem-se com os valores de preservação ambiental, isso acaba ficando num plano muito mais discursivo do que prático pela impossibilidade de se desvincular por completo do capitalismo.

Na sequência, outro integrante afirma o gênero musical *punk* como sendo de grande importância na formação da banda: “Então todos nós tivemos contato com isso de várias pessoas, de várias cidades e acho que é uma escola, né. A gente vem de uma escola digamos “oldschool”, que é a velha escola, dos anos 80. A gente tem muita referência dos anos 80. Mas atualmente tem muita coisa boa, mas a nossa referência é de 80, então a gente usa isso como afinidade e espelho, a gente se espelha nisso...” (Entrevistado 1).

Observa-se que há uma inspiração advinda do movimento *punk* clássico característico dos anos de 1980 assimilada pelo entrevistado. É possível notar o quanto a postura artística e as concepções de mundo de bandas *punks* apresentadas nos *shows* acaba sendo incorporada à vida privada dos integrantes. Assim, eles adotam visuais, posturas e falas características, tornando-se figuras peculiares e distintas de outros coletivos. Dessa forma,

eles buscam se manifestar de diversas maneiras, violentas por vezes, chamando a atenção para os problemas sociais e ambientais decorrentes do sistema capitalista, com o qual não concordam, tendo ampla referência e preferência por uma posição política anarquista. No que se refere à atuação violenta que os *punks* podem assumir, destaca-se a destruição de lojas, bancos e patrimônios públicos. É comum tais grupos entrarem em confronto com policiais em manifestações, fazendo ampla referência à ideia de revolução oriunda de posicionamentos políticos socialistas e anarquistas. Para Sousa,

[...] os métodos de violência adotados para a intervenção social, a clandestinidade de suas organizações e a permanente recusa de acatar os códigos e as normas sociais é que nos levaram a caracterizar os grupos *punks* de comunidades subversivas, pois, diferentemente de outras coletividades juvenis – o movimento estudantil, por exemplo – seus membros encontram-se fechados às influências externas e fortemente ligados por laços de simpatia (SOUSA, 2002, p. 19).

Já a preferência política anarquista, que visa a uma descentralização ou ausência de poder centralizador, é balizadora da atuação e das atividades que os *punks* desenvolvem, podendo ser notada na fala de um dos músicos quando diz: *“Bom, [...] o Léo, eu conheci ele através do movimento Anarcopunk né, que eu cheguei a fazer um rolê assim durante uns anos com um pessoal de Bauru que era do movimento Anarcopunk. E o Leo ele sempre tava é, no caso, desenvolvendo com a galera Anarcopunk e tal, [...] e eles faziam uma diversidade de trabalhos assim”* (Entrevistado 3).

No que se refere à diversidade de trabalhos, tal informação foi fornecida por um dos entrevistados posteriormente à entrevista, via *facebook*. As várias atividades mencionadas compreendem: *“shows, manifestações, intervenções culturais, ocupações em casas ou prédios abandonados (com o objetivo de se transformar em futuros espaços culturais). Além das atividades que rolavam dentro dos próprios espaços, tipo: oficina de batucada, oficina de fanzine (jornal ou revista feito por nós mesmos), rádio pirata ou clandestina, reuniões entre nós e a comunidade local, para melhor comunicação e a real divulgação da nossa intenção por ali. Também fazíamos trabalhos com crianças, tipo: contar histórias e estimular elas a escreverem sua própria história, brincadeiras antigas e inventadas por elas”* (Entrevistado 1). Aqui, nota-se como os adeptos do movimento Anarcopunk buscam autonomia para desenvolverem suas próprias atividades culturais, educacionais e de lazer, recorrendo a recursos materiais mais limitados, mas não menos

criativos, além de “ofertar serviços” que comumente são realizados por outras instâncias como governos e empresas.

Para Sousa (2002), o movimento *punk* tem sido amplamente apontado como um dos movimentos mais contestadores do sistema socioeconômico capitalista. Embora o movimento sempre tenha sido pequeno, junto com o movimento *hippie*, eles são apontados como os que buscaram promover questionamentos sobre os rumos das sociedades e que chamaram muito a atenção entre as décadas de 1970 e 1980 para os problemas ambientais, sobretudo do consumismo.

Estes grupos podem ser considerados como importantes atores que, juntos a outras iniciativas menores, provocaram alguns debates e a disseminação de novos valores, que questionaram as organizações do sistema capitalista e suscitaram debates cada vez mais políticos, inclusive no decorrer da realização das conferências internacionais. Assim,

[...] o estilo *punk* [...] assume a forma de uma transgressão dirigida contra as instituições burguesas e, ao mesmo tempo, manifesta também uma violência generalizada, explícita e aberta contra os inimigos do seu cotidiano. O *punk* elege inimigos que, via de regra, são os alienados, os “burguesinhos” que ficam “parasitando” no *shopping* sem se dar conta da miséria social. O curioso é que eles adotam, também, outras estratégias de resistência, das quais as mais importantes são as músicas que relatam as duras realidades cotidianas; os *fanzines*, que denunciam e alertam contra [...] perseguições policiais e, por fim, as roupas e os símbolos que são usados como uma forma de repúdio ao enquadramento social, o que empresta ao movimento uma “proposição de estilo de vida original” (SOUSA, 2002, p. 51).

Entre as iniciativas menores é possível encontrar alguns enunciados que suscitam críticas ao sistema, sensibilização com o social e práticas de proteção ambiental que são grafitadas por várias partes das cidades brasileiras, sendo tais manifestações encontradas inclusive em universidades. Pode-se observar, por exemplo, que uma das placas que indica orientação dentro da Universidade Estadual de Londrina (localizada abaixo de um viaduto que é uma das principais entradas de veículos da universidade) está pichada com o dizer “Vá de bike” contendo o símbolo do anarquismo. É muito comum que os *punks* se utilizem de bicicletas como meio de locomoção, visto serem mais baratas e não poluírem como os carros, sendo este último um dos principais símbolos de ostentação capitalista na visão dos *punks*. Nota-se, por esse caso, um exemplo de micropolítica que parte de um pequeno grupo ligado de alguma forma ao movimento *punk* que busca chamar a atenção de um grande coletivo populacional (alunos, professores e servidores da universidade) para um problema que vai ao

encontro das dimensões social, econômica e ambiental, chamando a atenção para que essas pessoas repensem suas atitudes relacionadas ao trânsito.

É importante perceber que tal “convite” para pensar e agir foi proposto de uma forma desvinculada a princípio de uma macropolítica que concerne à linha de ação estatal, mas que pode acabar se cruzando de alguma forma com as ações políticas maiores, legais, se, por exemplo, o número de ciclistas aumentar significativamente. Assim, o governo local terá de dispor sobre a regulamentação de mais trechos de ciclovias, mensurar os resultados de tal ação em termos de redução de emissões de poluentes e assim por diante, repercutindo em uma série de planos municipais que impactam a vida coletiva.

A cultura *punk* surgiu nos anos 70 nos EUA e na Inglaterra e se caracteriza por ser um movimento urbano que, de forma ampla e pensando em um movimento que age micropoliticamente, defende uma visão anarquista centrada na autonomia do indivíduo, opondo-se à mídia tradicional, ao Estado, às instituições religiosas e às grandes corporações capitalistas. Para Sousa,

[...] em pouco tempo suas bandeiras de luta ampliam-se para outros valores, como por exemplo: rejeição à moda, aos ídolos e aos valores “carcomidos” da sociedade. Nessa perspectiva ele busca alternativas culturais inovadoras para os jovens, e por meio de valores comuns, cria um novo estilo de vida que, de maneira geral, tem como base as suas realidades cotidianas refletidas na música (SOUSA, 2002, p. 40).

Já a menção sobre o movimento *hippie* como outra manifestação musical que já buscava se relacionar com a natureza de forma mais sustentável surge quando o tema meio ambiente enquanto objeto de preocupação e problematização da banda era discutido na entrevista: *“Partiu de uma necessidade também nossa, né. Acho que isso aí já era falado, na época “hippie”, nos anos 60 e 70. Criou-se uma ideia que [...] isso aí que era necessário, [...] como tudo, as ideias... Hoje a gente vê que realmente é preciso. As pessoas agora tão passando a praticar isso. Então, se você perguntar pra uma geração mais nova aí, crianças mesmo, eles já têm isso embutido na ideia, já tão com isso na cabeça e vão fazer a diferença”* (Entrevistado 1). Nesse fragmento, o entrevistado aponta para os primeiros passos do movimento *hippie* com as questões relacionadas à preservação do meio ambiente, sendo os *hippies* um dos primeiros disseminadores dessas ideias e que hoje, na concepção do entrevistado, passaram a ser disseminadas e mais presentes a cada nova geração, apostando nas crianças como meio de “fazer a diferença”.

Nesse ponto, pode-se pensar que de fato há uma racionalidade de governo que é voltada para a educação, por meio das instituições sociais, familiares e educacionais, que têm repercutido sobre as novas gerações, disseminando práticas mais sustentáveis, dada a ampliação dessa preocupação ambiental nos mais diversos âmbitos. Assim, para o entrevistado, as crianças têm sido expostas mais frequentemente em sua educação formal e informal à noção de meio ambiente, impacto e preservação, pois como diz o entrevistado: “*hoje choca você ver alguém jogar um papel na rua*” (Entrevistado 1).

O movimento *hippie*, assim como o *punk*, foi precursor da disseminação de novos ideais que, de várias formas, permearam pequenos movimentos que provocaram ressonância nas conferências internacionais. Assim,

[...] a geração *hippie*, adotando o rock'n'roll como música e o LSD como experiência de expansão da percepção, mostrou uma dura recusa em adentrar no mundo normatizado, industrial e burocrático, sem atrativos e que se colocava como única opção válida para a juventude. Buscou construir um modo de vida alternativo, baseado na paz, no amor e na crença de que as flores poderiam derrotar os canhões (NETO, 2004, p. 53).

O apelo ecológico também compõe o cenário de atuação dos *hippies* e, de acordo com uma matéria no portal virtual da revista brasileira “Isto é”, a consciência ecológica começou a se espalhar pelo mundo a partir dos anos 60, com o movimento pregando seu lema e respeito pela natureza. A causa, antes restrita ao grupo de idealistas, ganhou outros contornos e atuação ao longo dos anos, tornando-se mais politizada. A reportagem aborda como exemplo o envolvimento desses movimentos com a Conferência de Estocolmo, em 1972. Também a Rio-92 foi a ocasião em que o tema ambiental “deixou as salas de negociação para entrar na cabeça do público” (A CORRENTE VERDE).

Assim, esses movimentos (*hippie* e *punk*) tratam de relevantes agentes apontados na opinião dos entrevistados como sendo as bases que possibilitaram a formação de grupos como a banda e suas atividades. Em face dessa exposição, é possível notar, então, que a preocupação com uma sustentabilidade social, ambiental e econômica vem sendo objeto de problematização de movimentos marginais que acompanham o curso da história, também ela em movimento. Essa discussão torna-se visível com o levantamento das produções sociais ligadas ao meio ambiente e sua vinculação à importância da música, inclusive como uma ferramenta de denúncia ambiental.

Por meio da música é possível problematizar preocupações com os problemas ambientais que diariamente atravessam a vida das pessoas. A música tem relevante

papel social como forma de enfrentar esses problemas, uma vez que ela tem a capacidade de tocar e sensibilizar o homem de tantas formas, produzindo sensações e experiências diversas. Por ser uma maneira de manifestar e expressar politicamente opiniões, a música torna-se uma estratégia privilegiada para abordar questões e temas importantes que fazem parte do cotidiano, estejam eles ligados a fatos sociais, políticos, econômicos, culturais e mesmo ecológicos.

Nesse sentido, um dos integrantes da banda relata que a música agressiva do gênero *punk* é uma ferramenta que suscita críticas e reflexões. Diz o depoente, simulando pessoas supostamente céticas em relação ao trabalho da banda: *“Ah só fala, só tá falando... Que que tá gritando, tá falando, passando a mensagem. Mas não faz nada”*. Em seguida ele defende dizendo: *“quando eu passo, pro público assim, eu acredito que não é só um problema que a gente fala. Tem uma preocupação de todos. Então, a gente passando a mensagem é uma forma de conscientização, conscientizar a galera que tá ouvindo e tipo falando como realmente é: o que prejudica isso, o que acontece. Pra galera ouvir e tentar pôr a mão na consciência e falar “pô, é verdade”, “o cara tá falando”, “não é só falar, posso ouvir as coisas pra mim e colocar em prática realmente”*” (Entrevistado 4).

Assim, a importância que a música pode assumir em determinados contextos pode ser expressa quando o vocalista tenta transmitir as mensagens das letras de forma bastante agressiva. O *punk/hard core*, que é a tendência musical central desta banda, utiliza-se de gritos enquanto recurso musical com o intuito de realmente chamar a atenção ou mesmo chocar o público, que talvez venha a se interessar em saber sobre as letras e as atividades da banda, dada a atuação peculiar das apresentações. Esse viés é marcante quando o depoente diz que as pessoas podem ouvir uma música em particular e procurar pôr em prática algumas de suas ideias que eventualmente elas assimilarem.

Em relação às práticas pessoais, o vocalista da banda se declara vegetariano, assim como grande parte dos que seguem esse estilo, e aponta que embora a banda ainda não trabalhe com a temática em específico eles têm conseguido propagar essa mensagem junto às demais temáticas ecológicas com o apoio de uma amiga que faz doces e salgados veganos (que não contém produtos de origem animal) e os vende nos shows junto a alguns adesivos, discos, cds e camisetas vinculados à banda que acabam ajudando a promover a banda e suas ideias, conforme explica o vocalista: *“por mais que a banda tenha temática mais ecológica, mas não tá com esse tema de veganismo, vegetarianismo. A pessoa vem e compra um salgado ou um doce dela, vegano, aí fala “o que é vegano”? Através disso, a pessoa vai perguntar porque a definição desse salgado tá como vegano, o que é isso. Aí pode passar essa*

mensagem, não nas letras das músicas mas tipo: ‘ah lembra daquela menina que trouxe aquele salgado vegano?’” (Entrevistado 4).

Nota-se, então, por meio da fala do depoente que a estratégia de agregar produtos alimentícios aos eventos musicais tem corroborado para chamar a atenção das pessoas para a proposta de apelo ecológico da banda. Nesse sentido, foi perguntado se o tema ambiental continuaria a compor a pauta de temas da banda e, segundo o vocalista, de sua parte isso claramente vai ocorrer, uma vez que: *“muito tempo antes de entrar na banda já conheço o vegetarianismo, já pratico, já faço parte dessa cena. Isso é como uma cena né, um estilo de vida, uma opção, isso é como uma cena que são várias pessoas que têm a mesma ideia, que são vegetarianas, que apoiam e lutam por isso. Então eu pretendo muito falar sobre isso, pode ser como vivisseccção também, ou várias outras coisas também sobre esse problema”* (Entrevistado 4). Assim, observa-se conexão com determinado grupo *punk* denominado *Straight Edge* abordado no capítulo sobre as micro produções sociais em um estudo de Tangerino (2010), que buscou relacionar tal movimento às questões ambientais.

Ainda em relação às produções artísticas da banda, em especial sobre o conteúdo das músicas, a problemática do meio ambiente veio à tona de maneira mais explicada, como no seguinte fragmento: *“tem mais uma letra também, que a gente até divulgou no site tal a letra, que é uma letra assim bonita pra caramba que é “Condenados Por Quem?”. Eu escrevi essa letra e essa letra também é baseada nessa questão de “condenados por quem?”, por nós mesmos...”* (Entrevistado 3). Após uma breve pausa que suscitou alguma reflexão, o depoente prossegue concluindo sua ideia dizendo que: *“essa letra é bem legal e, assim, tem uma ironia. Tem uma parte que fala: “infelizmente as criancinhas não conhecerão um planeta chamado Terra quer dizer conhecerão um planeta chamado Terra através de várias imagens da internet, é isso que vai acontecer mesmo”* (Entrevistado 3).

É notável que a banda recorre à ironia como forma de tornar suas letras mais enfáticas, críticas e, por vezes, desacreditadas da melhora dos problemas ambientais. Na passagem acima, a ironia reside talvez na possibilidade de um futuro em que os problemas ambientais estejam tão agravados que as crianças dessas gerações conhecerão a natureza de forma muito abstrata e através do mundo virtual. Com base nessas discussões, foi possível visualizar de maneira mais prática como a banda em análise se destaca enquanto uma produção microssocial de preocupação ambiental.

Terceira Categoria: Estado, ONGs e ações autônomas

Durante a entrevista, foi possível conversar sobre o envolvimento dos membros da banda com a política local. Os entrevistados demonstraram conhecimento sobre as políticas públicas ambientais dos municípios aos quais pertencem, tendo mostrado o reconhecimento de que as gestões municipais de onde vivem estão caminhando em direção à contemplação das questões ambientais, apesar de problemas como corrupção: *“Agudos é uma cidade legal, passa lixeiro, quase todos os dias, assim, pra falar da parte ambiental. O lixo é bem tratado, é levado pra Buribí, tem um centro de reciclagem, eles separam tudo e tem o lixão municipal também que é em aterro sanitário. E é tudo bem programado a política nessa área, embora a corrupção seja medonha, em todo local”* (Entrevistado 2).

Já outro integrante aponta para a questão da gestão pública ambiental em outra cidade dizendo que: *“Eu posso falar por Bauru. A gente tá com um prefeito agora lá e ele é um ambientalista ativo. Ele é biólogo e o cara vem dessa escola, ele sempre foi ativo nisso. Então essa nova gestão, que tá vindo agora, digamos que é uma nova gestão mesmo. Assim, ele é uma pessoa nova e tá fazendo a parte dele. Melhorou um pouco, tem muita coisa pra melhorar ainda, porque a gente sabe que não é só dele que depende, de várias pessoas e também das pessoas estarem cobrando isso”* (Entrevistado 1).

Por meio da fala do entrevistado, é possível observar que, sob seu ponto de vista, essa nova gestão está promovendo algumas mudanças em relação às questões ambientais, embora os desafios sejam grandes, uma vez que o integrante reconhece que não depende somente da vontade política de um gestor em particular. É importante destacar que uma forma identificada pelo entrevistado de suprir em alguma medida as deficiências da gestão pública é uma organização do terceiro setor, embora tal organização esteja debilitada financeiramente no momento. Diz ele então: *“Tinha um instituto também, chamado Instituto Olho D’água, mas que agora perdeu força, porque não tinha verba, não tinha recurso. Então, assim, a gente vê que tem uma preocupação lá, mas ainda não tá com força suficiente. Não é aquela coisa que digamos que tá o assunto principal deles, que tá na pauta deles. Existe, porque eu acho que tem que cumprir isso, entregar lá na gestão dele, tem que ter isso aí. Só que assim, falta muito. Mas, eu conheço pessoas que realmente são envolvidas, do universo acadêmico, pessoas que são realmente ligadas à prefeitura, são ligadas realmente a essa parte política mesmo, são fazendo alguma coisa. Mas ainda é muito, muito pequeno”* (Entrevistado 1).

As considerações do entrevistado sobre o instituto e as ações da prefeitura e da universidade vão ao encontro do argumento de Cunha e Coelho (2003) quando os autores afirmam que não há dúvidas de que o Estado permanece como agente articulador entre os diferentes projetos políticos e visões de mundo acerca das principais políticas ambientais no Brasil. Apesar disso, uma gama variada de atores não diretamente ligados ao Estado vem exercendo atividades crescentes na formulação de projetos ambientais, como as ONGs que são notoriamente conhecidas pela forte atuação militante que busca pressionar direta ou indiretamente o Estado e os governos para a tomada de ação em face do que estejam reivindicando. Nesse viés, pode-se considerar que as ONGs com caráter militante são comumente encontradas em várias cidades, embora muitas delas, tal como o instituto mencionado pela banda, não perdure, talvez por serem organizações menores, indo na contramão do processo de profissionalização que Jacobi (2003) aponta como sendo recorrente àquelas ONGs maiores que participam de projetos mais complexos e angariam recursos internacionais.

Além da importância que projetos desenvolvidos por ONGs assumem no contexto de preservação ambiental, nota-se que, segundo os participantes da banda, há a necessidade de se envolver com esses problemas de forma mais individualizada. Exemplo disso pode ser encontrado na fala de um dos entrevistados, quando este abordava a questão da conscientização do problema do lixo: *“eu acho assim que vai muito também da política da cidade, [...] dos caras correr atrás do negócio. Tem cidade que tem lixeira em toda esquina, tem cidade que você roda aí e você não vê uma lixeira”* (Entrevistado 2). O entrevistado conclui então que *“no Brasil não tem como você acatar isso aí, o tipo do povo entendeu. Só que essa conscientização de jogar lixo no lixo, de reciclar, tudo isso é legal, cara. É legal se cada um fazendo sua parte, vai virar né”* (Entrevistado 2).

Nota-se que o entrevistado aponta para uma micropolítica que pode ser exercitada pelas pessoas de forma mais desvinculada das obrigações legais do governo. Assim, uma vez que as pessoas sejam mais conscientes do problema das lixeiras, por exemplo, elas buscariam formas de destinar adequadamente seus lixos (como carregando-os até chegar em casa ou reaproveitando-os no uso doméstico) sem depender do fato de haver lixeiras públicas espalhadas ou mesmo de uma coleta pública de lixo eficiente. Como tal competência é do governo local, as pessoas também poderiam se articular para cobrar de forma mais significativa que o problema do lixo fosse atendido pela gestão municipal.

As ONGs, que não recebem recursos financeiros advindos do município, são apontadas como muito importantes, pois evidenciam uma dimensão bastante militante de

participação voluntária, que também pode ser encontrado no movimento *punk* com a cultura do “faça você mesmo”. Demonstrando que o público de maneira geral se sentia positivamente afetado pelas provocações contidas nas letras, o entrevistado diz: “*estimula, acho que estimula, é um estopim, é aquela coisa que tá quieta e você chega e ‘meu vamo levantar, vamo causar mesmo, vamo levantar esse contestamento, vamo contestar as coisa’*. *Porque ficar assim, né? Então acorda, né. É um estalo pras pessoas começarem a... A gente não muda a cabeça de ninguém, não tá aqui pra conscientizar ninguém, fazer a cabeça, mas sim de alerta, ‘meu, cê tá parado, ergue e vamo fazer alguma coisa, você tá reclamando do governo, faça sua parte então’*” (Entrevistado 1). Assim, nota-se que o discurso individualizante que dissemina a ideia de cada um fazer sua parte ao invés de simplesmente responsabilizar o governo se faz novamente presente.

Além desses apontamentos sobre a cultura do “faça você mesmo” tão presente no movimento *punk*, destaca-se ainda a orientação descentralizadora das políticas públicas ambientais características do final dos anos 1980 (CUNHA; COELHO, 2003) como disseminadora de grande solicitação por parte do Estado e dos governos em “dividir responsabilidades” e “complementar” as competências federais, estaduais e municipais entre diversos atores da sociedade civil. Assim, observa-se frequentemente o envolvimento direto do cidadão em tomar para si a possibilidade de gerir problemas ambientais, uma vez que o Estado não garante, sozinho, o cumprimento da proteção ao meio ambiente.

Entretanto, pode-se questionar se as diferentes formas de se envolver com um dado problema social por meio de determinados grupos que se fecham e atuam com base em discursos individualizados acabam por enfraquecer a ação coletiva em que o exercício da política de fato ocorre e promove debates que possam ser ampliados e acolhidos pelo social. O problema dos discursos que vão em direção à individualização da ação ocorre quando, ao individualizar, perde-se a noção coletiva e de prática política que necessitam do encontro de diferentes partes e posicionamentos para o debate. A impressão de que haja melhor sintonia em grupos mais fechados como agentes de mudança pode ser, na realidade, efeito de um processo capitalista avançado que cria a sensação de que “fazer sua parte” conecta um coletivo. No entanto, uma política que se propõe a pensar criticamente os problemas sociais e seus possíveis atenuantes envolve enfrentamentos e práticas coletivas que vão muito além da simples ação individual multiplicada. Esse processo é bastante sutil, mas, nem por isso, perde sua força de desagregar a política que, para ser expansiva, necessita de encontro e enfrentamento com as diferenças.

Por outro lado e retomando o caso dos *punks*, é possível compreender que esses enunciados de individualização da ação em face dos problemas podem ocorrer como parte de um importante processo político desencadeado por esses grupos, uma vez que, embora estejam também aprisionados aos moldes do capital, eles encontram formas de expressar suas indignações e críticas. Conforme aponta Guattari em relação ao movimento *punk*:

No entanto, apesar de todo esse caráter heterogêneo e serial de seus componentes (onde tudo parece estar sendo tomado de empréstimo aos sistemas opressivos dominantes), tais componentes podem se constituir em elementos de um processo de singularização. Centenas de grupos vivem, encarnam seu desejo em empreendimentos coletivos como o rock e o punk, que podem ter, para eles, uma importância absolutamente vital. Apesar de veicularem elementos de significação da ideologia dominante, apesar de serem prisioneiros de numerosos sistemas de modelização, eles exprimem, num certo nível inconsciente [...] aquilo que chamo de "vetor de revolução molecular", o qual pode subverter a modelização da subjetividade (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 54).

Com isso, as mesmas produções culturais nos moldes do sistema capitalista amplamente criticadas pelos *punks*, mas também amplamente reproduzidas por eles, podem se caracterizar simultaneamente como as forças propulsoras do movimento em sua atuação localizada e contextual, produzindo subjetividades diversas que não necessariamente representem o quadro geral das ideias capitalistas. Isso mostra a complexidade que atravessa as práticas sociais disseminadas no cotidiano.

Ainda sobre o posicionamento das pessoas que buscam formas mais individualizadas de enfrentarem os problemas ambientais, cabe destacar que o Estado, em face do agravamento desses problemas, vai instalando temores, exigências e práticas na população para que ela se envolva com os problemas que dizem respeito ao coletivo. Isso fica evidente nas falas anteriores da banda sobre uma preocupação com uma sustentabilidade mínima que garantiria a sobrevivência das gerações presentes e futuras, da responsabilidade em transmitir ensinamentos aos filhos de ações mais ecológicas e agora da própria responsabilidade em agir em prol do meio ambiente sem esperar que os governos tomem a frente. É perceptível que temores como a degradação ambiental atravessem as preocupações cotidianas das pessoas. Nesse contexto, a vida pode ser entendida como objeto de preocupação do governo que se propõe a governar por meio de uma biopolítica (FOUCAULT, 1997), ou seja, pela racionalização dos problemas ambientais em face de suas implicações na saúde da população e no esgotamento dos recursos necessários à manutenção

da vida coletiva. Nesse sentido, as reações às práticas degradantes do meio ambiente são variadas e se manifestam na forma governamental, não governamental, empresarial e também na mobilização de pequenos grupos sociais, como as comunidades e bairros.

Quarta Categoria: resistência, massa e desqualificação

Quando conversado sobre como a banda costumava realizar seus *shows*, se de forma mais independente ou se articulando com outras bandas, um dos integrantes trouxe como importante elemento em sua fala a questão da ausência de lucro com o trabalho da banda, afirmando ser muito mais uma forma de “amor” que uma tentativa de ganhos, quando diz: *“cada um tem seu trabalho, profissão, mas a gente usa como amor mesmo, uma forma de expressão, uma ferramenta né...”* (Entrevistado 1). Ainda enfatizando a questão da não lucratividade, diz que: *“existe dentro dos movimentos, isso ultimamente tá sendo bem nítido: tanto o convite quanto a gente organizar, tanto a gente vai sem ganhar nada, quanto alguém dando uma ajuda de custo. Mas o princípio mesmo é fazer o que a gente gosta. A gente é movido a isso mesmo... Envolvido com o que a gente gosta. Aliás, a banda só se mantém, isso aqui, porque a gente gosta realmente do que a gente faz, porque a gente não tem lucro com isso, a gente não tem um salário”* (Entrevistado 1).

Pode-se notar, então, que na percepção do depoente o foco da banda não é o retorno financeiro, mas o ato de cantar e mobilizar. Além disso, por vezes, a banda costuma arrecadar dinheiro para ajudar alguma causa na qual acredita. Nesse sentido, pode-se destacar o evento “MetalPet” mencionado na entrevista: *“em Bauru tem um projeto [...] que não tem o apoio da prefeitura e ele é envolvido já com a cena do rock em geral, de metal, hard core, esse tipo e chama Metal Pet, que é um pessoal que costuma organizar isso aí. Eles fazem show, a verba da entrada que é cobrada é revertida em ração ou a entrada é já 1kg de ração. [...] E é totalmente independente. O pessoal se indignou realmente com essa cena e estão fazendo esse evento agora pra arrecadar. Inclusive a gente foi até convidado pra tocar no próximo evento que vai acontecer”* (Entrevistado 4).

Dessa forma, cabe interrogar: teria o trabalho da banda entrevistada um traço de resistência? Seria uma forma de enfrentar os problemas ambientais como uma “força propulsora” de ação que se faz presente em diferentes movimentos sociais como assinala Pelbart (2010)? Pode-se pensar que, eventualmente, movimentos menores como os realizados pela banda em análise configuram-se enquanto resistência no sentido de uma forma de

expressão, uma ferramenta que pode sensibilizar as pessoas? Uma prática que possa transformar algo sem se reduzir a possíveis ganhos financeiros? A resistência se faz como ações possíveis num dado contexto e que, conforme apontado no referencial teórico, não é apenas uma oposição, ou seja,

[...] a resistência não se reduz à mera recusa. Ela faz-se ação primeira nas pequenas conexões inusitadas e inesperadas, nas disjunções e invenções que confundem e atrapalham a boa execução das formas de controle, levando ao limite aquilo que está naturalmente legitimado enquanto regra geral de conduta. É assim que as ações de resistência colocam em movimento a invenção de novas maneiras de viver (MANSANO, 2013, p. 148).

Entretanto, é importante ressaltar que tais iniciativas também podem, a qualquer momento, ser capturadas pela economia e pelo mercado, sendo rapidamente transformadas em produtos vendáveis que venham a beneficiar instâncias como a ciência, o Estado, a mídia e as empresas, tal como apontado anteriormente com Guattari e Rolnik (1996). Como exemplo bem recente, pode-se mencionar o consumo cada vez mais recorrente por parte do público feminino de camisetas do grupo *punk* mais conhecido e influente dos últimos tempos: o Ramones.

Várias *grifes* e marcas mais populares têm estampado a marca da banda em camisetas diversas numa espécie de modismo que caiu no gosto das pessoas, que por vezes não sabem que se trata de uma banda *punk* bastante crítica ao sistema capitalista. De acordo com uma matéria publicada no portal da internet Terra, datada de 21/09/2013, cujo título é “‘Modinha’, camisetas do Ramones são banalizadas no Rock in Rio”, esta é a banda *punk* que permaneceu mais tempo em atividade, sendo símbolo de uma juventude inconformada. Entretanto, hoje o Ramones virou “modinha” entre o público feminino. Quando questionadas sobre o conteúdo das letras difundidas por esse grupo, nenhuma das consultadas pela reportagem sabia citar um álbum da banda, ou mesmo uma única canção. “Se a ideologia do movimento *punk* é lutar contra o sistema, sem saber muito bem o que fazer para consertá-lo, seu grande ícone hoje está banalizado nas camisetas de um festival de música”, diz o redator da matéria (RAMONES).

Ainda de acordo com a reportagem, uma entrevistada deixou claro: “não sei nada de Ramones. Qual o problema de eu usar uma camiseta dos caras? Virou uma moda, unha preta, é pelo clima de show de rock”. Este exemplo serve para evidenciar que uma produção artística que outrora fora ícone de contestação, talvez até uma resistência aos

padrões musicais, hoje se encontra amplamente banalizada e comercializada. Pode-se dizer, então, que a resistência consolida-se como ação, como prática situada social e historicamente.

No campo empresarial (industrial ou comercial) nota-se ainda como uma espécie de exploração do atributo “ecológico” tem alavancado esses setores por meio da divulgação massiva de diferenciais competitivos de seus produtos e serviços que se dizem menos nocivos ao meio ambiente, conquistando a preferência e empatia de parcelas cada vez maiores de clientes. Assim, observam-se as mais diversas formas de propaganda e publicidade de produtos e serviços que veiculam o discurso da sustentabilidade, ainda que muitos sejam práticas de *greenwashing*. É notável o quanto os temores com os problemas ambientais têm acionado as pessoas a buscar práticas mais ecológicas que incluem a aquisição desses produtos e serviços que se dizem consoantes a essas preocupações. Feiras do setor da construção civil que promovem inovações ecológicas, bens de consumo domésticos duráveis (como geladeiras e máquinas de lavar roupa) com “tecnologias limpas” e a fabricação de itens de papelaria com papel reciclado (ainda que o papel reciclado consuma mais energia para ser produzido e precise de mais compostos químicos que o papel branco) são exemplos de situações em que há uma aposta das pessoas nesses produtos, seja pela falta de informação correta ou por, a princípio, uma boa intenção de fato – o que remete, novamente, à noção do “faça a sua parte”.

Dessa forma, observa-se que não há controle sobre o que se produz e quais caminhos determinadas iniciativas tomam ao longo do tempo em decorrência de tantas articulações incertas e improváveis. Se por um lado as microproduções sociais como as bandas *punks* possam praticar formas de resistências em determinadas situações e contextos, colocando em debate a ação estatal e as práticas depredadoras do cotidiano, por outro é importante notar que essas mesmas bandas podem mobilizar coletivos populares, como a massa, que aprecia gêneros musicais mais mercadológicos e permeados por modismos, o que incita o consumo.

No decorrer da entrevista, uma expressão utilizada algumas vezes por um dos integrantes chamou bastante a atenção da pesquisadora: “fora da massa”. O entrevistado a utilizou quando se referia às músicas da banda como sendo pertencentes a um universo cultural próprio e distante da massa ou do gosto popular. Quando comentava sobre a questão da banda já ter participado de uma entrevista com o intuito de contribuir com uma pesquisa acadêmica o depoente diz da seguinte forma: “*você vai achar assim dentro desse universo underground, essa coisa mais fora da massa. Tem muita coisa de qualidade, coisa boa, ideias*

realmente. Assim que não são só ideias, mas práticas, grupos, que nem grupos veganos que realmente tão na ativa” (Entrevistado 1).

Esse fragmento é bastante importante, uma vez que a fala do depoente traz um tom de desqualificação que parte da banda em direção à massa, que por vezes é desconsiderada de seus saberes próprios. Para o entrevistado, há um universo que se situaria num “nível” social ainda mais “abaixo”, comumente autointitulado de *underground* (subterrâneo), que é menor em relação à massa, mas que seria rico em ideias e práticas que acabam sendo muito mais significativas se comparadas às iniciativas da massa. Nota-se em outro fragmento semelhante teor de desqualificação em relação à massa: *“isso é bom, muito positivo porque pessoas assim como você, que está envolvida no universo acadêmico aí, podendo tá transportando isso. Pô você tá dentro desse universo acadêmico, poder divulgar isso aí, pra nós é um privilégio. Então, é um privilégio tá ouvindo isso de várias pessoas, tanto da massa quanto de pessoas que realmente tem uma consciência, de grupos que tão ativos, que já tão muito evoluídos em ideias, em projetos e fazendo muita coisa legal”* (Entrevistado 1).

Embora a massa dê um retorno positivo sobre as apresentações da banda, ela não é vista como um grupo plenamente ativo que possua ideias evoluídas e participe em projetos significativos. Isso pode ser observado novamente na seguinte fala: *“há pessoas que curtem as bandas mais underground mesmo, um pessoal que já tem uma certa consciência das letras, já tem essa ideia mais crítica né e tipo já é uma coisa rebelde esse evento underground, já é tipo contestador. E tem uns eventos também que acontecem que não são específicos. A gente tocou esses tempos atrás, que era um encontro de motos, [...] com palco aberto, [...] em Agudos e veio família, crianças, tudo [...] e apesar de ser agressivo, eles se chocam um pouco com o som, não é um som de massa, você não escuta isso no rádio né, no dia a dia das pessoas de massa, [...] cidadãos comuns”* (Entrevistado 1).

Para ele, os apreciadores das bandas *“underground”* possuem maior identificação com as letras da banda e já são críticos e contestadores por se envolverem nos eventos característicos dessas bandas. Dado que tais eventos são incomuns à massa, ou seja, à maioria das pessoas, buscando assim atuação e visibilidade em meio ao campo que envolve os cidadãos comuns dos quais pensam se diferenciarem tanto. Concluindo seu pensamento sobre o envolvimento da banda com a massa, o entrevistado diz: *“só que tem esse teor das letras, que é uma letra que a partir do momento que você ouve, você passa a refletir. Então por mais que não tenha esse senso crítico, não tem isso no dia a dia, as pessoas param para pensar sobre isso: ‘nossa realmente o que eles tão falando, é barulhento, mas os meninos falaram*

uma coisa', geralmente é assim 'os meninos falaram uma coisa que é verdade'. Então [...] quando ouvem isso de uma banda agressiva, uma coisa que eles não conhecem passam a refletir, que é bom e chegam falando [...] pra gente. Então essa recíproca né, essa volta aí que tem pra banda, das pessoas..." (Entrevistado 1).

Para o entrevistado, os cidadãos comuns que compõem a massa possuem um “senso crítico” que vem à tona quando entram em contato, por exemplo, com algumas de suas letras que, por serem agressivas e de conteúdos de cunho político e ambiental, instigam as pessoas a repensar sobre esses temas. Assim, as pessoas dão muitas vezes retornos positivos para a banda sobre suas produções. Nesse sentido, pode-se visualizar que as discussões sobre uma preocupação ambiental que perpassam o Estado e as políticas públicas enquanto macropolítica consideram que novos desafios ambientais estão colocados para as diversas áreas de conhecimento, abordagens teóricas e políticas públicas, bem como para movimentos menores com preocupação com o meio ambiente no viés micropolítico. Com base nos depoimentos acima, fica evidente que há um desafio que se coloca em compreender também os papéis da massa em meio às questões ambientais, bem como as possíveis relações e articulações entre a massa e grupos “engajados” como a banda.

Deleuze e Guattari podem ajudar a compreender a recorrência da desqualificação na fala do entrevistado quando, se referindo à macropolítica e à micropolítica, afirma que: “as duas linhas não param de interferir, de reagir uma sobre a outra, e de introduzir cada uma na outra uma corrente de maleabilidade ou mesmo um ponto de rigidez” (DELEUZE e GUATTARI, 1996, p.68). Portanto, toda sociedade, mas também todo indivíduo, é atravessada pelas duas linhas. A desqualificação da massa presente nos trechos acima pode ser entendida como um ponto de rigidez, uma inflexão que o entrevistado tem em relação ao contingente popular, comum. Além disso, cabe questionar até que ponto os eventos das bandas “*underground*” de fato estão agrupando pessoas engajadas com as causas ambientais e sociais dadas as contradições que são possíveis de se verificar nesses shows, sobretudo pelo acúmulo de lixo espalhado por esses locais.

Por outro lado, outro entrevistado parece fazer uma reivindicação considerável sobre a situação das bandas do gênero *punk/hard core* que não possuem espaço para se apresentar e divulgar suas mensagens e atividades para um público mais amplo, quando diz: “*uma coisa que aconteceu em Bauru também é que, apesar do prefeito ser ambientalista, apoiar essa causa, ainda assim não tem tanto apoio pelo tipo da gente passar nossa mensagem. Talvez se fosse uma banda mais tradicional, assim um estilo musical que a pessoa aceitasse mais, não fosse tão agressivo talvez, sei lá... a pessoa não fica tão*

incomodada de ouvir, talvez teria mais espaço até pra passar essa nossa ideia. Por mais que bata com a ideia do prefeito na questão ambiental, não tem tanto apoio assim. Então todos eventos é organizado por quem tá em meio à cena mesmo. Eu desde que tô com a banda nunca toquei em algum evento que foi realmente a prefeitura que deu o palco” (Entrevistado 4).

É nesse sentido que se pode pensar também que a desqualificação em relação à massa advém do fato de que esse grande contingente popular não aceita o estilo difundido pela banda, ocorrendo assim uma espécie de sufocamento dessas iniciativas por gêneros musicais mais mercadológicos e que muitas vezes se caracterizam como um entretenimento de pura lucratividade e ausente de um conteúdo mais significativo e transformador. Apesar disso, há meios de se transpor essas barreiras quando a banda consegue se articular com contatos que possam interceder eventualmente. Conforme explica um dos membros da banda: *“em Agudos já é diferente. Tipo, em Agudos o prefeito colabora assim com a gente na correria que você faz. Tem que ter a festa, tem que ter o contato, tem que conhecer ou pelo menos chegar a conhecer. Já colaborou assim com várias fita, a gente já tocou 2 ou 3 vezes em local público. Junto com o Léo, tocamos na praça lá... Assim tudo que você precisa pra você chegar e souber conversar, tiver o canal eles colaboram sim com várias coisas aí com a banda”* (Entrevistado 2).

Ao final deste capítulo, pode-se compreender melhor como uma microiniciativa de preocupação e ação em prol das questões ligadas ao meio ambiente e sustentabilidade desenvolve algumas de suas atividades voltadas para esse escopo. Com base em vários depoimentos, fica claro a relevância que os agenciamentos e articulações com pessoas e organizações distintas assumem para a continuidade dos ideais e ações da banda em análise. É nesse sentido que se pode compreender a importância dos cruzamentos entre as linhas macropolítica (as conferências internacionais sobre sustentabilidade e as políticas públicas e seus documentos) e micropolítica (ação política menor que se exerce no cotidiano de grupos como os *punks* e suas reivindicações). Ambas, embora de naturezas distintas, mostram sua importância quando evidenciam os problemas de formas múltiplas, demandando ações também variadas dos grupos que se ligam à problemática ambiental.

Assim, esses problemas instalam temores e os aciona para problematizar tal situação por meio de uma produção artística (a música) que se mostra há muito tempo como um meio privilegiado para abordar inúmeros problemas, bem como uma forma de denunciá-los, suscitar críticas, reflexões e sensibilizações no coletivo. Após a apresentação dessas análises mais pontuais, caminha-se agora para as considerações finais deste trabalho, com o

intuito de tecer algumas articulações entre a iniciativa microssocial analisada e a área de Administração.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O problema investigado neste trabalho trouxe à tona reflexões relativamente pouco exploradas na área de Administração que se referem às maneiras como um grupo de cidadãos comuns sofre efeitos diversos da administração pública e suas políticas ambientais. Estudos como a pesquisa nacional de opinião sobre o que o brasileiro pensa do meio ambiente e do consumo sustentável (PESQUISA NACIONAL DE OPINIÃO, 2012) mostram que indivíduos, em seu cotidiano e contexto social, estão cada vez mais preocupados com o meio ambiente. Exemplos dessas situações vão desde as bandas de *rock* que tematizam em suas letras essas questões, passando por artistas plásticos que expressam em suas obras preocupações afins, até situações mais pontuais e anônimas, como no caso dos delatores de crimes ambientais. Também é o caso encontrado na banda *punk/hard core* analisada, que tematiza em suas letras questões ligadas à preocupação com o meio ambiente, além de outras atividades afins.

Mas afinal, o que a área de Administração, especialmente da administração pública, teria a aprender com tais iniciativas? Por serem movimentos menores e, por vezes, isolados, eles muitas vezes sequer chamam a atenção da administração estatal. Entretanto, em larga medida, eles estão contribuindo para dar visibilidade a problemas que são cada vez mais globais e demandam a ampliação de debates. A situação torna-se ainda mais delicada quando esses mesmos grupos desqualificam a ação do Estado, mostrando o quanto este falha quando não consegue garantir o cumprimento satisfatório das leis e das políticas ambientais. Tal dificuldade tende a colocar a máquina estatal em descrédito, revertendo a responsabilização pela problemática para a população, que se torna, também ela, cada vez mais preocupada em buscar saídas para os problemas ambientais.

É nesse sentido que as teorias organizacionais mais tradicionais mostram certa limitação para analisar as práticas microssociais voltadas para as questões ambientais. Este período histórico, caracterizado por complexas mudanças sociais e organizacionais cada vez mais aceleradas, demanda um olhar atento a tais práticas. Destaca-se a emergência de grupos que reivindicam atenção e debate sobre questões ligadas a etnias, a gênero, a condições sociais de trabalho e também à militância ecológica.

A área de Administração tem grande importância social nesse debate, uma vez que seu principal objeto de estudo é a vida laboral e produtiva das pessoas que dedicam ao trabalho boa parte do seu dia. No entanto, é importante compreender que a vida não se resume ao trabalho, pois as pessoas entram em contato com problemas cotidianos e coletivos

diversos que modificam suas ideias, sensibilidades e relações. É nesse sentido que se buscou mostrar um lado pouco explorado pelos estudos mais tradicionais na área da Administração, que se refere aos sentidos produzidos e experimentados para além da ocupação laboral, por meio dos quais são desenvolvidos projetos e ações que ligam o cidadão comum a problemas que são da ordem social mais ampla. Assim, a análise de ações localizadas, com suas práticas e articulações situadas, coopera para mostrar a repercussão, no coletivo, da mistura entre as linhas macro e micropolíticas, bem como as eventuais possibilidades de que tais ações ganhem contornos de resistência. Tal imbricação atravessa constantemente a vida das pessoas em seu contato com as mais diversas organizações e com o Estado, embora tal relação nem sempre seja clara e de conhecimento dos gestores que atuam no âmbito público e/ou privado.

Visto não existir uma teoria que responda prontamente aos problemas que se enfrentam nesta complexa relação entre o homem e a natureza, a dimensão política das práticas e dos saberes locais de pequenos grupos que atuam em face da problemática ambiental estão cada vez mais presentes e ganham visibilidade. Nesse sentido, qualquer tentativa de análise é, por assim dizer, parcial. Como aponta Foucault em uma conversa com Deleuze: “É por isso que a teoria não expressará, não traduzirá, não aplicará uma prática: ela é uma prática. [...] Mas local e regional, como você diz: não totalizadora. [...] Uma “teoria” é o sistema regional desta luta” (FOUCAULT, 1979, p. 71). E como afirma Deleuze em sequência: “Uma teoria é como uma caixa de ferramentas. [...] É preciso que sirva, é preciso que funcione. E não para si mesma. Se não há pessoas para utilizá-la, a começar pelo próprio teórico que deixa então de ser teórico, é que ela não vale nada ou que o momento ainda não chegou. Não se refaz uma teoria, fazem-se outras; há outras a serem feitas” (Idem).

Compreendem-se, assim, as dificuldades que rondam a produção de saber na interface entre a Administração e a temática da sustentabilidade. Ao mesmo tempo, é notável o quanto a Administração tem se aproximado de referências mais críticas e se empenhado para romper barreiras típicas do determinismo e reducionismo que por vezes nela se fazem presentes. Quando Foucault (2004) destaca a dimensão histórica e política que atravessa seus estudos (referentes à loucura, ao crime e a sexualidade), chama a atenção para a inexistência de uma fórmula definitiva que serviria para resolvê-los, ou ainda, o quanto cada uma dessas problematizações possui amarras com estruturas governamentais, leis e regulamentações que ganharam, historicamente, importância capital. Ora, isso não poderia ser estendido à Administração quando ela busca problematizar as questões ambientais que hoje colocam o mundo sob um estado de risco e crise? Quais os novos desafios ambientais que hoje estão colocados para as diversas áreas de conhecimento, abordagens teóricas e políticas públicas,

em especial para a área de Administração? Como visto no decorrer desta pesquisa, há um campo de lutas menores a ser explorado, ainda mais quando sabemos que muitas das iniciativas são realizadas por trabalhadores vinculados às empresas.

Outro ponto a ser considerado ao final desta pesquisa é que as iniciativas microssociais apresentam-se como uma espécie de resistência aos ataques frequentes que se efetuam contra a natureza e que podem ser problematizados a partir de referências filosóficas. Assim, a busca pelas obras de autores como Foucault, Deleuze, Guattari e Derrida tem ocorrido paulatinamente nos estudos organizacionais, seja naqueles que buscam analisar de forma mais pontual as relações de poder e gênero, por exemplo, nas organizações, seja em estudos voltados à compreensão de agentes externos às organizações que as impactam direta ou indiretamente, como os movimentos sociais e pequenas iniciativas.

Nesta perspectiva de análise, resistir torna-se uma ação política que coloca em circulação as invenções e práticas microssociais de novas formas de vida que não estão necessariamente comprometidas com regras universais nem com ganhos econômicos. Isso é notável na multiplicidade de iniciativas que se vêm consolidando em favor da preservação do meio ambiente por inúmeros agentes que estão espalhados pelo globo e agindo localmente. Tais agentes lutam por criar espaço de ação e, de acordo com o que foi discutido nesta pesquisa, não podem ficar distantes do interesse de estudo da Administração.

É importante notar que tanto as ações políticas governamentais desencadeadas a partir das conferências internacionais sobre sustentabilidade e as políticas públicas ambientais quanto essas práticas cotidianas díspares atravessam-se mutuamente. Dessa forma, abrem-se espaços para a emergência de ações específicas, como as lutas pela criação e formalização dos parques nacionais de proteção (no caso do Brasil) e a fundação das ONGs de proteção ao meio ambiente. São casos em que se nota o cruzamento das linhas macro e micropolíticas, pois no processo de criação de tais organizações é comum que haja a mistura de interesses pessoais (ideais, sentimentos e convicções) que encontraram ressonância com a formalização de objetivos comuns às instâncias governamentais, que põem em prática, sob a forma da lei, a promoção de melhorias para a sociedade.

O movimento de cantores analisados no trabalho é um dos casos que oferece subsídios para compreender como as microiniciativas têm produzido ações em prol do meio ambiente como uma espécie de linha de resistência em relação ao cenário de degradação ambiental atual. A análise da banda *punk/hard core* estudada permitiu fazer algumas conexões com as políticas públicas locais, as organizações de terceiro setor que atuam na causa ambiental, os efeitos da divulgação das conferências internacionais, bem como a organização

social desvinculada das instâncias mais formais. Os diferentes depoimentos da banda sobre sua relação com os poderes instituídos evidenciam que nosso tempo histórico está diante de um vasto campo de luta que pode engendrar estudos na área de Teoria de Organizações. Tais estudos poderiam abrir-se para as relações mais precisas entre modelos de gestão pública (a operacionalidade de organizações governamentais) e a busca por uma democracia mais direta, que de fato levasse em consideração as reivindicações dos cidadãos comuns.

Assim, compreende-se a banda entrevistada enquanto uma produção microssocial que tematiza uma preocupação ligada à sustentabilidade, uma vez que seus integrantes mostram a potência de questionar o sistema socioeconômico, suas políticas e sua falta de conexão com a opinião pública, ainda que o façam de uma maneira localizada. Trata-se de um pequeno grupo que se vale de uma ação marginal para dar voz aos problemas que assolam a vida cotidiana. Grupos como a banda em questão tornam-se agentes importantes na contemporaneidade por mostrarem um envolvimento direto com os processos de decisão e ação que vão além da espera por resolução por parte das grandes instituições. Em alguma medida, eles colaboram para desvelar o potencial de ação de uma juventude por vezes apática em relação aos problemas sociais e desinteressada pela política.

De fato, o que se procurou fazer no decorrer deste estudo foi abrir caminho para dar visibilidade a um conhecimento local e situado, bem como às contribuições que eles podem trazer para os estudos organizacionais. Nesse sentido, aquilo que se configura como um limite da área, qual seja, os poucos estudos sobre as práticas microssociais, poderia ser aqui situado como uma oportunidade de avançar nos estudos sociais aplicados, tomando-se em consideração aquilo que escapa aos grandes paradigmas. Se assim for, acredita-se que para além da aplicabilidade, a Administração tem o grande desafio de abrir-se para vertentes mais críticas, assumindo em seus estudos uma atitude mais política e conectada com o social. Mas também, abrir-se para uma vertente mais problematizadora e complexa que, apesar de ainda ocupar uma posição marginal, pode acolher o desafio de aproximar-se das práticas cotidianas voltadas para a sustentabilidade e lançar-se no diálogo com os saberes locais, móveis e descentralizados.

REFERÊNCIAS

- A CORRENTE VERDE. **Governos, empresas e indivíduos precisam estar unidos na mais importante missão que a Humanidade já teve nas mãos: salvar nosso planeta.** Disponível em: <http://www.istoe.com.br/reportagens/30927_A+CORRENTE+VERDE>. Acesso em: 13 dez. 2013.
- ACSELRAD, H. Políticas ambientais e construção democrática. In: VIANA, G; SILVA, M; DINIZ, N. **O desafio da sustentabilidade: Um debate socioambiental no Brasil.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001. p. 75-96.
- AGÊNCIA BRASIL. **Inflação oficial fecha ano de 2012 em 5,84%, diz IBGE,** 2013. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2013-01-10/inflacao-oficial-fecha-ano-de-2012-em-584-diz-ibge>>. Acesso em: 01/08/2013.
- AMBIENTE BRASIL. **Pesquisa mostra crescimento da consciência ambiental no Brasil.** Disponível em: <<http://noticias.ambientebrasil.com.br/clipping/2006/05/22/24797-pesquisa-mostra-crescimento-da-consciencia-ambiental-no-brasil.html>> Acesso em: 29/05/2013.
- BARBIERI, J. C. **Desenvolvimento e Meio Ambiente: as estratégias de mudanças da Agenda 21.** Petrópolis: Vozes, 2008.
- _____. **Gestão ambiental empresarial.** São Paulo: Saraiva, 2009.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Ed. 70, 1979.
- BECK, U. **Sociedade de Risco: rumo a uma outra modernidade.** São Paulo: Editora 34, 2010.
- BOBBIO, N; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1ª ed., 1998.
- BOEIRA, S. L.; VIEIRA, P. F. Estudos organizacionais: dilemas paradigmáticos e abertura interdisciplinar. In: GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELO, R. B.; SILVA, A. B. (Org.) **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos.** São Paulo: Saraiva, 2006.
- BONDUKI, N. **Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria.** 4ª ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Política nacional de saúde ambiental para o setor saúde.** Brasília: Secretaria de Políticas de Saúde, 1999.
- BRASIL. **Sobre a Rio+20.** Disponível em: <<http://www.rio20.gov.br>>. Acesso em: 30 jul. 2012.
- BRASIL. **Ministério das Cidades.** Disponível em: www.cidades.gov.br/index.php. Acesso em: 21 mai. 2013.
- BRUNTLAND, G. H. (Org.) **Nosso Futuro Comum: Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CARVALHO, P. G. M. Meio ambiente e políticas públicas: a Feema diante da poluição industrial. In: PADÚA, J. A. (Org.). **Ecologia e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: IUPERJ, 1987.

COELHO SOUZA, D. **O meio ambiente das cidades**. São Paulo: Atlas, 2010.

CORDANI, U. G.; MARCOVITCH, J.; SALATI, E. Avaliação das ações brasileiras após a Rio-92. **Estud. av.** [online]. 1997, vol.11, n.29, pp. 399-408. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141997000100019>.

COSTA, D. C. Política indigenista e assistência à saúde. **Cad. Saúde Pública**, vol. 3, n.4. Rio de Janeiro, 1987.

CUNHA, L. H; COELHO, M. C. N. Política e Gestão Ambiental. In: CUNHA, S. B.; GUERRA, A. J. T. (Org.). **A questão ambiental: diferentes abordagens**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

DELÉAGE, J. P. As Etapas da Consciencialização. In: BEAUD, M.; BOUGUERRA, M. L. **Estado do ambiente no mundo**. Lisboa: Instituto Piaget, 1993.

DELEUZE, G; GUATTARI, F. **Mil Platôs – capitalismo e esquizofrenia**. 3º vol. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996.

DINIZ, E. M. Os resultados da Rio +10. **Revista do Departamento de Geografia da USP**. n. 15, p. 31–35, 2002.

ESTATUTO DA CIDADE. **Guia para implementação pelos municípios e cidades**. 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2002.

FARIA, J. H. **Epistemologia Crítica, Metodologia e Interdisciplinaridade**. Curitiba: EPPEO, 2011.

FERREIRA, L. C. Apresentação. In: TAVOLARO, S. B. F. **Movimento ambientalista e modernidade: sociabilidade, risco e moral**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2001.

FOLADORI, G. **Limites do desenvolvimento sustentável**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, São Paulo: Imprensa Oficial, 2001.

FONTEERRADA, M. T. O. **Música e meio ambiente: ecologia sonora**. São Paulo: Irmãos Vitale, 2004.

FONTINHAS, R. **Novo dicionário etimológico da língua portuguesa**. Porto: D. Barreira, [s.d].

FOUCAULT, M. Os intelectuais e o poder. In: **Microfísica do poder**. [Organização e tradução de Robert Machado]. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. **Microfísica do poder**. 12 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1996.

_____. **Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

_____. **Ética, sexualidade, política**. (Org.) Manoel Barros da Motta; Tradução Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

_____. **Microfísica do poder**. 19 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

_____. **Segurança, território, população**: curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

_____. **Nascimento da biopolítica**: curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FRANS KRAJCBERG: **O homem, o artista, o gênio**. Breve biografia do artista. Disponível em <<http://krajcberg.blogspot.com.br/>> Acesso em: 24/06/2013.

GALLO, E.; SETTI, A. F. F.; MAGALHÃES, D. de P.; MACHADO, J. M. H.; BUSS, D. F.; NETTO, F. de A. F.; BUSS, P. M. Saúde e economia verde: desafios para o desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza. **Ciência & Saúde Coletiva**, 17(6):1457-1468, 2012.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, SP, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

GODOY, A. **O modelo da natureza e a natureza do modelo**. São Paulo em Perspectiva, vol. 14(4), 2000.

GOLDENBERG, M. A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. 10 ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

GUATTARI, F. **Revolução molecular**: pulsações políticas do desejo. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1977.

_____. **As três ecologias**. Tradução Maria Cristina F. Bittencourt. Campinas: Papyrus, 1990.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica**. Cartografias do desejo. Petrópolis: Editora Vozes, 1996.

GUIMARÃES, R. P. Ecologia e Política na Formação Social Brasileira. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 2, p. 243-277, 1988.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HOPWOOD, B., MELLOR, M.; O'BRIEN, G. Sustainable development: Mapping different approaches. **Sustainable Development**. vol. 13, pp 38-52, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Taxa de atividade, por grupo de idade**, 2013. Disponível em: <<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=PE52>>. Acesso em: 06/07/2013.

_____. **Pesquisa de informações básicas municipais**: perfil dos municípios brasileiros 2009. Rio de Janeiro, 2010.

_____. **Pesquisa de informações básicas municipais: perfil dos municípios brasileiros** 2011. Rio de Janeiro, 2012.

ICHIKAWA, E. Y.; SANTOS, L. W. Contribuições da história oral à pesquisa organizacional. In: GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELO, R. B.; SILVA, A. B. (Org.) **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. São Paulo: Saraiva, 2006.

JACOBI, P. Movimento ambientalista no Brasil. Representação social e complexidade da articulação de práticas coletivas. In: Ribeiro, W. (org.) **Patrimônio Ambiental** – EDUSP – 2003.

LENZI, C. L. **Sociologia Ambiental: risco e sustentabilidade na modernidade**. Bauru, SP: Edusc, 2006.

LITTLE, P. E. (Org). **Políticas Ambientais no Brasil: análises, instrumentos e experiências**. São Paulo. Peirópolis, 2003.

LONDRINA. **Plano diretor participativo**. Disponível em: <http://www.londrina.pr.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=586&Itemid=704>. Acesso em: 12/10/2013.

MANSANO, S. R. V. Traçados diagnósticos sobre a vida contemporânea. In: NALLI, M.; MANSANO, S. R. V. (Orgs). **Michel Foucault em múltiplas perspectivas**. Londrina: Eduel, 2013.

MATTOS, K. M. C.; MATTOS, A. **Valoração econômica do meio ambiente** – uma abordagem teórica e prática. São Carlos: Rima, Fapesp, 2004. 148p.

McCORMICK, J. **Rumo ao paraíso**. A história do movimento ambientalista. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

MELLO, C. A. B. **Apontamentos sobre os agentes e órgãos públicos**. São Paulo, Revista dos Tribunais, 1975.

MERCADO ARTE. **Frans Krajcberg**. Disponível em: <<http://www.mercadoarte.com.br/artigos/artistas/frans-krajcberg/frans-krajcberg/>>. Acesso em: 19/07/2013.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Secretaria de Coordenação da Amazônia, Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil, Projeto de Apoio ao Monitoramento e Análise. **Monitoramento e avaliação de projetos: métodos e experiências**. Brasília: MMA, 2004. (Série Monitoramento & Avaliação)

MOTA, J. A. **O valor da natureza: Economia e Política dos recursos ambientais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001a.

MOTA, C. R. As principais teorias e práticas de Desenvolvimento. In: BURSZTYN, M.(Org.) **A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001b.

NASCENTES, A. **Dicionário etimológico resumido**. Brasília: Inst. Nacional do Livro: MEC, 1966.

NETO, N. T. **Enterrado vivo: identidade punk e território em Londrina**. São Paulo: UNESP, 2004.

NOSSA ARTE É AU 79. **Frans Krajcberg**. Disponível em: <<http://nossaarteeouro.blogspot.com.br/2010/08/flor-do-mangue-objetivo.html>> Acesso em: 15/07/2013.

NOVAES, Washington. Eco-92: avanços e interrogações. **Estud. av.** [online]. 1992, vol. 6, n. 15, pp. 79-93. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141992000200005&script=sci_arttext>.

ODMCRÍTICAS. **Relatório critica falta de sinergia e fragmentação nos Objetivos do Milênio**. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/vidae,relatorio-critica-falta-de-sinergia-e-fragmentacao-nos-objetivos-do-milenio,609156,0.htm>>. Acesso em: 03 fev. 2014.

ODMBRASIL. **O Brasil e os ODM**. Disponível em: <<http://www.odmbrasil.gov.br/o-brasil-e-os-odm>>. Acesso em: 02 fev. 2014.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD y programa de las naciones unidas para el desarrollo (OMS). **El Camino Saludable hacia un Mundo Sostenible**. Genebra, 1995. WHO/EOS/95.21.

PELBART, P. P. **Una crisis de sentido es la condición necesaria para que algo nuevo aparezca**, 2010. Disponível em: <<http://blogs.publico.es/fueradelugar/124/una-crisis-de-sentido-es-la-condicion-necesaria>> Acesso em: 01/06/2013.

_____. **Viver não é sobreviver: para além da vida aprisionada**, 2013. Disponível em: <<http://www.redehumanizaus.net/63611-viver-nao-e-sobreviver-para-alem-da-vida-aprisionada-peter-pal-pelbart-primeira-parte>>. Acesso em: 20/07/2013.

PEREIRA JR., J. S. **Cúpula mundial sobre desenvolvimento sustentável, realizada em Johannesburgo, África do Sul**. Disponível em: <<http://apache.camara.gov.br/portal/arquivos/Camara/internet/publicacoes/estnottec/208366.pdf>> Acesso em: 11/09/12.

PESQUISA NACIONAL DE OPINIÃO. **O que o brasileiro pensa do meio ambiente e do consumo sustentável** – Edição 2012. Relatório Final. Disponível em: <http://www.akatu.org.br/Content/Akatu/Arquivos/file/12_08_20_ConsumoConsciente_PesquisaMMAQuanti_Completa_agosto2012.pdf> Acesso em: 30/07/2013.

PINTO, M. Rap: gênero popular da pós-modernidade. In: V Congresso Latino-americano da Associação Internacional para o Estudo da Música Popular. **Anais...**, 2004.

RAMONES. **"Modinha", camisetas do Ramones são banalizadas no Rock in Rio**. Disponível: <<http://musica.terra.com.br/modinha-camisetas-do-ramones-sao-banalizadas-no-rock-in-rio,a9e781e363241410VgnVCM4000009bcceb0aRCRD.html>>. Acesso em: 16 dez. 2013.

RAMOS, A. G. **A nova ciência das organizações: uma nova ciência das organizações.** Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1981.

RIBEIRO, H. Saúde Pública e meio ambiente: evolução do conhecimento e da prática, alguns aspectos éticos. **Saúde soc.**, vol.13, no.1. São Paulo, Jan./Apr., 2004.

RIBEIRO, L. L. G. Uma cidade para todos. In: GARCIA, M. (Coord.) **A cidade e seu estatuto.** São Paulo: Juarez de Oliveira, 2005.

ROESLER, M. R. B. **Gestão ambiental e sustentabilidade: a dinâmica da Hidrelétrica Binacional de Itaipu nos municípios limieiros.** Cascavel: EDUNIOESTE, 2007.

RYLANDS, A. B.; BRANDON, K. Unidades de conservação brasileiras. **Revista Megadiversidade**, vol. 1, nº 1, 2005.

SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente.** São Paulo: Studio Nobel, Fundação do Desenvolvimento Administrativo, 1993.

SCHENINI, P. C.; BAGNATI, A. M. Z.; CARDOSO, A. C. F. Gestão de Resíduos da Construção Civil. In: Congresso Brasileiro de Cadastro Técnico Multifinalitário. COBRAC. Florianópolis. 13p. **Anais...** 2004. Disponível em: http://geodesia.ufsc.br/Geodesia-online/arquivo/cobrac_2004/092.pdf>. Acesso em: 20/06/2012.

SENA, A. M. C.; MATOS, F. R. N. Vozes sem eco entoadas no Nordeste do Brasil: construtos de resistência à degradação ambiental. **Cad. EBAPE.BR**, v. 10, nº 3, opinião 6, p.769–778, Rio de Janeiro, Set. 2012.

SETTI, A. A.; LIMA, J. E. F. W.; CHAVES, A. G. M.; PEREIRA, I. C. **Introdução ao gerenciamento de recursos hídricos.** 2 ed. Brasília: Agência Nacional de Energia Elétrica, Superintendência de Estudos e Informações Hidrológicas, 2000.

SILVERWOOD-COPE, K. O.; VILLARROEL, L. C. L.; SERKEIS, A. P. M.; KAMBER, A. **Mudanças climáticas.** Brasília: MMA, 2011.

SOARES, S. R. A; BERNARDES, R.S; NETTO, O. M. C. Relações entre saneamento, saúde pública e meio ambiente: elementos para formulação de um modelo de planejamento em saneamento. **Cad. Saúde Pública**, vol.18, no.6. Rio de Janeiro, Nov./Dec., 2002.

SOSRIOPELOTAS. **A fraude de Barra Grande foi esquecida?** Disponível em: <<http://sosriopelotas.wordpress.com/2010/11/07/a-fraude-de-barra-grande-foi-esquecida/>>. Acesso em: 24 dez. 2013.

SOUSA, R. L. **Punk: cultura e protesto, as mutações ideológicas de uma comunidade juvenil subversiva** São Paulo 1983/1996. São Paulo: Pulsar, 2002.

SOUZA, Z. J. **Instrumentos de gestão ambiental: fundamentos e práticas.** São Carlos: Editora Riani Costa, 2000.

TANGERINO, D. **Engajamento Comunicacional e Novas Práticas de Consumo Juvenil: Trajetórias de Sociabilidade Urbana e Virtual dos *Straight Edgers*.** In: V ENEC - Encontro Nacional de Estudos do Consumo. I Encontro Luso-Brasileiro de Estudos do Consumo

Tendências e ideologias do consumo no mundo contemporâneo, 15, 16 e 17 de setembro de 2010 - Rio de Janeiro/RJ. Anais do evento.

VIEIRA, V. T.; HENNING, P. C. **Rock´Roll e Educação Ambiental:** atravessamentos possíveis. In: XVI ENPOS. Encontro de Pós-graduação UFPEL, 2012. Anais do evento.

VILLAÇA, F. Dilemas do plano diretor. In: **O município no século XXI: cenários e perspectivas.** São Paulo: Fundação Prefeito Faria Lima — Cepam, 1999. Edição especial

WATTS, W. Prefácio. In: MEADOWS, D. H.; MEADOWS, D. L.; RANGERS, J.; BEHRENS III, W. W. **Limites do Crescimento:** Um relatório para o Projeto do Clube de Roma sobre o Dilema da Humanidade. São Paulo: Perspectiva S.A, 1972.

WORLDWATCH INSTITUTE. **Estado do mundo:** transformando culturas. Do consumismo à sustentabilidade. Tradução Cláudia Strauch. Salvador: UMA - Universidade Livre da Mata Atlântica, 2010.

WORLDWATCH INSTITUTE. **Estado do mundo:** inovações que nutrem o planeta. Relatório do Worldwatch Institute sobre o avanço rumo a uma sociedade sustentável. Salvador: UMA - Universidade Livre da Mata Atlântica, 2011.